

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

Sérgio Luiz Elias de Araújo

**ERA PARA SER APENAS UM
(MEGA)EVENTO ESPORTIVO? COMO A
COPA DO MUNDO 2014 EVIDENCIOU A
CRISE POLÍTICA BRASILEIRA**

Recife, 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES E DISSERTAÇÕES

Considerando a natureza das informações e compromissos assumidos com suas fontes, o acesso a monografias do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- "Grau 1": livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
- "Grau 2": com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em consequência, restrita a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;
- "Grau 3": apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto, se confiado a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia;

A classificação desta tese se encontra, abaixo, definida por seu autor.

Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.

Título da Monografia: Era para ser apenas um (mega)evento esportivo? Como a Copa do Mundo 2014 evidenciou a crise política brasileira

Nome do Autor: Sérgio Luiz Elias de Araújo

Data da aprovação:

Classificação, conforme especificação acima:

Grau 1

Grau 2

Grau 3

Recife, 2014

Sérgio Luiz Elias de Araújo

SÉRGIO LUIZ ELIAS DE ARAÚJO

**ERA PARA SER APENAS UM (MEGA)EVENTO
ESPORTIVO? COMO A COPA DO MUNDO 2014
EVIDENCIOU A CRISE POLÍTICA BRASILEIRA**

Tese apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de Doutor em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientador: Dr. André Luiz Maranhão de Souza Leão

RECIFE, 2014

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

A663e Araújo, Sérgio Luiz Elias de
Era para ser apenas um (mega) evento esportivo? Como a Copa do
Mundo 2014 evidenciou a crise política brasileira / Sérgio Luiz Elias de
Araújo. - Recife : O Autor, 2014.
169 folhas : il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Maranhão de Souza Leão.
Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de
Pernambuco, CCSA, 2014.
Inclui referências.

1. Copa do mundo (Futebol). 2. Comportamento de massa. 3. Federação
Internacional de Futebol Associado. I. Leão, André Luiz Maranhão de
Souza (Orientador). II. Título.

658 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2015 –054)

SÉRGIO LUIZ ELIAS DE ARAÚJO

**ERA PARA SER APENAS UM (MEGA)EVENTO ESPORTIVO? COMO A COPA DO
MUNDO 2014 EVIDENCIOU A CRISE POLÍTICA BRASILEIRA**

Tese apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de Doutor em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Aprovada em: 25 / 11 / 2014

BANCA EXAMINADORA:

Profº Drº André Luiz Maranhão de Souza Leão (Orientador e Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Profº Drº Henrique Cesar Muzzio de Paiva Barroso (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Profº Drº Jairo Simião Dornelas (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Profº Drº Néelson Cruz Fernandes (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Profª Drª Aurenéia Maria de Oliveira (Examinador Externo)
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

**À Ione, Miguel e Isa,
Obrigado por compreenderem minha ausência,
Mesmo estando ao lado.**

AGRADECIMENTOS

Eu tenho tantos agradecimentos a fazer que seria necessário um volume com a mesma quantidade de páginas desta tese só para poder nominar um a um todos que mereceriam ser citados. Contudo, algumas pessoas foram especialmente importantes para que eu conseguisse chegar até aqui. Sei que corro o risco de cometer o pecado da ingratidão pelo esquecimento, mas vou me aventurar a evidenciar o meu reconhecimento. Em primeiro lugar, e não poderia ser diferente, ao carinho, à paciência, à cumplicidade, ao incentivo e ao amor de minha esposa **Ione** que foram fundamentais, me deram força e conforto nas horas certas. Ao meu filho **Miguel**, meu melhor amigo e parceiro de todas as horas. Ao meu presente iluminado de doutorado, **Maria Luísa**, que nasceu no início do curso e sempre me viu estudante durante todos os dias de sua existência. Não se preocupe que agora o papai vai poder fazer outras coisas além de estudar, viu? À minha mãe **Grace**, meu esteio, meu porto seguro, meu exemplo de vida. E luta. É nela que eu me inspiro para vencer. Ao Meu irmão **Marcelo**, símbolo da simpatia, que tem sempre um sorriso no rosto e uma palavra de força. Ao apoio de minha irmã **Priscila**, que esteve comigo sempre que precisei. À Dona **Edna**, a melhor sogra que eu poderia escolher, que sempre me ajudou e abençoou com suas orações poderosas. Ao meu sogro, seu **Jonas**, pela presteza e suporte que sempre me dispensou. E a todos os meus amigos, dos quais espero me reaproximar e novamente sentir a satisfação de suas companhias. Contudo, alguns são especiais e não posso deixar de agradecer profundamente pela mão estendida, pelo abraço de conforto, pelo ouvido e coração sempre abertos para me escutar e orientar nos momentos de lamúria. O primeiro da lista é o meu companheiro de jornada **Paulo Rafael**. Esse é o cara. Com ele ao lado foi mais fácil absorver as pancadas que a vida nos deu todo esse tempo (e que não foram poucas nem leves). Ter um amigo assim não diminui a dor, mas nos torna mais fortes para enfrentar a travessia. Meu amigo **Jefferson Salles**. O amigo que me inspirou para começar esse doutorado e a quem eu devo muito mais do que ele imagina. Sou seu fã, velho. Meu amigo **Arimatéia**, que espero rever em breve e que me deu um grande apoio e guarida toda vez que precisei. Ser-lhe-ei sempre grato, amigo. Aos meus grandes colegas do **NUCI/UFS**, representados na figura de Prof^ª. Dr^ª. **Valéria Bari**. Vocês me deram um auxílio fantástico. Espero poder retribuir à altura. Aos meus colegas do **PROPAD**, representados na simpaticíssima e unânime figura de **Jorge Correia Neto**. Aos meus irmãos da Arte Real, que o **GADU**, continue sempre os iluminando e nos mantendo unidos. A todos os professores do **PROPAD**, que aqui homenageio na pessoa do Professor **Jairo Dornelas**, por sua postura sempre coerente, ética e correta. E de forma bastante especial

eu quero agradecer ao Professor **André Leão**, não só por ter me conduzido até este ponto, mas pela sua generosidade em compartilhar o seu conhecimento, pela sua presteza em ajudar sempre e pela seriedade com que conduziu essa orientação. Algum dia ainda hei de orgulhá-lo por isso de alguma forma.

RESUMO

Tendo como pano de fundo a realização da Copa do Mundo FIFA no Brasil em 2014, esta tese busca refletir sobre as relações sociais pós-modernas a partir da postura imperial na economia contemporânea, buscando compreender a dinâmica das forças antagônicas e concomitantemente complementares que exercem os representantes do capital internacional, associado aos governos, numa situação de constante conflito com os organismos da sociedade civil que compõem a multidão. Estas observações se darão sob a lente da teoria do Império de Michael Hardt e Antonio Negri. Contudo, visto a teoria ser bastante ampla, os dados não nos permitiram abordar todas as categorias teóricas desenvolvidas pelos autores. Assim, nós discorreremos apenas sobre as noções de soberania, produção imaterial, guerra e democracia. Para a análise dos dados, optamos pelo método arqueológico foucaultiano de análise do discurso, que é realizado em quatro etapas, quais sejam: definição dos enunciados, inferência das funções enunciativas, determinação das regras e construção das formações discursivas.

Palavras-chave: Império. Multidão. FIFA. Copa do Mundo. Pós-modernidade.

ABSTRACT

Against the backdrop of the implementation of the FIFA World Cup in Brazil in 2014, this thesis seeks to reflect on the post-modern social relations from the imperial posture in the contemporary economy, seeking to understand the dynamics of the opposing forces and at the same time complementary representatives of international capital, associated with governments, in a situation of constant conflict with the civil society organizations that make up the multitude. These observations will be under the lens of the theory of Empire by Michael Hardt and Antonio Negri. However, since the theory to be quite large, the data do not allow us to address all theoretical categories developed by the authors. So, we will discuss only on the notions of sovereignty, immaterial production, war and democracy. For data analysis, we chose the Foucauldian archaeological method of discourse analysis, which is conducted in four stages, namely: definition of statements, inference enunciative functions, determining the rules and construction of discursive formations.

Keywords: Empire. Multitude. FIFA. The World Cup. Postmodernity

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa geral de relações.....	68
Figura 2 – Mapa de relações – Produção (imaterial) da Copa do Mundo.....	76
Figura 3 – Manifestação das baianas em Salvador.....	93
Figura 4 – Mapa de relações – Biopoder da soberania imperial no Brasil da Copa do Mundo.....	101
Figura 5 – Mapa de relações – Guerra biopolítica em função da Copa do Mundo.....	127
Figura 6 – Comparativo de imagens google com e sem indicação de favelas.....	134
Figura 7 – Mapa de relações – Crise da representação democrática brasileira revelada pela Copa do Mundo.....	142
Quadro 1 – Definições das regras das formações discursivas.....	70
Quadro 2 – Definições das funções enunciativas.....	71
Quadro 3 – Definições dos enunciados.....	72

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1	Os Estudos Críticos em Administração (ECA)	22
2.2	A perspectiva pós-estruturalista	23
2.3	Teoria do Império	25
2.3.1	Império	25
2.3.1.1	Globalização	26
2.3.1.2	Capitalismo Imperial	29
2.3.1.3	Produção Imaterial	31
2.3.1.4	Biopoder e Biopolítica	33
2.3.1.5	Soberania	36
2.3.2	Multidão	39
2.3.2.1	Povo ou Multidão	40
2.3.2.2	Guerra	43
2.3.2.3	Democracia	46
2.3.2.4	As Queixas da Multidão	48
2.3.3	O Comum	49
2.3.3.1	Pobreza	51
2.3.3.2	Amor	52
2.4	Refutações à teoria política de Michael Hardt e Antonio Negri	55
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	60
3.1	A construção do arquivo da pesquisa	61
3.2	Análise de Discurso Foucaultiana	64
4	ANÁLISE DOS DADOS	67
4.1	Produção (imaterial) da Copa do Mundo	74
4.1.1	FIFA e governo juntos para a realização da festa	76
4.1.1.1	Brasil tem um governo comprometido o desenvolvimento	77
4.1.1.2	Quem são os donos da festa?	83
4.1.1.3	O Espetáculo Milionário	87
4.1.2	Copa a que custo?	90
4.1.2.1	Máfia latino-americana	90
4.1.2.2	Quem ganha com a Copa?	91
4.1.2.3	Vai ter Copa a qualquer custo?	96
4.2	Biopoder da soberania imperial no Brasil da Copa do Mundo	99
4.2.1	Copa do Mundo sob controle	101
4.2.1.1	Buscando o apoio popular	102
4.2.1.2	Olha como eu sei fazer	103
4.2.1.3	Padronizar para controlar	105
4.2.1.4	Propaganda soberana	114
4.2.2	Aviso de alerta da Sociedade Civil	118
4.2.2.1	Fora FIFA!	119
4.2.2.2	Vocês não me enganam...	123

4.3	Guerra biopolítica em função da Copa do Mundo	125
4.3.1	Propaganda oficial	128
4.3.1.1	Guerra fria	128
4.3.2	Resistência	131
4.3.2.1	Assim não dá pra confiar...	132
4.3.2.2	O governo contra o seu próprio povo	135
4.3.2.3	Que governo é esse?	138
4.4	Crise da representação democrática brasileira revelada pela Copa do Mundo	140
4.4.1	O poder compartilhado	142
4.4.1.1	Conflito de autoridade	142
4.4.2	Insatisfação da sociedade	146
4.4.2.1	Estão levando o que é nosso	146
4.4.2.2	O governo não nos representa	149
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
	REFERÊNCIAS	162

1 INTRODUÇÃO

Em 2014 o Brasil foi sede de um dos maiores espetáculos do planeta: a Copa do Mundo de Futebol, evento de propriedade da FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado) e organizado de quatro em quatro anos por uma Estado-nação, que reúne as 31 melhores seleções do mundo, mais o país sede (FIFA, 2013).

Para apreciar o acontecimento, cerca de três milhões de espectadores se fizeram presentes nas arenas especialmente construídas ou reformadas para o evento, além de Bilhões de telespectadores que estiveram no grande estádio midiático por meio das televisões, rádios e internet.

Diante de um alcance de público tão grande, visto ser este o esporte mais popular do mundo, observamos que através de um evento desta envergadura o país-sede vira notícia internacional, é divulgado e propagado pelos cinco continentes do planeta, tendo, assim, a oportunidade de apresentar ao mundo a sua melhor imagem e os seus mais atrativos produtos.

A Copa do Mundo no Brasil em 2014 provocava uma grande expectativa por vários motivos, dentre eles, porque o país tem o futebol como esporte nacional, que está impregnado em sua cultura. Ademais, a seleção brasileira, como a maior campeã da história das Copas, não sediava um mundial há 64 anos. Além disso, na Copa realizada em casa, em 1950, aconteceu um dos eventos mais traumáticos da história do futebol brasileiro, que foi o chamado “maracanaço”, a derrota na final para a seleção do Uruguai por 2x1. Um bom desempenho em 2014 poderia apagar essa decepção.

O futebol chegou ao Brasil em 1894, através de Charles Miller. Inicialmente era um esporte para os brancos e ricos da aristocracia industrial da época. Mas aos poucos esse esporte foi ganhando o gosto e a prática popular, sendo que no início do século XX as agremiações começaram a se organizar e se constituir oficialmente como clubes de futebol. Em 1938 a seleção brasileira teve um bom desempenho na Copa do Mundo, ficando em terceiro lugar, tendo Leônidas da Silva, o “Diamante Negro”, como artilheiro e considerado o melhor jogador do campeonato. Somou-se a isso a grande difusão do rádio, principalmente a do radialismo esportivo, contribuindo para o início da massificação do futebol no Brasil (ALVES; COSTA, 2010; COSTA; ROCHA; OLIVEIRA, 2008).

Agora, o maior evento desse esporte, a Copa do Mundo, que só é realizado de quatro em quatro anos, aconteceu no Brasil em 2014, o que à primeira vista pareceu um prêmio ao brasileiro apaixonado que vibra, torce, chora, briga, palpita e vive futebol. Será que a

realização deste evento trouxe os benefícios prometidos? Como a população reagiu à organização do evento?

A Copa do Mundo representa para a FIFA sua forma de atuar comercialmente em todo o mundo, em que, por meio da associação com os governos locais, estes se responsabilizam pela organização do megaevento oferecendo toda a infraestrutura econômica e logística necessária para a realização daquilo que a FIFA chama de “festa do futebol”.

A copa do mundo é, ainda, um evento que serve como anúncio do país realizador, com grande apelo midiático, tendo o potencial de uma enorme vitrine capaz de mostrar aos telespectadores de todos os cantos do planeta aspectos muito além da disputa esportiva, com a possibilidade de atrair vários bilhões de dólares (PORTAL2014, 2013; KFOURI, 2011).

No dia 12 de junho de 2014, às 17h, no estádio do Itaquerão, na cidade de São Paulo, Brasil, foi dado o pontapé inicial. Trinta e duas seleções disputaram entre si o orgulho de ostentarem no dia 13 de julho do mesmo ano, no estádio do Maracanã, Rio de Janeiro, o título de campeã mundial (FIFA, 2014).

Os jogos aconteceram em doze cidades-sede, distribuídas pelas cinco regiões brasileiras, a saber: Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro (onde foi disputada a partida final, no estádio do Maracanã) na região Sudeste; Brasília e Cuiabá, na região Centro-Oeste; Fortaleza, Natal, Recife, e Salvador, na região Nordeste; Curitiba e Porto Alegre, na região Sul; e Manaus na região Norte (VEJA, 2013).

Contudo, para a FIFA, a Copa do Mundo de 2014 já teve seu início em 15 de junho de 2011, realizado na cidade de Couva, em Trinidad e Tobago. No total, 202 seleções disputam 31 vagas em 832 jogos com outras seleções de seu próprio continente, numa fase preliminar denominada de eliminatórias. O Brasil não participou dessa fase, pois o país sede já tem vaga garantida entre as 32 que disputam o torneio final (LIMA, 2011).

Para o governo brasileiro, trazer o megaevento para o Brasil parece ter significado uma grande vitória no cenário internacional, como também um grande fortalecimento político interno, visto que o evento prometia a oportunidade de acelerar a resolução dos problemas estruturais para melhor receber aqueles que visitariam o país, o que teoricamente poderia gerar um legado positivo para o povo como mais empregos, melhores condições de vida, maior infraestrutura, melhor rede de mobilidade urbana, de atendimento de saúde etc.

A copa do mundo no Brasil representou uma oportunidade de modernização de sua infraestrutura, de apresentar ao mundo a sua capacidade administrativa e de captação de investimentos, ganho de experiência em realização e gestão de eventos de grande porte, além

de divulgar os diversos destinos e atrativos turísticos que poderão atrair visitantes dos mais diversos países (ANDREOTTI, 2013; ARAÚJO; SANTANA; GUIMARÃES, 2014).

A realização da copa do mundo no Brasil se deveu à habilidade política do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visto que em diversos governos anteriores havia-se tentado trazer esse evento para cá, culminando em derrotas fragorosas. Inclusive em 1983 foi manchete em um dos principais jornais do país que o presidente João Figueiredo havia recusado o pedido da CBF e da FIFA de sediar a copa de 1986, devido á crise econômica e social que assolava a nação à época (KFOURI, 2011).

Mas sediar uma Copa do Mundo não é assim tão fácil. Para que um país seja privilegiado pela FIFA para realizar seu principal acontecimento ele deve se predispor a se submeter a uma extensa lista de exigências reunidas em 250 páginas de um manual de recomendações técnicas para construções de estádios de futebol, que impõem desde estacionamentos para mais de dez mil veículos até espaço para jornalistas, cabines para os convidados especiais, coberturas sofisticadas, assentos numerados, dentre outras. Muito além disso, o país-sede precisa estruturar sua logística de aeroportos, transporte público, segurança, sem falar nas condições especiais (inclusive mudança de leis) para beneficiar os patrocinadores (PORTAL2014, 2009; VEJA, 2007).

A Copa do Mundo veio para o Brasil devido a uma mudança nas regras da FIFA (Federação Internacional de Futebol), que decidiu por um rodízio continental. Assim, logo após a Copa do Mundo da Ásia em 2002 e da Copa do Mundo da Alemanha em 2006 o evento iria para a África em 2010 e para a América do Sul em 2014. A África do Sul, como país mais desenvolvido de seu continente, encarregou-se de organizar a Copa do Mundo seguinte. Já na América do Sul havia dois candidatos: Brasil e Colômbia. Devido às pesadas exigências da FIFA, a Colômbia desistiu e o Brasil seguiu como candidato único. A partir daí, a dona do evento resolveu mudar as regras de novo, desfazendo o sistema de rodízio continental para evitar candidaturas únicas, pois isso diminui o poder de barganha da entidade sobre os países organizadores (ESTADÃO, 2013; CANONICO, 2007; VEJA, 2007).

Contudo, apesar do futebol ser o esporte nacional, o processo de legitimação da Copa do Mundo em 2014, impresso pelo governo em associação com a FIFA, parece não ter acontecido dentro de um padrão de aceitabilidade uniforme da população conforme esperado por eles. Ao contrário, desencadeou várias operações de resistência, num movimento que apresentou diversas evidências da agência da multidão, com as manifestações de insatisfação e contestação de membros da sociedade civil organizada contra o modelo de evento ora

imposto à sociedade brasileira e em combate às atitudes dos gestores públicos brasileiros nas formas de contratação das obras e administração do erário.

Assim, apesar da propaganda do governo e da FIFA de que a Copa do Mundo traria diversos benefícios para o povo brasileiro, várias contestações populares foram feitas criticando a maneira como a copa do mundo foi realizada como podemos observar nas diversas manifestações nas ruas em junho de 2013, nas publicações em redes sociais e em sites da sociedade civil organizada, apresentando suas insatisfações com os privilégios oferecidos pelo governo à FIFA e seus patrocinadores, além das denúncias de irregularidades nas obras e serviços para a Copa.

A estimativa inicial de custo da Copa do Mundo para o Brasil era de cinco bilhões de dólares (VEJA, 2007). Contudo, a realidade se mostrou bem diferente e os números se transformaram em cifras mais que astronômicas. Os gastos ultrapassaram vinte e oito bilhões de reais.¹ Os valores se oneraram bastante, como aconteceu nos jogos pan-americanos do Rio de Janeiro em 2007, em que o investimento estava estimado em 500 milhões e, ao final, ultrapassou os quatro bilhões de dólares, deixando um rastro de corrupção sob a forma de superfaturamento, desvios de verbas, desperdício e mal uso de dinheiro público e gastos desnecessários (VEJA, 2007; VEJA, 2013).

Para a realização da copa de 2014 no Brasil, a FIFA exigiu que novos estádios fossem construídos, apesar do país já possuir 739 arenas oficialmente cadastradas na Confederação Brasileira de Futebol – CBF, estando a maioria delas na região Sudeste (34,1%) seguida do Nordeste com 31,8%, vindo depois as regiões Sul (15,8%), Centro-Oeste (10,5%) e, por último, a região que possui a menor quantidade de estádios é a Norte com 7,8% (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL (CBF), 2013; FIFA, 2013).

Levantar doze novos estádios de futebol no Brasil é quase uma ofensa, visto que nas copas da Espanha (1982) e do México (1986) não foi construído nenhum estádio novo. Em 1990, na Itália, foi construído apenas um. Nos Estados Unidos (1994), nenhuma nova arena foi erguida, todas foram adaptadas do futebol americano. Na copa da França, apenas um estádio foi construído, apenas o que abrigaria a partida final. Apenas nas copas da Ásia, Alemanha e África do Sul, foram construídos estádios novos, mas neste último apenas porque realmente não havia arena com capacidade suficiente (KFOURI, 2009).

O Cadastro Nacional de Estádios de Futebol aponta para o fato de que, no Brasil, dos 739 estádios prontos ao menos 25 possuem capacidade superior a quarenta mil espectadores,

¹ O Brasil já gastou mais na Copa do Mundo de 2014 do que o investido nas três últimas edições juntas do evento (SEGALLA, 2011; PORTAL R7, 2012).

número mínimo exigido pela FIFA, sendo que dois na região Norte, sete na região Nordeste, quatro na região Sul, nove na região Sudeste e mais três na região Centro-oeste (CBF, 2013). Seria necessário, então, construir novos estádios de Futebol, ou mesmo demolir os existentes para a reconstrução do zero?

Vários setores da sociedade afirmam a desnecessidade de construção de estádios utilizando os recursos públicos, questionaram o porquê de não ter sido utilizado o estádio do Morumbi, que serve de palco ao futebol mundial há 50 anos. Por que construir mais um Estádio em Pernambuco, se cada um dos três grandes times já possui o seu? Por que demolir e reconstruir o maracanã ao invés de utilizar o Engenhão, um dos mais modernos do mundo? Para que financiar o Itaquerão, se já existe o Pacaembu? (KFOURI, 2009).

Segundo o Cadastro Nacional de Estádios de Futebol da Confederação Brasileira de Futebol – CNEF/CBF, mesmo antes da construção das novas arenas, o Brasil já possuía 11 espaços especializados para a prática deste esporte com capacidade para comportar mais de cinquenta mil torcedores, sendo que três deles são no Nordeste, dois na região Sul, cinco na região Sudeste e um na região Centro-Oeste. Apenas a região Norte não possuía nenhum estádio de futebol de grande porte (CBF, 2013),

Outro questionamento formulado pela sociedade é sobre o poder da FIFA em exigir que o país-sede da copa gaste fortunas em estádios que sediarão apenas dois ou três jogos. Até porque é notório que as arenas de Manaus, Natal, Brasília e Cuiabá ficarão às moscas após o evento, visto que no campeonato do Amazonas, por exemplo, o público médio é de 500 a 700 pessoas, não se justificando a construção de um monumento para mais de quarenta mil espectadores, sob um orçamento em torno de um bilhão de reais, enquanto os hospitais de lá não conseguem atender as pessoas (KFOURI, 2011; CALÇADE, 2012).

Diversos setores da sociedade civil posicionaram-se contra a copa no Brasil, devido ao alto custo e à necessidade de priorização de áreas como educação e saúde, mas afirmaram também que essa discussão não adianta mais, que é uma questão ultrapassada, que bem ou mal os estádios ficariam prontos e a copa seria aqui. Porém, não acreditavam que as obras de infraestrutura prometidas ficariam prontas e questionaram se os ganhos compensariam os investimentos (LEITE, 2011).

O deputado Federal Romário, ex-jogador de futebol, campeão pelo Brasil na copa de 1994 nos Estados Unidos, em entrevista ao jornalista Jorge Kajuru, afirmou que os gastos foram excessivos, que em algumas cidades o orçamento já foi onerado em vinte por cento antes do primeiro tijolo ter sido colocado lá. Ele afirmou ainda que devido às características elitistas do evento, esta seria a copa no Brasil, mas não seria a copa do Brasil, visto que o

povo brasileiro das classes C, D e E, principais consumidores do futebol no país, não teriam acesso (KAJURU, 2013).

Visto possuir um produto de altíssima aceitação mundial (o futebol), ter em seu quadro de associados mais países que a própria ONU (208 contra 192), o que lhe confere extremo poder de sedução, a FIFA, para saciar seus objetivos pantagruélicos, de enorme voracidade financeira, exigiu como contrapartida aos países que se candidatam a sediar uma copa do mundo, que entregassem boa parte de sua soberania (KFOURI, 2011).

Isso independe de seu tamanho ou condição econômica mundial, pois fez imposições até à Alemanha (ao impor uma cerveja americana nos seus estádios), o que gerou também manifestações e protestos, visto que a cerveja é um produto de orgulho cultural alemão. Não seria diferente aqui no Brasil (KFOURI, 2011).

Importante observar também que a realização da Copa do Mundo do Brasil não causou críticas da sociedade civil organizada apenas em seu campo econômico, mas houve também diversas manifestações em defesa do patrimônio cultural, material e imaterial, do país, além de luta pela proteção da sociedade, que os organizadores do evento tentaram padronizar ou destruir em benefício do megaevento. Outras bandeiras de protesto foram em reivindicação por melhores condições de saúde, moradia e educação, prometidas pelo governo como argumentos de convencimento da população para que melhor aceitassem o acontecimento da Copa de 2014.

Essa contextualização nos levou a identificar a teoria do império de Michael Hardt e Antonio Negri como uma lente para compreender essa dinâmica entre uma grande empresa transnacional associada ao governo para a realização de um espetáculo de grandes proporções e que recebe as críticas de diversos setores da sociedade civil organizada.

Essa teoria parece apontar no sentido de que todo movimento imperialista, em que predominava a economia da sociedade moderna, foi substituído por uma postura imperial na economia contemporânea, o que significa que as economias mundiais não mais seguem uma ordem convencional em que, por exemplo, empresas, instituições e até mesmo pessoas físicas passaram a faturar mais que países inteiros, figurando entre as maiores economias do planeta. A multiterritorialidade, ou seja, a capacidade de uma empresa transnacional atuar concomitantemente em vários territórios, principalmente por meio do uso das tecnologias da informação e comunicação, passou a ser uma das marcas da pós-modernidade, ocasionando um fenômeno de substituição de um tipo de espacialidade mais estável, por outras mais flexíveis e múltiplas (HARDT; NEGRI, 2001).

Por outro lado, essa ação do capital globalizado pode suscitar uma força antagônica que se define pela multidão, que é a manifestação das ações de indivíduos singulares que se unem por interesses comuns por meio de organização social oferecendo resistência às imposições econômicas capitalistas impostas pelas empresas transnacionais e governos. Essa dinâmica de forças contrárias parece levar a sociedade a um constante conflito de interesses.

Dentro dessa perspectiva, à luz da teoria do Império, entendemos que a FIFA demonstra apresentar um comportamento que a insere numa perspectiva capitalista global que por meio de ações comerciais para promover o seu evento em várias partes do planeta. No contexto específico da Copa do Mundo no Brasil de 2014, o governo brasileiro assumiu o papel de atrair o espetáculo para o país, demonstrando a intenção de auferir com isso benefícios estruturais, políticos e sociais. Entretanto, diversas alas da sociedade pareceram apresentar resistência à realização do megaevento por meio de reclamações, contestações, manifestações e protestos, caracterizando evidências de uma agência da multidão, ou seja, a atuação da sociedade civil, que é absorvida pelo Estado que tenta uniformizá-la socialmente, mas esse movimento acaba por unir diferentes individualidades, que juntas tornam-se uma grande força de resistência, uma multidão insurgente, que busca fazer frente às imposições alienantes dos agentes a serviço do capital global, explicitando o conflito entre as forças antagônicas da sociedade pós-moderna (HARDT; NEGRI, 2012).

Assim, por demandar serviços de infraestrutura de alto valor financeiro utilizando recursos públicos, pela tentativa de alteração ou destruição do nosso patrimônio cultural, além de diversas promessas não cumpridas de benefício social para a população, bem como tendo a participação direta de membros do governo no direcionamento das verbas em favor de grandes companhias do setor privado, a Copa do Mundo de 2014 acionou diversos gatilhos na sociedade brasileira, servindo de catalisadora para a evidenciação da crise política de representação no país.

Com base nesses argumentos lançamos a seguinte questão de pesquisa: **Que implicações políticas a Copa do Mundo 2014 gerou para o Brasil?**

A realização da Copa do Mundo FIFA no Brasil em 2014 foi um evento global de grandes proporções, que projetou a imagem da nação para a comunidade internacional, movimentando um volume de recursos financeiros públicos de alta monta, que mobilizou uma grande quantidade de servidores governamentais nas esferas municipal, estadual e federal, acionando órgãos dos três poderes da república e, que, por outro lado, despertou a necessidade da participação popular para se manifestar contra as ações dos governantes que lhes poderiam ser desfavoráveis e que, por motivos de cunho social, estavam causando insatisfação.

Por ocasião deste acontecimento, revelou-se uma circunstância catalisadora do processo conflituoso existente entre os promotores e organizadores da Copa do Mundo, FIFA e governo, e os componentes da sociedade civil, permitindo nos apropriar de um cabedal teórico a partir de uma conjuntura social empírica.

Esta pesquisa se justifica pela oportunidade de podermos observar um acontecimento social empírico de grande importância mundial sob a lente de uma teoria política que tem se revelado nas últimas décadas como uma importante base para discutir a problemática do capitalismo global, por meio do movimento dos diversos agentes do Império e da multidão.

Esta pesquisa busca trazer ao centro das discussões acadêmicas um agente pouco estudado que gerencia a produção de uma prática considerada de menor importância, mas que mobilizam milhões de pessoas ao redor do planeta, movimentando bilhões de dólares ao ano e que, com o seu produto, consegue influenciar líderes dos Estados-nação em todo o planeta.

Este trabalho apresenta seu caráter inovador, contribuindo na medida em que reflete sobre essa articulação numa esfera da sociedade pouco acessada, debruçando-se sobre um agente (FIFA) que não vemos ser assumido com tamanha força política, mas que se revela com significativa importância no cenário econômico, político e social.

Por outro lado, o futebol apresenta características de produto imaterial, pois, apesar de considerado por alguns como um mero entretenimento, como uma atividade de menor importância ou simplesmente um esporte que distrai as massas, não alcançando, por isso, uma posição de relevância na hierarquia da sociedade, o futebol é mais que um esporte ou atividade lúdica de ocupação do ócio. Atualmente, o futebol apresenta importância sociológica, econômica, política, social e cultural. O futebol é um fenômeno social real e transcendente, tão importante quanto a economia ou a política, pois permite um entendimento sobre o espaço, as identidades e as relações sociais (MARIVOET, 2004; NOLASCO, 2004).

O futebol tem o poder de mobilizar toda uma sociedade e as suas instituições, tornando-se um fato cultural global. É o esporte mais popular do mundo, sendo amplo, democrático e transversal, angariando adeptos de todas as idades, raças, religiões, classes sociais e de gênero, sendo um dos poucos fenômenos socioculturais que promovem esse tipo de aproximação, capaz de unir e apaziguar, ainda que momentaneamente, nações com diferenças ideológicas ou nacionalistas extremamente arraigadas, como é o caso da seleção da Espanha, que consegue apoio total e irrestrito da torcida do Barcelona, principal time da Catalunha, uma comunidade autônoma espanhola, que promove movimentos separatistas, reivindicando independência e, por isso, se mantêm em constante conflito com a Espanha. Ou o caso do jogo entre EUA e Irã, em que buquês de flores foram trocados entre atletas dos dois

times ainda que seus países e seus povos alimentem profundas discordâncias políticas, ideológicas e até religiosas, vivendo em constante ameaça de conflito militar (COELHO, 2004).

A contribuição prática da pesquisa tenciona alcançar um contexto social que visa demonstrar como se dão as relações de poder na sociedade no contexto pós-moderno, em que por um lado observamos a associação entre o capitalista global e o governante com o intuito de desenvolver estratégias para a apropriação dos recursos públicos em favorecimento aos interesses privados, sob o argumento de um suposto desenvolvimento econômico e social, e, ao perceber esse movimento, os organismos que compõem a sociedade civil começam a se mobilizar ou pelo menos denunciar.

Para um melhor entendimento da teoria, este trabalho está dividido em cinco capítulos, sendo que no primeiro buscamos contextualizar o tema e posicionar o leitor sobre o que está por vir, apresentando a Copa do Mundo no Brasil em 2014 e introduzindo o fenômeno da nova ordem mundial capitalista contemporânea, em que predomina o Império. Esta teoria é apresentada no segundo capítulo, em que falaremos sobre a teoria do Império de Michael Hardt e Antônio Negri, que será o fio condutor, a coluna basilar de todo o estudo, apesar de trazermos ao diálogo diversos outros autores sobre o assunto.

Desta forma os procedimentos metodológicos são apresentados no capítulo três, demonstrando a lógica de formação do arquivo de pesquisa e o processo de coleta e análise dos dados, em que utilizamos a análise do discurso de Foucault, baseada nas formações discursivas, suas regras, critérios e funções.

No quarto capítulo apresentaremos a análise dos dados, tratando do aspecto empírico do Império, em que observamos a FIFA e o governo como legítimos representantes do domínio imperial, e a tentativa de legitimação à população brasileira do produto imaterial Copa do Mundo, com o objetivo de dominação e exploração capitalista, bem como as estratégias de resistência e insurgência dos movimentos sociais do Brasil às imposições imperiais dos promotores e organizadores do evento.

Na quinta e última parte do trabalho apresentaremos as considerações finais, demonstrando os resultados da pesquisa a partir das reflexões obtidas diante dos dados analisados sob a lente da teoria política do Império de Hardt e Negri.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo visa posicionar o leitor sobre as opções teóricas adotadas para o alcance dos resultados, baseadas nos dados obtidos. Inicialmente apresentaremos os Estudos Críticos em Administração (ECA), em seguida discorreremos sobre a perspectiva pós-estruturalista e, em seguida, faremos a exposição da teoria do Império, discutindo os seus aspectos políticos e sociais basilares que são o próprio Império, a multidão e o comum. Ao final do capítulo, visitaremos os críticos da teoria e colocaremos os contrapontos em defesa do posicionamento teórico escolhido.

2.1 Os Estudos Críticos em Administração (ECA)

A década de 1970 marca a comunidade global devido à ocorrência de transformações econômicas e tecnológicas que influenciaram diretamente a sociedade e as instituições pelas mudanças e pelas novas dinâmicas organizacionais que o capitalismo internacional passou a imprimir (BRONZO; GARCIA, 2000; ALCADIPANI; TURETA 2009b).

A partir de então, surgiram diferentes abordagens teóricas nos estudos organizacionais que apresentavam alternativas à perspectiva funcionalista dominante, dentre as quais podemos destacar a abordagem crítica, mais especificamente um movimento denominado de Estudos Críticos em Administração (ECA), que tendem a ir muito além da busca dos resultados performáticos, em que a lucratividade e a excelência nos serviços para o alcance de objetivos e o atingimento de metas são desenvolvidas sob um processo de exploração do trabalho em favor do capital (CLEGG; HARDY, 1996; CLEGG; HARDY, 1999; ALVESSON; WILLMOTT, 1992; ALVESSON; WILLMOTT, 1996).

A abordagem crítica visa desenvolver uma lógica democrática das organizações contemporâneas, buscando a emancipação do cidadão pela conscientização de sua responsabilidade e a autonomia da sua força de trabalho através da autorreflexão. Contudo, ser crítico, de acordo com os Estudos Críticos em Administração, não significa apenas apontar problemas e definir soluções alternativas, nem somente mostrar o que está errado e deve ser corrigido, ou ainda destacar características negligenciadas pelo funcionalismo das organizações (DAVEL; ALCADIPANI, 2002).

Rodrigues e Carrieri (2001) apontam que, sob a abordagem crítica, os estudos organizacionais se desenvolvem a partir de um processo de construção social, que induz

ideias de troca, participação, pluralismo e, portanto, carrega um significado de inclusão, que pode resultar num melhor entendimento acerca das organizações e suas particularidades.

Assim, os ECA objetivam transformar a administração tradicional em práticas que carreguem menos exclusão, apresentando um propósito de inclusão daqueles que não eram considerados a partir da visão das teorias organizacionais tradicionais, buscando permanentemente questionar a racionalidade do funcionalismo e as desigualdades nas organizações, trazendo à luz as iniciativas que, na verdade, mascaram uma estrutura de controle e dominação (DAVEL; ALCADIPANI, 2002; WATSON, 1994; ALVESSON; WILLMOTT, 1996; ANTHONY, 1998).

Os Estudos Críticos em Administração são compostos por um campo próprio de estudo que possui em seu espectro diversas vertentes distintas com diferente bases epistemológicas como as Teorias Estruturais Orientadas, a Sociologia Clássica, o Marxismo, a Teoria do Processo de Trabalho, a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, o Pragmatismo e o Interacionismo Simbólico, o Pós-estruturalismo, o Feminismo e as Teorias Ambientais (FOURNIER; GREY, 2000; ADLER; FORBES; WILLMOTT, 2007; PAULA; MARANHÃO; BARROS, 2009; SOUZA; SILVA; SOUZA, 2013).

2.2 A perspectiva pós-estruturalista

Alcadipani (2005) afirma que a vertente de perspectiva pós-estruturalista é um movimento filosófico e sociológico, além de atuar em outros campos temáticos como a política, a cultura e a arte, por exemplo, e surgiu com a proposta de romper com algumas referências hegemônicas que aprisionam o sentido do trabalho inconsciente, procurando resistir às verdades impostas e pré-estabelecidas (WILLIAMS, 2012).

Desta forma, Alcadipani e Tureta (2009a) e Davel e Alcadipani (2002), creem que a inserção da perspectiva crítica pós-estruturalista favorece novas óticas de análise não exploradas ou não apreendidas pelas perspectivas funcionalistas tradicionais, proporcionando uma crítica ao processo de desenvolvimento da administração e uma reflexão acerca do controle da força de trabalho.

A perspectiva pós-estruturalista tem como base um conjunto de pensamentos e ideias que buscam reverter, e até subverter, os limites do conhecimento funcionalista que, dentre outros, abrange pensamentos de filósofos importantes como os de Foucault, Derrida e Deleuze (WILLIAMS, 2012).

Esta perspectiva compreende que a administração não é uma atividade meramente técnica, mas que possui importância como prática social, contrariando a visão míope de busca de resultados quantitativos em busca do lucro, buscando reflexões sobre as relações de poder, os aspectos políticos e o ambiente social que envolve as organizações (SOUZA; SILVA; SOUZA, 2013).

Caldas (2005) enfatiza que não se pode aceitar o paradigma funcionalista como absoluto, visto que essa visão aprisiona e limita o desenvolvimento do campo e que a realidade paradigmática crítica o liberta e expande os seus limites devido aos seus aspectos de reflexividade.

Não há um consenso entre os diversos autores em como poder definir o pós-estruturalismo devido à sua complexidade, porém, por se tratar de uma atividade prática cotidiana, ao invés de abstrações e imparcialidades, o pós-estruturalismo recebeu diversos nomes relacionados à sua atividade crítica e criativa. Derrida o chamou de “desconstrução”, Lyotard o denominou de “economia libidinal”, Foucault utilizou os termos “genealogia e arqueologia” e Deleuze o entendeu como “empirismo transcendental” ou mesmo “dialética” (WILLIAMS, 2012).

Algumas das características básicas do pós-estruturalismo são a rejeição dos esquemas dicotômicos de pensamento, o não ocultamento das diferenças internas de cada categoria, a valorização da pluralidade e diversidade, além do uso da linguagem como fonte para o significado da experiência, deslocando o indivíduo para a esfera social, procurando explicações para o que o indivíduo pensa ou sente em termos de grupos, classes ou sociedades, olhando para o espaço linguístico que eles partilham com as outras pessoas, visto que expressões como o ato de falar, escrever e os encontros sociais são ações de conflito que evidenciam as manifestações e contestações das relações de poder (MARIANO, 2005; FERNANDES; ALMEIDA, 2001).

Dentre as diversas teorias pós-estruturalistas, a teoria do Império apresenta um contexto de matriz pós-marxista, com as características de relações de poder, em que a política é resultado de um embate de forças que podem ser divididas entre as que querem dominar (forma de soberania) e forças que não querem ser dominadas (forma de resistência), denominadas, respectivamente, de Império e Multidão, apresentando as condições e possibilidades de luta e resistência (ANDREOTTI, 2009), em que, de um lado, estão os detentores do capital, que buscam transformar aquilo que é público em privado e, de outro, está a multidão, que através da busca da democracia tenta resistir à privatização do comum (HARDT; NEGRI, 2009), conforme veremos a seguir.

2.3 Teoria do Império

A teoria política de Michael Hardt e Antônio Negri busca explicar a nova ordem mundial, procurando esclarecer os fenômenos econômico-sociais contemporâneos, a partir de uma visão pós-moderna baseado no que os autores denominaram de teoria do Império. Apesar da denominação, o Império é, na verdade, uma articulação teórico-social entre os conceitos de si mesmo com os princípios de multidão e do comum (HARDT; NEGRI, 2001).

O Império se baseia na ação do poder ilimitado dos organismos internacionais, sejam eles países, empresas, entidades ou indivíduos, desprovidos do senso de fronteiras, concebendo com sua insaciabilidade a totalidade do globo terrestre, governando todo o mundo civilizado conhecido. O objeto de governo do Império é a vida social. Assim, ele atua em todos os registros da ordem social e procura regular não só as interações humanas, mas a própria natureza do homem (HARDT; NEGRI, 2001; SMITH, 2009).

O Império é a ação do capitalismo global que transforma o conceito de soberania por meio da forma de produção imaterial (HARDT; NEGRI, 2001). A multidão é uma parte da teoria do império que prega, em sua forma ideal, a autonomia popular, que enfrenta um problema de representação na democracia, visto ter ela uma característica paradoxal, que é a necessidade de ser a representação de todos. Ora, se é representação, não há como ser de todos e sempre há o privilégio para alguns, normalmente os detentores do poder. Contra isso, a sociedade civil oferece resistência, que o governo combate com ações contrainsurgentes, ou seja, a guerra permanente (HARDT; NEGRI, 2012). A trilogia se encerra com a apresentação do comum, que é o interesse geral e abstrato em contraponto ao interesse particular. Em sua forma ideal, o comum seria uma nova forma de organização social que almeja uma soberania democrática, externalizada por formas cooperativas e comunicativas de trabalho, constituindo uma passagem da *Res-pública* para uma *Res-communis* que, em última instância, permitiriam a reprodução da própria multidão. O comum é o conjunto das singularidades que passam a cooperar entre si, é a multidão que se torna comum (HARDT; NEGRI, 2009; DESAI; RAMJETTAN, 2008).

2.3.1 Império

A teoria do Império de Michael Hardt e Antônio Negri busca explicar essa nova ordem mundial global, procurando esclarecer os fenômenos econômico-sociais contemporâneos, a

partir de uma visão pós-moderna. O principal conceito de Império baseia-se na ação do poder ilimitado dos organismos internacionais, sejam eles países, empresas, entidades ou indivíduos, desprovidos do senso de fronteiras, concebendo como sua sede a totalidade do globo terrestre, governando todo o mundo civilizado conhecido (HARDT; NEGRI, 2001).

Dentro da lógica econômico-social pós-moderna, verifica-se que a maior parte da vida social é determinada por processos globais, responsáveis por dissolver culturas, economias e fronteiras nacionais, dentro de um regime que Guattari (1992) identifica como sendo uma nova forma de capitalismo da era pós-industrial, qualificada por ele como Capitalismo Mundial Integrado. Esta forma de atuação do capitalismo, na verdade, se trata da globalização, uma forma de reprodução das práticas capitalistas em escala internacional. É o processo pelo qual o espaço mundial adquire unidade e marca o fim do sistema nacional enquanto núcleo central das atividades e estratégias humanas organizadas, passando a tecer relações de interdependência entre diversas economias nacionais distintas, ainda que essas não possuam autonomia (OLIVEIRA, 2006; ALVES, 2001; SANTOS, 2002; HARDT; NEGRI, 2001).

Baseado em Karl Marx, Alves (2001) afirma que o processo de globalização surgiu a partir do domínio do capital financeiro, da derrocada do socialismo (leia-se queda da antiga União Soviética), do domínio das corporações multinacionais, enfim, do predomínio das instituições globais que se impõe sobre as culturas regionais e nacionais.

Para um entendimento mais amplo sobre a teoria do Império, discorreremos a seguir sobre as suas principais bases que são o processo de globalização, a atuação do capitalismo imperial, os modos de produção imaterial na pós-modernidade, as relações de biopoder e biopolítica e a noção contemporânea de soberania. .

2.3.1.1 Globalização

O processo de globalização é um fenômeno causado pelos efeitos diretos das ações expansionistas do capitalismo moderno, que não reconhece mais fronteiras, que ocupa territórios, que absorve outras formas de economia e as transformam em semelhantes, a fim de que multipliquem a lógica do capital para que, assim, possa se perpetuar como hegemônica (HARDT; NEGRI, 2005).

O discurso predominante é de que esta situação é inevitável por estar ligada a uma economia global, em que mais vale a liberdade de mercado, sendo, inclusive, o termo “globalização” um dos mais empregados para disseminar a ideologia capitalista, que prega que não resta alternativa aos demais países do mundo a não ser aderirem a esse modelo econômico, sob o risco de se isolarem internacionalmente, o que poderia ocasionar uma falência daquele Estado rebelde, tornando-se, assim, inútil qualquer tentativa de resistência (OLIVEIRA, 2006; CHESNAIS, 1995).

Atualmente, praticamente toda a humanidade está dominada e subordinada pela rede exploratória capitalista, o que amplia cada vez mais a distância entre os homens ricos que acumulam mais e mais e os humanos que vivem abaixo da linha de extrema pobreza, que vão perdendo a sua cidadania, a sua autonomia, o seu poder de decisão sobre si mesmos e sobre a sociedade, logo, que vão perdendo a sua própria humanidade (HARDT; NEGRI, 2005).

O capitalismo expandiu-se de maneira bastante rápida e agressiva pelas mais diferentes nacionalidades, culturas e civilizações como uma forma de poder que faz os Estados-nação perderem todo o sentido de centralidade, do que é externo e do que é interno (ALVES, 2001; COSTA; LEÃO, 2011).

De acordo com Hardt e Negri (2005) a necessidade quase insana de acúmulo econômico constantemente impele o capital para práticas de pilhagem e roubo, num processo de saque mundial, tomando a produção de todos os cantos do planeta, muitas vezes à força, para satisfazer as suas necessidades de realização material.

Ainda de acordo com os autores, além de invadir e pilhar territórios, o capitalismo desterritorializa os povos. Em busca de dinheiro, os seres humanos se põem em marcha, deixam suas terras, mudam seus costumes, organizações sociais, tradições e culturas, criam novas redes e entram num círculo de aculturação comum, um aculturação universal, o aculturação do capitalismo, em que tudo se resume a dinheiro, onde nada mais tem outro tipo de valor a não ser o econômico.

Tendo sua origem na Europa, o capitalismo sempre funcionou como uma economia mundial, explorando os bens e os povos dos territórios por eles colonizados, seja nas Américas, nas Índias ou na África. O capital sempre foi organizado com visão de domínio mundial. Contudo, apenas na segunda metade do século XX, as empresas multinacionais começaram efetivamente a se estruturar biopoliticamente em outros países além de suas sedes. A essência selvagem do capitalismo apresenta uma característica cruel de insaciabilidade, por isso a necessidade de constante expansão. O capital se alimenta de seu ambiente externo, vive em função do domínio daquilo que está além-fronteiras, o seu crescimento depende da

absorção da economia e da riqueza alheia. Por este motivo o capital se exporta buscando gerar o que Marx denominou como "mais-valia" nos territórios estrangeiros como forma de reproduzir na sociedade dominada a cultura econômica que lhe traz mais vantagem, ou seja, o próprio capitalismo. O capital busca formar réplicas de si mesmo mundo a fora como forma de ampliar o seu domínio global (HARDT; NEGRI, 2005).

O processo de internacionalização dos fatores produtivos não resultou nos benefícios econômicos prometidos a todas as nações do mundo. O que realmente ocorre é que com a revolução tecnológica e a internacionalização dos capitais a homogeneização dos padrões de consumo entre os países não aconteceu e os organismos internacionais ricos estão cada vez mais ricos e os pobres, cada vez mais pobres, as benfeitorias advindas da globalização permanecem concentradas num pequeno número de países, compartilhadas de modo desigual, refletindo diretamente na condição de vida de seu povo. Grande parte do fracasso do processo da globalização se deve às atuações perversas de agentes financeiros internacionais como o FMI e o Banco Mundial, que escravizam os países em desenvolvimento com seus empréstimos, condicionando-os a rigorosos programas de arrocho e de pacotes econômicos. A economia "globalizada" é excludente, pois serve apenas aos interesses do capital e nada mais (OLIVEIRA, 2006; STIGLITZ, 2002).

O capital age de forma sorrateira. Ele invade os territórios alheios de maneira cruel, mas ao mesmo tempo suave. Utiliza argumentos e ardis econômicos para romper as barreiras culturais e fronteiras geográficas, para convencer as populações locais a aceitá-lo como uma solução aos problemas sociais, mas na verdade ele escraviza o povo, colocando-o num ciclo de relação trabalho/consumo/trabalho quase impossível de se desvencilhar (HARDT; NEGRI, 2005).

Contudo, segundo Stiglitz (2002) o processo de globalização pode ser remodelado e conduzido de forma mais justa, o que pode ocasionar uma profunda mudança mundial, criando uma nova economia mais igualitária, mais saudável, mais sustentável e com a possibilidade de que todas as nações e instituições globais possam interagir de maneira mais igualitária, com seus resultados mais compartilhados e de forma menos exploratória.

A concepção moderna de soberania baseia-se na definição de fronteiras fixas, na delimitação de territórios, na distinção de populações, culturas e organizações sociais, alcançando o seu aperfeiçoamento no conceito de soberania nacional. O capital, por outro lado não respeita fronteiras, destrói culturas e civilizações, dizima sociedades e padroniza os comportamentos humanos para o alcance de seus próprios objetivos. Essa desterritorialização e acultramento contribuem para que a soberania do capital seja plenamente alcançada e

exercida, fazendo com que o capitalismo governe toda a sociedade universal, transformando o povo, dominado pela dependência das práticas econômicas, em uma totalidade ordenada (HARDT; NEGRI, 2005; DESAI; RAMJETTAN, 2008).

Essa nova lógica econômico-social internacional dá origem ao Império, que é a substância política suprema que governa o mundo, incorporando todas as nações do globo através de um processo contínuo e agressivo de descentralização e desterritorialização, mesclando as cores de todas as bandeiras que antes pertenciam a um mundo imperialista (CORAZZA, 2002).

Contudo, a principal característica de chegada do Império e fim do imperialismo é a demonstração de incapacidade dos Estados-nação, diante das novas formas de relação comercial internacional, de regularem sozinhos, de forma autônoma, inclusive dentro de seu próprio território, as permutas econômicas e culturais impostas pelo novo modelo, apresentando, assim, uma soberania declinante (HARDT; NEGRI, 2001).

Com o mercado global, o Império passou a regular os fluxos globais de recursos, libertando a economia capitalista das restrições que antes eram impostas pelo jogo de forças políticas, passando a inibir o poder e a soberania dos Estados-Nação (CORAZZA, 2002, SILK, 2005).

2.3.1.2 Capitalismo Imperial

O Império apresenta uma nova forma de autoridade, de onde a força parte de um único ponto de poder global, que utiliza uma nova lógica de produção de normas e instrumentos legais de imposição e de coerção em favor de determinados interesses, capaz de fazer valer contratos, resolver conflitos e manter a paz social a partir de suas próprias verdades éticas, ainda que seja necessário produzir "guerras justas", contra tiranos ou combater "insurgentes", mesmo que estes sejam civis tentando defender seu território e seus ideais, desde que a comunidade internacional os julgue nocivos aos interesses da "liberdade dos povos" e do "livre comércio" (HARDT; NEGRI, 2001).

A mola-mestra do Império é o capital, que vem, na modernidade, dominando, moldando e organizando as relações entre os povos do mundo. Contudo, as imposições do capital não mais se definem através de roubo ou de permuta desleal, mas passaram a fazer dos Estados-nação seus instrumentos de mercadorias e fluxo financeiro, manobrando a produção mundial, hierarquizando os setores, determinando uma nova geografia biopolítica global.

Quase toda a humanidade está subordinada à atual lógica de exploração capitalista, extremando ainda mais a diferença entre a pequena minoria que controla as riquezas e a imensa multidão que vive abaixo da linha da pobreza (GREWAL, 2002; HARDT; NEGRI, 2001, SILK, 2005).

O objeto de exploração capitalista não é mais a atividade produtiva local, mas a padronização universal da mão de obra. Dominar corpos, braços e mentes de forma colaborativa, simultânea e coordenada, a partir de qualquer lugar e de vários lugares ao mesmo tempo, influenciando culturas, negligenciando vocações locais, globalizando comportamentos, torna-se uma atividade bastante poderosa. Nasce, então, uma força de trabalho mundializada, à disposição do capital, que pode direcionar sua força produtiva para as áreas que melhor lhe renderem lucratividade (URRY, 2005; HARDT; NEGRI, 2001).

Ao contrário do que pregava a antiga concepção de soberania, o capital não enxerga fronteiras. A expansão constante é a condição natural para a sua sobrevivência e manter-se voltado para o seu exterior é essencial para a sua existência e contínua reprodução, pois ele se alimenta de seu ambiente externo, encontrando novos mercados e constantemente aproveitando-se de novas oportunidades para renovar o seu ciclo de acumulação (GREWAL, 2002).

O capital necessita mais do que simplesmente firmar e manter intercâmbio comercial com outros países e apenas apropriar-se de suas riquezas. Para que atinja os seus objetivos com a máxima eficiência, faz-se necessário também exportar a ideia capitalista, doutrinar a sociedade com quem se relaciona e convertê-los também em capitalistas, absorvendo aquele organismo internacional, antes solto, independente, para dentro de sua grande e única rede global (HARDT; NEGRI, 2001).

Dessa forma, Grewal (2002) afirma que, por influência do capital, a soberania contemporânea transcende a geografia territorial, econômica ou política. O capitalismo opera sua dominação não mais pela imposição real de força e poder, mas através das relações internacionais, dissolvendo fronteiras físicas ou sociais, invadindo territórios não mais pela força bélica, mas pela desterritorialização, pelo envolvimento da população aliciada para dentro da lógica do capital.

De acordo com Hardt e Negri (2001), outra característica do capitalismo é a efetiva participação nas decisões de Estado. Os governos que deveriam representar a coletividade, na verdade, funcionam como diretoria executiva dos capitalistas, legitimando as decisões parciais que beneficiam apenas uma pequena parte, já privilegiada, da população. Para cumprir a sua função, o capital desobstrui Estados, criando um proletário livre, porém sob o

custo da padronização e adaptação de culturas e organizações sociais, desfigurando e até destruindo o que havia de tradicional e identitário nas sociedades colonizadas para criar um sistema customizado de relação e produção socioeconômica (ANDREOTTI, 2009).

O Império apresenta tanto a configuração do poder e da soberania atual quanto às condições e possibilidades de luta e resistência contra esse poder, bem como as diferenças entre os modelos de poder e resistência anteriores no Império. Este conflito central se torna microconflito e a crise se torna onicrise, ou corrupção. Corrupção é aqui vista como um processo reverso da geração e composição, momento de metamorfose que potencialmente liberta espaços para mudanças, mas ao mesmo tempo pode ser o momento de quando o comando age para obstruir toda a expansividade e a intensidade da multidão, a destruição de sua singularidade através de sua unificação coercitiva e/ou sua segmentação cruel. O império é um aparelho de descentralização, uma forma de soberania universal de mercado do mundo pós-moderno, em que o entendimento sobre a noção de proletariado deve ser ampliado para além do trabalhador braçal do chão de fábrica, incluindo agora os que são explorados por todo o tipo de trabalho, tanto o produtivo quanto o imaterial que estejam sob a disciplina capitalista e suas relações de produção (HARDT; NEGRI, 2001; ANDREOTTI, 2009).

2.3.1.3 Produção imaterial

Em relação à produção imaterial é interessante observar que existem três paradigmas econômicos definidos por meio da economia dominante em cada época. Na Idade Média, a predominância era da produção primária, a agricultura e o extrativismo. A passagem deste primeiro paradigma para o segundo se deu pelo processo de modernização econômica, ou seja, pela indústria e fabricação de bens duráveis. O paradigma atual é o terceiro, o da oferta de serviços e manuseio de informações, quer dizer, estamos na era da informatização da produção, também chamado de processo de pós-modernização econômica. A homogeneização dos processos laborais, ou seja, a padronização dos serviços é uma consequência da informatização da produção e do surgimento do trabalho imaterial, desse processo contemporâneo de produção denominado pós-modernização econômica (HARDT; NEGRI, 2001; SMITH, 2009).

A partir de meados do século passado as grandes organizações multinacionais passaram a costurar uma estrutura de biopoder, transformando os Estados-nação em meros cenários para as suas atuações comerciais e financeiras, estruturando e articulando territórios e

populações para o movimento econômico de seus negócios, alocando recursos, distribuindo mão de obra, reorganizando a geografia do mercado mundial, enfim, estruturando uma nova ação biopolítica global (HARDT; NEGRI, 2001).

A distinção entre trabalho produtivo e trabalho imaterial é que no primeiro a classe trabalhadora é homogênea, de cunho basicamente industrial, com representação político-sindical. Já no trabalho imaterial extingue-se a classe trabalhadora, pois ela se torna heterogênea, formada por profissionais de vários segmentos distintos. A representação sindical passa a ser substituída pelos movimentos sociais e os seus anseios passam a ser múltiplos (AMORIM, 2007).

De acordo com Hardt e Negri (2001), no formato de negócio pós-moderno as grandes corporações produzem mais do que mercadorias. Dentro de um contexto biopolítico elas produzem subjetividades como necessidades e relações sociais, que por sua vez interagem com os produtos gerando novos produtores, criando um ciclo de produção e reprodução. Realizam o que Deleuze e Guattari (1976) chamam de produtividade da reprodução social, que é a produção criativa, a produção de valores, de relações sociais, de afetos etc.

Para Deleuze e Guattari (1976), “A subjetividade é a matéria prima de toda produção”, apontando como os trabalhadores da pós-modernidade são afetados por este novo mundo em transformação incessante, que é produzido juntamente com os sujeitos e objetos que o constituem, através das máquinas sociais e de seus diversos aparelhos de montagem.

Contudo, apesar de intangível, a subjetividade não é abstrata, mas real, pois é parte integrante e importante da vida, das formas de amar, dos jeitos de sentir, das capacidades de sonhar, dos desejos de habitar, dos padrões estéticos adotados, enfim, das várias formas de subjetivação que constituem os indivíduos ou coletividades como sujeitos (DELEUZE, 1998). Desta forma, a subjetividade pode ser considerada como sendo de essência social, porém fruto da vivência e da produção individual da existência de cada pessoa (GUATTARI, 1986).

Os novos atores do mercado pós-modernos atuam com extrema fluidez transfronteiriça, dotados de uma flexibilidade jamais vista, desenvolvendo produtos imateriais, mas com enorme aceitação mundial, fugindo o seu consumo do controle dos governos dos Estados-nação. Numa sociedade biopolítica a sua principal produção é a da subjetividade como principal atividade humana de autoenriquecimento contínuo e relacionamento com o mundo (GUATTARI, 1992).

O trabalho imaterial é aquele que produz um bem intangível, é um conjunto de atividades subjetivas, intelectuais, afetivas e comunicativas, inerentes ao trabalhador contemporâneo, que exercem atividades produtivas que apresentam como resultado produtos

como bem estar, segurança, conforto, prazer, confiança, informação, serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação, oferecendo uma nova lógica na relação entre produção e consumo (GRISCI, 2008; HARDT; NEGRI, 2012; LAZZARATO; NEGRI, 2001; NEGRI, 2004; PEUTER; DYER-WITHEFORD, 2005).

A Indústria da produção audiovisual, da publicidade, da moda, da produção de software, da gestão do território etc, são exemplos da produção imaterial. O trabalho imaterial tanto pode se referir ao trabalho essencialmente intelectual, que produz ideias, códigos, símbolos, textos etc, como pode se referir ao trabalho afetivo, que produz bem-estar, confiança, segurança, prazer (LAZZARATO; NEGRI, 2001; LIMA, 2007; NEGRI, 2004).

Para Marx, o trabalho imaterial não forma valor, mas são os serviços que dão fluência a esse valor. O conceito de trabalho imaterial em Marx o define como contraponto ao trabalho produtivo, visando a uma redefinição do trabalho na era em que a força de trabalho está se transformando em “inteligência de massa”, com potencialidade de assumir uma hegemonia político-social (AMORIM, 2007; LAZZARATO; NEGRI, 2001; TERRANOVA, 2006).

A grande importância do trabalho imaterial é a produção de uma relação de inovação social de consumo, gerando apenas a partir de então um valor econômico, desvelando o que estava escondido por trás da produção industrial, mostrando que o trabalho gera relação de capital, além de produzir mercadoria. O trabalho imaterial é uma característica produtiva inerente à sociedade biopolítica (LAZZARATO; NEGRI, 2001; NEGRI, 2004; PEUTER; DYER-WITHEFORD, 2005).

2.3.1.4 Biopoder e Biopolítica

É importante ressaltar que um dos aspectos mais importantes da teoria do Império na lógica do capitalismo pós-moderno é o Biopoder, que tem seu conceito embasado na teoria social de Michel Foucault, e vem a ser uma forma de poder que regula a vida social do homem, tendo como tarefa principal administrar a vida a partir das características e atividades humanas, estando diretamente ligado aos processos de produção e reprodução da vida. O conjunto da sociedade está inserido no poder biopolítico, sendo que este é capaz de produzir o corpo social, e os nossos corpos individuais, sendo a essência de toda a produtividade (HARDT; NEGRI, 2012).

Costa, Guerra e Leão (2011) afirmam que, segundo Foucault, biopoder é o poder sobre a vida. O Império exerce o biopoder com o intuito de regular a vida social internamente para

obter o comando do campo econômico. Contudo, o poder só adquire comando efetivo sobre a população em que todos os indivíduos exerçam conjuntamente sua própria vontade. O biopoder está diretamente ligado à produção e à reprodução da própria vida (ANDREOTTI, 2011; CORAZZA, 2002).

Foucault (2008b) divide os mecanismos de poder em três: os suplícios, as disciplinas e a biopolítica. Na realidade, as análises das disciplinas e da biopolítica surgem em oposição ao mecanismo dos suplícios, baseado na punição dos que atentavam contra a ordem social ocorria por meio de rituais sanguinários de tortura, humilhação e massacre público, servindo como exemplo para que os demais membros da sociedade não cometessem a mesma contravenção. Aos poucos o regime dos suplícios foi sendo substituído por um regime de biopoder, que apresenta a disciplina e a biopolítica como seus mecanismos principais (COSTA; GUERRA; LEÃO, 2011; MOTTA; ALCADIPANI, 2004).

Foucault (1987) define sociedade disciplinar como sendo aquela em que há uma malha de inter-relações composta por aparelhos produtores e reguladores dos costumes, hábitos e práticas produtivas, cada vez mais distribuídas por corpos e cérebros dos cidadãos, que constroem o comando social, enquanto o mecanismo de poder disciplinar regula os indivíduos, servindo para adestrá-los e padronizar seus comportamentos. Através de procedimentos de vigilância exaustiva, indiscriminada e indiscreta, a biopolítica age exercendo sobre eles efeitos no conjunto e regulação sobre a coletividade.

No biopoder a espécie humana é subjugada a um processo regulamentador por mecanismos globais de atuação, tendo a norma, ou a busca dela, como elemento comum entre a sociedade disciplinar e a sociedade regulamentar, estabelecendo, assim, uma sociedade de normalização (FOUCAULT, 1999).

Na transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, o domínio social era efetivado por uma rede de instituições estruturantes do terreno social como fábricas, prisões e escolas, que justificavam a existência do paradigma de poder da disciplina. Na contemporaneidade o controle passa a ser exercido por máquinas inteligentes que funcionam alimentadas por redes de informações que realizam o monitoramento humano, produzindo e reproduzindo a vida, o bem-estar social, ou seja, exercendo a biopolítica (DELEUZE, 1992).

A sociedade de controle, ou sociedade da informação (DELEUZE; GUATTARI, 2000), surge a partir da queda das instituições, do definhamento da sociedade civil e do declínio da sociedade disciplinar, visto ocasionar uma suavização do estriamento do moderno espaço social, em que os cérebros se organizam como sistemas de comunicação e redes de informação e os corpos se adaptam em uma estrutura de bem-estar e atividades monitoradas,

conformando-se com sua condição de alienação, alijada de senso ou desejo de criatividade (HARDT; NEGRI, 2012).

A sociedade da informação (ou de controle) apresenta um processo de engajamento subjetivo em que suas configurações se desenvolvem de maneira ambígua para que a produção imaterial possa produzir valor, pois ao mesmo tempo em que as modalidades e relações de trabalho se assemelham ao adotado pelo modo industrial moderno, buscando o controle e dominação do proletariado, as empresas desenvolvem mecanismos de autocontrole, seduzindo o trabalhador assalariado para que ele produza por prazer, como uma fonte de possibilidades para sua emancipação (DELEUZE, 1998), contudo, canalizando todo o potencial de criativo em benefício da acumulação de capital (DELEUZE, 2004).

Na contemporaneidade, a produção de subjetividade na sociedade disciplinar facilitou a expansão do capital pela valorização dos instrumentos de governo que passou a produzir identidades sociais muito mais móveis e flexíveis do que figuras subjetivas anteriores promovendo uma compatibilidade mais completa entre soberania e capital (HARDT; NEGRI, 2012).

O segundo aspecto do biopoder, a biopolítica, age sobre o conjunto das pessoas, sobre um conjunto de processos populacionais, tais como nascimento, óbito, velhice etc, intervindo principalmente para aumentar a vida, controlar acidentes, diminuir as eventualidades, ampliar a segurança em que são produzidos mecanismos e dispositivos para a regulação e modificação da vida, tais como as estratégias higiênicas, sanitárias, urbanísticas, de controle demográfico e de saúde que passaram a se proliferar a partir de fins do século XIX. Essa nova tecnologia de poder se aplica não mais ao homem individual, mas ao homem enquanto espécie ou enquanto população, (DUARTE, 2006; MOTTA; ALCADIPANI, 2004; PASSOS, 2008).

As formas biopolíticas de produção são os modos vivos e múltiplos de exercícios de atividades sociais, existentes na sociedade contemporânea, que diferem ou excedem aqueles formalmente reconhecidos nos moldes padronizados impostos pelo sistema capitalista moderno. O trabalho biopolítico é aquele que gera bens sociais e relacionais, ao invés de apenas bens materiais, apresentando uma característica hegemônica imaterial, qualitativa, oferecendo à sociedade modos alternativos de produção, distintos dos empregos oferecidos pelas fábricas tradicionais (HARDT; NEGRI, 2001; HARDT; NEGRI, 2012).

A biopolítica, nas sociedades modernas é o processo de normalização de conduta das populações, que começa a acontecer quando o ser humano adquire existência política e tem a sua vida biologicamente reconhecida, passando a ser, a partir deste momento, objeto de governo. A biopolítica surge como uma nova forma de governo, em que as relações de poder

se apresentam de forma totalmente distinta das antes conhecidas pelo mundo clássico (LAZZARATO, 2006).

Essa normalização se dá pelo surgimento da sociedade do espetáculo, que proporciona a produção do não-lugar, ou seja, um lugar virtual, em que praticamente não se distingue onde as práticas sociais estão de fato ocorrendo, visto a universalização da noção liberal de público ocorrer através das câmeras de monitoramento e sistemas de segurança, por exemplo, impondo uma uniformidade de ação e pensamento de massa, ao tempo em que individualiza os atores sociais em ambientes privativos seus automóveis pessoais ou telas de vídeo particulares, sendo necessária uma reinvenção das formas de luta frente a esse novo cenário (HARDT; NEGRI, 2012).

Assim, a produção social se caracteriza pela existência maciça de uma repressão da sociedade agindo sobre a produção do desejo, que reproduz a prática capitalista predatória de se gerar as vidas nas sociedades pós-modernas, baseada na lógica do utilitarismo extremo do outro (DELEUZE, 1988).

As relações contemporânea de biopoder e biopolítica exercidos pelo capitalismo internacional alteraram as noções de soberania, conforme poderemos observar a seguir.

2.3.1.5 Soberania

A produção imperial acontece dentro de uma contradição, pois ocorre em todo lugar e em lugar nenhum ao mesmo tempo, num processo fluido de geração e de corrupção de subjetividade, evidenciando o que Hardt e Negri (2001) denominam de onicrise. É necessário, porém, enfatizar que a corrupção aqui abordada não se refere ao sentido ordinário do termo, mas proveniente do termo “romper”, pois os autores defendem que a impureza do Império, por um lado, somada com a sucumbência do governo, por outro, forma a corrupção que define a soberania imperial.

Com o surgimento dos processos da acumulação primitiva de capital nasceu a necessidade da imposição de novas estruturas de poder, visto que o poder absolutista e patrimonial não dava mais conta da nova realidade política e social, principalmente depois das três grandes revoluções burguesas (francesa, inglesa e americana), que aos poucos foi transformando o modelo existente, baseado no patrimônio territorial e fundamentado na teologia por uma identidade espiritual de nação. A essência de território e de povo do absolutismo foi mantida, mas com uma nova roupagem que conseguisse se adaptar aos novos

processos capitalistas de produção, estabilizada por um conceito transcendental de soberania nacional, baseada numa identidade cultural, centrada na integração, fundada num senso de relações de consanguinidade, dentro de um espaço territorial compartilhado e fortalecido pela língua comum. Com a soberania nacional esperava-se obter a independência da dominação estrangeira e a autodeterminação dos povos (HARDT e NEGRI, 2001; SMITH, 2009).

No final do século XIX para início do século XX a soberania nacional aperfeiçoou-se e se transformou em soberania moderna devido à instalação dos processos de acumulação exercida pelo capitalismo industrial hegemônico vigente à época, que forneceu condições materiais para essa alteração conceitual, estabelecendo uma nova relação nas estruturas de poder, com influência junto aos governantes para a manutenção de uma regulamentação capitalista de mercado. A soberania moderna se baseava na criação e manutenção de fronteiras fixas entre territórios, populações, moeda, legislação, funções sociais, em que havia unidade de comando, limites, estabelecimento de poder e autoridade dentro de suas demarcações territoriais (HARDT; NEGRI, 2001).

De acordo com Hardt e Negri (2001) a soberania do fim do século XX e início do século XXI se transformou mais uma vez, amoldando-se às novas demandas do capitalismo globalizado, compondo-se por organismos internacionais e supranacionais unidos com uma lógica de dominação padronizada, com uma forma única e global de dominação, que os autores denominaram de Império. Com o aumento de poder do capital ocorre o declínio dos poderes da nação que apontam para uma transição geral do paradigma de soberania moderna para o paradigma de soberania imperial, um paradigma que imprime à sociedade um ritmo acelerado e violento, que age de forma descontínua, localizando seu único ponto de referência na incondicionalidade definitiva do poder que pode exercer, agindo de maneira virtual, no formato de máquinas de altíssima tecnologia, construídas para controlar, dominar e, quando necessário, intervir nas avarias do sistema, inclusive utilizando os recursos robóticos e computacionais.

Chayes e Chayes (1998) corroboram com essa nova forma de soberania, afirmando que ela não está mais baseada na independência dos Estados, de forma que eles se isolem uns dos outros, mas consiste na cooperação internacional com a finalidade de obterem benefícios mútuos e comuns, em que os países membros façam parte de uma comunidade formando um sistema internacional. Assim, os assuntos pertinentes a cada país, antes tratados de forma interna e individual, estão deixando de ser problemas de jurisdição doméstica, decorrente de sua soberania, para ser tornarem de interesse mais amplo.

Couto (2001) vai mais além, afirmando que a sociedade mundial tem passado por transformações que implicam uma relação mais complexa do que pregam as concepções tradicionais do direito internacional, pois houve um considerável aumento do número de atores internacionais, os quais não estão inseridos apenas os Estados-nação, mas também organizações, empresas e até indivíduos transnacionais.

O interesse da soberania deixa de ser de apenas um ator para sofrer influência de várias unidades autônomas, deixando de existir nitidez na separação entre o interno e o internacional, o que não passa a significar o fim da existência dos Estados, mas o aparecimento de uma nova concepção de soberania, em que os Estados passam a compartilhar o seu poder com outros atores internacionais (COUTO, 2001).

Para que os senhores dominantes da ordem mundial assumam o controle dentro de uma economia social tão fluida há a necessidade de assumir o poder de intervenção, composto pela impressão de um regime de exceção e pelo uso do legítimo direito de polícia, que é a capacidade de se aparelhar adequadamente e mobilizar a força necessária para exercer o emprego da prevenção, da repressão e da força retórica para a instauração e manutenção do equilíbrio social, ou seja, para criar e manter a ordem, de acordo com as conveniências do capital imperial. As intervenções não acontecem dentro de um aspecto jurídico, mas dentro de uma perspectiva estrutural dominante de produção e comunicação. Contudo, o império não é formado baseado em sua força. Esta é uma instância extrema utilizada apenas em situações em que o poder de resistência se apresente de forma mais recrudescida. Um Estado em que o soberano institui a força de uma milícia para a manutenção de seu próprio poder e não em favor daqueles que o compõem, merece mais o nome de solidão ao invés de multidão (SPINOZA, 1979).

A base do Império é a sua capacidade de mostrar a força a serviço do direito de paz. O Império só age por convocação e suas intervenções só acontecem quando são legitimadas por uma cadeia de consensos internacionais, o que faz com que ele amplie o seu próprio poder. O consenso é determinado por fatores econômicos e não por mecanismos políticos tradicionais, visto que governo e política foram totalmente assimilados ao sistema de comando Imperial, com seus poderes articulados por meio de uma série de organismos e funções internacionais, desaparecendo, assim a noção de autonomia do político, mesmo com a manutenção da classe política. A virtualidade, a descontinuidade, o espaço sempre aberto, suas reterritorializações contínuas, a lógica de sua ordem sempre renovada e recriada no expansionismo da soberania imperial, reforçam seu aparelho de dominação demonstrando sua eficácia no contexto histórico contemporâneo, legitimando a sua força como autoridade de influência mundial

sobre os Estados-nação. Se na modernidade o espaço era estriado, claramente definido e continuamente ocupados, numa relação explícita de interior/exterior, na soberania imperial o espaço é liso, criando-se, assim, uma onicrise, em que não há lugar de poder, pois o poder está ao mesmo tempo em todos os lugares e em lugar nenhum, ou seja, o Império é um não-lugar (HARDT; NEGRI, 2001).

Assim, o que se entende no âmbito dos organismos internacionais como dentro e fora, interior e exterior fazem parte de um discurso da modernidade. Na pós-modernidade, essa configuração espacial perde o vigor e a distinção entre aquilo que é externo e o que é interno torna-se cada vez mais imperceptível, pois as fronteiras agora se fundem formando uma aldeia única e universal (HARDT; NEGRI, 2001).

No entanto, Hardt e Negri (2001) afirmam ainda que todo esse jogo de poder dos agentes imperiais é para a manutenção do domínio sobre os habitantes dos Estados-nação e os recursos públicos que geram. Para que o Império alcance o seu objetivo, é preciso unificar os hábitos e padronizar os comportamentos, pois enquanto os membros de uma coletividade preservarem as suas singularidades manter-se-ão como multidão, como uma relação constituinte inconclusiva, composta por diversas vontades e ações, o que causa conflito com os governantes. Porém, o objetivo dos agentes do Império é transformar a multidão em povo, em uma síntese constituída e preparada para a soberania, visto que assim apresentam características uniformes e previsíveis, de fácil manipulação e de comportamento massificado, proporcionando uma produção imaterial de amplo alcance.

2.3.2 Multidão

A multidão é um conjunto de singularidades não representáveis cujos sujeitos falam por si mesmos. É uma imanência de difícil representação por se tratar de uma multiplicidade, ao contrário do conceito de povo, que é originado a partir da tradição moderna, que é representável por ser uma unidade, por constituir um corpo social que forma uma massa de indivíduos assentado na transcendência de um soberano. A multidão constitui um ator social ativo, auto-organizado, sendo a carne real da produção pós-moderna, que se contrasta não só à definição de povo, mas também à de massas, de turbas, de populacho e de plebe que não são singularidades, mas constituem forças sociais irracionais e passivas, violentas e perigosas, que não são capazes de agir por si mesmas e, justamente por isto, são facilmente manipuláveis, suscetíveis a influências externas, seguindo invariavelmente a um líder que manipula os seus

membros pela emoção, pelo contágio, pela repetição e até pela sensação de pânico (ANDREOTTI, 2009; NEGRI, 2004; HARDT; NEGRI, 2012; MARRA, 2013).

A seguir discorreremos sobre os principais pontos de apoio da teoria da multidão de Hardt e Negri (2012) que são a diferenciação entre as classificações entre povo e multidão e as suas razões conceituais, a discussão sobre a democracia e o estado de guerra da era contemporânea.

2.3.2.1 Povo ou multidão

De acordo com Spinoza (1979), o direito do poder soberano (*imperium*) é o direito natural coletivo que não é imposto pelo poder individual de cada indivíduo, mas pela potência da *multitudo*, que é conduzida como que por uma só mente. Desta forma, o corpo e a mente do Estado têm tanto direito quanto vale sua potência. O poder do soberano (*imperium*) não se dá a partir de um poder individual, mas emana do poder da multidão ao agir como que se conduzida a partir de um mesmo pensamento, de uma mesma causa, movimentando-se como um só corpo e uma só mente. A democracia é considerada o mais natural dos regimes políticos, pois em seu seio o poder que emana da multidão é indivisível, não havendo distinção entre a potência do governo e da multidão, sendo todos governantes, cidadãos e súditos, beneficiários e sujeitos, de forma igualitária, aos direitos do Estado e às leis instituídas por eles próprios, respectivamente.

O Estado quer transformar a multidão em povo ao mesmo tempo em que o capital tenta transformá-la em uma unidade orgânica, pois só aquilo que é uno pode ser governado. Para ser soberano, todo poder necessita formar um corpo político com uma cabeça no comando sustentada por membros subordinados e órgãos que funcionem em conjunto. A multidão segue na direção contrária deste paradigma, sendo capaz de se autogovernar. Através das lutas do trabalho a multidão se vê ao mesmo tempo no interior dos processos da globalização capitalista e contra eles (HARDT; NEGRI, 2012).

A multidão possui as características de singularidades plurais, que são a criação de novas possibilidades e estilos de vida mais autênticos (DELEUZE, 2004), cujas diferenças não podem ser reduzidas a uniformidades. A multidão não é fragmentada, anárquica ou incoerente apesar de se manter múltipla, contrapondo-se à unicidade do povo. Entretanto, o capital tenta transformá-la numa unidade orgânica, assim como o Estado quer transformar a

multidão em povo. A partir daí é que surgem as lutas do trabalho, pois ao ver-se aprisionada nos moldes do capital global os seus agentes tendem a resistir compartilhando o que produz em comum contra o próprio poder imperial. Desta forma, a multidão pode realizar os seus movimentos autônomos de enxame podendo passar a se autogovernar (CARRINGTON, 2007; LIMA; SANTINI, 2007; HARDT; NEGRI, 2012).

Uma inteligência de enxame é um modelo sugerido pelas sociedades animais, como os das formigas, cupins e abelhas, por exemplo, em que cada um de seus indivíduos age de forma individual e autônoma, mas todos trabalham em função de uma rede, como em uma inteligência coletiva, gerada a partir da comunicação e da cooperação dentro de uma multiplicidade variada, agindo em conjunto, com um objetivo comum, sem que haja um controle central ou se estabeleça um modelo global (HARDT; NEGRI, 2012).

Embora seja múltipla, a multidão não é fragmentada, anárquica ou incoerente, mas, ao contrário, age baseada naquilo que tem em comum, o que não quer dizer que necessite ter identidade ou unidade. Esta característica impõe à multidão o desafio da democracia, visto ser o único sujeito social de realizar o governo de todos por todos (HARDT; NEGRI, 2012).

Multidão é um conceito de classe que está sempre em movimento, considerada a partir de uma perspectiva de um ângulo diferente do conceito de classe trabalhadora, visto que do aspecto da produção não abrange apenas os operários de fábrica, mas pelo lado da cooperação social compreende também a parcela de trabalhadores que operam no conjunto da produção social (NEGRI, 2004).

Pode-se dizer que a multidão é uma onda democrática, nascida em contraposição ao império, que se contrapõem aos interesses das elites dominantes, organizando-se de forma política, mas apartidária, que luta contra problemas estruturais do país e do mundo como corrupção, injustiça social, prejuízos ambientais, entre outros (BORJA; CALDAS, 2013; HARDT; NEGRI, 2012).

Um exemplo de rede potencialmente democrática seria a internet pelos seus inúmeros nós interconectados, sem um ponto central de controle e independente de localização territorial, atuando e existindo de maneira autônoma, sendo praticamente impossível de ser desligada, regulada ou proibida (DELEUZE; GUATTARI, 2000).

O trabalho industrial começou a perder a sua hegemonia para o trabalho imaterial no final do século XX. A partir de então, produtos intangíveis como conhecimento, informação, comunicação, relações, emoções e outra forma fundamental de trabalho imaterial, o “trabalho afetivo”, que produz ou manipula afetos como a sensação de bem-estar, tranquilidade, satisfação, excitação ou paixão, passaram a ganhar espaço. O trabalhador afetivo é aquele que

é hábil, que possui uma boa atitude e traquejo social, que oferece “serviços com sorriso” como os comissários de bordo, por exemplo. A concepção da multidão se dá pela formação de um conjunto de trabalhadores proletariados que, apesar de trabalhar sob o domínio do capital, potencialmente se torna uma classe dos que produzem em comum e compartilham a resistência em aceitar ser dominada por ele (NEGRI, 2004; ANDREOTTI, 2009).

O conceito de proletariado se amplia para além da classe operária industrial. Diferentemente da época moderna, no pós-moderno, a configuração do proletariado deve ser vista como uma categoria ampla que inclui todo trabalhador subjugado às normas capitalistas. Inclusive, a classe produtiva proletária na pós-modernidade compreende também os pobres desempregados. Na modernidade, eles eram visto como a escória da sociedade, um resíduo de formas sociais pré-industriais, uma espécie de refugio ou, no máximo, um exército de reserva industrial. No mundo contemporâneo figuras como o mendigo e o pobre desempregado são consideradas extraordinariamente ricas e produtivas ao empregar habilidade e criatividade frequentes como estratégias para sua sobrevivência diária (ANDREOTTI, 2009; HARDT; NEGRI, 2012). Importante ressaltar que a criatividade é uma das características de singularidade do trabalho imaterial, inscrita no sistema capitalista (DELEUZE, 1998).

Agentes como os desempregados, os pobres, os não assalariados, os sem-teto e outros excluídos dos moldes impostos pela lógica do capital também fazem parte do processo produtivo contemporâneo. Na verdade, exercem uma enorme força de vida e de produção social. Apesar dessas pessoas viverem privadas de renda, alimentação, abrigo, educação e saúde, elas também são agentes poderosos de transformação da sociedade. Os considerados pobres e desempregados necessitam utilizar a criatividade para vencerem a luta pela sobrevivência e essa habilidade desenvolvida os tornou socialmente ricos e produtivos sob diversos aspectos, mostrando uma profunda mudança no olhar sobre os moldes da economia atual. Pela lógica moderna esses agentes eram considerados um reservatório de potencial mão de obra pronta para se integrar ao mercado industrial a qualquer momento, porém, na era contemporânea de produção essa lógica já não funciona bem assim, pois deixamos de ser uma sociedade da indústria para nos tornarmos a sociedade dos serviços (HARDT; NEGRI, 2012).

O conjunto de singularidades da multidão possui interesses distintos dos agentes do Império, visto que a multidão preza pelo coletivo e o Império busca obter as vantagens capitalistas de acúmulo e poder. Vejamos agora as relações conflituosas entre a multidão e o Império.

2.3.2.2 Guerra

Ao mesmo tempo em que a multidão constrói, o Império desconstrói, enquanto a multidão forma, o Império deforma, ao tempo em que a multidão gera, o Império degenera. Esse é um jogo não dialético chamado de não lugar, visto que o império se encontra em todos os lugares ao mesmo tempo. A luta social se dá no terreno biopolítico em que o Império gera a exploração do trabalho e a multidão gera o poder da vida. Desta forma o Império organiza, enquanto a multidão é o poder que constitui como fonte onipotente e expansiva, opondo-se, assim diametralmente à soberania imperial (ANDREOTTI, 2009; HARDT; NEGRI, 2012).

A multidão age por meio da sociedade civil que é o conjunto de organizações e instituições sociais, econômicas e políticas que não fazem parte do Estado, composta por indivíduos, famílias, grupos cívicos, sindicatos, partidos políticos e grupos de interesse, ao lado de todas as outras formas de associação, que através de sua alquimia política, apresenta uma expressão plural das vontades de cada um, sintetizando, de forma esclarecida, uma vontade geral de maneira unificada de maneira racional, compatível com a soberania (HARDT; NEGRI, 2012).

De acordo com Hardt e Negri (2012), no mundo contemporâneo não há mais uma determinação de limites espaço-temporais nas guerras. Na pós-modernidade as guerras são contra um conceito ou um conjunto de práticas e podem se estender para qualquer direção, por indeterminados períodos de tempos, tornando-se, inclusive, praticamente impossível diferenciar a guerra da atividade policial, por exemplo.

Na passagem da idade clássica para a modernidade formou-se a estrutura histórica da anatomopolítica, tentando explicar o poder disciplinador e normalizador que surgira entre o final do século XIX e início do século passado. Esse poder se concentrava na figura do Estado que intencionava administrar a vida e o corpo da população (FOUCAULT, 2008b).

A biopolítica é a perspectiva em que os aspectos político-administrativos e demográficos atuam conjuntamente e os governos apreendem os desenvolvimentos naturais da vida e de sua reprodução, bem como as suas estruturas administrativas tais como a educação, a saúde etc. (ANDREOTTI, 2011).

Segundo Menezes (2012), as técnicas em que se baseiam as práticas do biopoder iniciaram-se no poder pastoral do oriente, sendo que o pastorado cristão apresenta primeiramente a tecnologia ocidental dos modos de governo da vida. O poder pastoral é a forma de organização da vida humana, que ensina as pessoas a governarem as outras, bem como fazer com que estas se deixem governar, utilizando o modelo das ovelhas que se

permitem ser guiadas por seu pastor. Essas formas de controle vão dominando pouco a pouco as relações sociais de baixo para cima, sendo, então, para Foucault (2008b), equivocada a visão de que há uma classe dominante mundial que arquiteta as estratégias de dominação sobre as classes dominadas. Deve-se supor o contrário, que as correlações de forças múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos sociais e nas diversas instituições é que dão o suporte necessário para os efeitos de divisão que atravessam o conjunto do corpo social (PASSOS, 2008).

Na era pós-moderna, as concepções de dominação e de guerra tomaram um formato bastante diferente do conceito tradicional de luta armada entre nações, grupos de uma mesma nacionalidade ou de diferentes etnias para impor supremacia, defender seus interesses, demarcar território, com tempo e espaço claramente delimitados (HARDT; NEGRI, 2012).

A guerra contemporânea é constante e onipresente. Não possui mais tempo de duração e ocorre por todo o globo terrestre, sem delimitação de fronteiras. As motivações do tempo presente podem ser ideológicas, por exemplo, em que a defesa de uma religião pode mobilizar conflitos armados por todo o planeta (HARDT; NEGRI, 2012).

Outra consequência do novo estado de guerra é a diferenciação entre as políticas internacionais e as internas, pois ficou cada vez mais difícil de distinguir o “inimigo” ou “as classes perigosas”, visto que ele pode vir de fora e estar dentro ou nascer dentro e ganhar alianças potencialmente universais (HARDT; NEGRI, 2012; WERMUTH; ZEIFERT; BEDIN, 2013).

A guerra transformou-se no princípio básico da organização social permanente, ficando cada vez mais difícil de distinguir a guerra da política, ou melhor, a política reduzira-se a apenas um dos recursos ou manifestações da guerra. A paz civil é apenas uma transição da guerra moderna para a pós-moderna (VILLANOVA, 2013).

Atualmente a guerra é a matriz central das relações de poder e dominação, independente do conflito ser armado ou não. A guerra transformou-se em um regime de biopoder com o objetivo principal de controle da população por parte do governo através da produção e da reprodução da vida social (HARDT; NEGRI, 2012).

Através da guerra o Estado-nação monopoliza a violência legítima como estratégia de contrainsurgência, tanto dentro do espaço nacional, como diante de outros países, dispondo da esmagadora vantagem material de violência sobre as demais forças sociais, sendo também o único ator social legítimo a exercer a violência. Qualquer outro agente que venha a exercer a violência será considerada ilegítima e fortemente reprimida, como é o caso dos direitos sindicais de greve (ALVES, 2012; HARDT; NEGRI, 2012).

Inclusive, os analistas militares americanos chegaram à conclusão que apenas o poderio militar não é o suficiente para obter o domínio. Os estrategistas sugerem que seja aplicado o que denominam de “domínio de pleno espectro” que associe o poderio militar ao controle social, econômico, político, psicológico, e ideológico, ou seja, a aplicação do conceito de biopoder. Nasce, assim, o conceito de produção do sujeito pelo poder, impondo uma alienação plena do cidadão e do trabalhador, o que provoca a total colonização do mundo vivo (HARDT; NEGRI, 2012).

Contudo, mesmo uma estratégia ilimitada como esta é passível de contradições, enfrentando resistência. Por mais multidimensional que seja a dominação nunca pode ser completa e sempre encontrará oposição, pois todo poder soberano tem sempre dois lados, dependendo do consentimento ou da submissão dos dominados. Desta forma, o poder da alienação deixa de ser ilimitado, podendo ser transformado em insurgência. Ainda que o emprego comum da palavra sugira o contrário, a insurgência sempre vem primeiro, cabendo sempre à contrainsurgência reagir a ela como resposta em forma de resistência (ALVES, 2012; HARDT; NEGRI, 2012).

O termo “resistência” é a palavra mais importante das dinâmicas que regem a socialização das forças (FOUCAULT, 2008b), consistindo numa resposta revolucionária ao biopoder, ou seja, ao poder sobre a vida (DELEUZE, 1998). Nas suas discussões sobre a análise da condução de condutas, Michel Foucault discutiu a possibilidade das pessoas exercerem uma atitude crítica que significa a recusa de ser governado (LAZZARATO, 2006). Assim, numa sociedade biopolítica o capital domina a vida e a vida passa a ser local de resistência (ANDREOTTI, 2011; MOTTA; ALCADIPANI, 2004).

Muitas das principais técnicas de ativismo político revolucionário tornaram-se hoje superadas por terem sido neutralizadas por iniciativas de contrainsurgência, porém a causa mais importante de seu desaparecimento é a atual recomposição global das classes sociais, a hegemonia do trabalho imaterial e as formas de tomada de decisão baseadas em estruturas em rede, ou seja, a transformação da própria multidão (HARDT; NEGRI, 2012). Contudo, novas formas de subversão organizada podem ser praticadas por meio de guerrilha de informação, através da ruptura do processo produtivo de circulação de dados, que são emitidos pelo poder, como forma de resistência ao modelo hegemônico capitalista contemporâneo (GUATTARI, 1987).

O estado de guerra em que se encontra a sociedade contemporânea exige uma reflexão teórica acerca da democracia. A seguir apresentamos as noções de democracia da multidão na teoria do Império.

2.3.2.3 Democracia

Importante ressaltar que o que embasa a multidão é a sociedade civil, cujas organizações e instituições sociais, econômicas e políticas não fazem parte do Estado e se organizam em torno de famílias, grupos cívicos, sindicatos, partidos políticos etc. Estes grupos de interesse e outras formas de associação realizam uma alquimia política para transformar as múltiplas trocas da sociedade capitalista, representando a expressão da vontade plural de diversas camadas da sociedade que podem agir de maneira ao mesmo tempo diversa e sincronizada para se tornar uma síntese da vontade geral unificada, influenciando diretamente em um dos maiores instrumentos de pressão social, que é a opinião pública (HARDT; NEGRI, 2012).

Para Hardt e Negri (2012), a multidão é a carne real das formas de produção na pós-modernidade, ou seja, produção biopolítica. É um modo produtivo vivo, dinâmico, que apesar de fazer parte do todo possui características autônomas, que mesmo estando dentro de um conjunto produtivo mais amplo, desenvolve movimentos próprios, únicos e independentes.

É importante observar que a multidão atua diferentemente das massas, do populacho e das turbas, visto que estas últimas não possuem componentes de singularidades, sendo sujeitos socialmente passivos, sem capacidade de agirem por si mesmos, necessitando ser conduzidos, por isso, tão suscetíveis à manipulação externa (HARDT; NEGRI, 2012, MARRA, 2013).

A multidão tem um *modus operandi* diferente, pois é um agente ativo, internamente diferente e múltiplo da sociedade, não baseado na identidade nem da unicidade, mas naquilo que lhe é comum, que serve de base para a condução para a transformação e a liberação para a ação política no aspecto social (HARDT; NEGRI, 2012).

Para Hardt e Negri (2012) “o desafio da multidão é o desafio da democracia. A multidão é o único sujeito social capaz de realizar a democracia, ou seja, o governo de todos por todos”. De acordo com Tucídides (2001), a democracia foi definida por Péricles como sendo “o governo de muitos, em contraste com o governo de poucos e o governo de um só”. Os contrastes se remetem à aristocracia e à monarquia, respectivamente. Na sociedade moderna foi aplicada uma mudança semântica alterando o termo “de muitos” para uma democracia “de todos”.

Porém, o conceito de democracia ao longo do século XX foi bastante influenciado pelo estado de guerra fria em que o mundo esteve imerso nesse período. Na verdade,

democracia pouco teve a ver com o regime de governo, mas esteve mais associado, por um lado, com a ideia de anticomunismo, representando tudo o que era definido como “mundo livre”. Ou seja, toda forma de poder que fosse contra o totalitarismo comunista era considerado democrático (HARDT; NEGRI, 2012).

Por outro lado, os países socialistas utilizavam a mesma lógica, considerando-se repúblicas democráticas, independente da forma de governo, e definindo como democracia qualquer regime que fizesse oposição aos países de dominação capitalista. Com o fim da guerra-fria e com o advento da globalização o conceito de democracia entrou em crise, principalmente por causa da epidemia de corrupção mundial e da insuficiência das instituições que lançaram uma cortina de penumbra sobre sua significação, visto que o mundo contemporâneo passou a exigir um conceito distinto do que foi a democracia na era moderna (HARDT; NEGRI, 2012).

Ainda segundo Hardt e Negri (2012), outra inovação apresentada do conceito moderno de democracia é a noção de representação que liga a multidão ao governo e, ao mesmo tempo, também a separa. A representação serve como fórmula de controle da multidão, evitando possíveis perigos causados por uma democracia absoluta, sem limites, impregnada da radicalidade da igualdade e liberdade, em que todos estão dotados de iguais poderes, livres para agir e escolher.

Por outro lado, a categoria teórica da democracia de Hardt e Negri (2012) parece adequar-se às evidências empíricas encontradas, visto afirmar que a velha noção moderna de democracia já se encontra tão antiquada quanto a da monarquia e a da aristocracia e que a sociedade civil parece denunciar uma profunda crise de representação, em que o seu próprio governo parece não tomar as decisões que vão ao encontro dos anseios do povo que representa. Os autores analisam as reivindicações globais de democracia que ocorrem em todo o mundo mais como um movimento empírico do que teórico, visto que a população mundial está se manifestando contra as injustiças e as desigualdades, que são as consequências básicas da atuação do sistema antidemocrático global. As sociedades de todo o mundo ampliaram o seu leque de exigências numa variedade de queixas que parecem convergir basicamente para três reivindicações comuns na busca de uma democratização da sociedade contemporânea, que são as queixas quanto às formas de representação, visto que a democracia pós-moderna não conseguiu encontrar uma solução satisfatória para essa crítica, as queixas econômicas, que são, talvez, os protestos mais veementes, visto a reprodução constante e sistêmica da pobreza imposta pelo capital imperial e a queixa biopolítica que critica as relações de poder na sociedade.

2.3.2.4 As queixas da multidão

Na democracia atual, a maioria dos protestos em todas as partes do mundo tem a falta de representação como alvo principal, tanto pela fragilidade e ineficiência dos processos eleitorais, em que os eleitores são obrigados a votar em candidatos indesejados, que na maioria das vezes são escolhidos por serem os “menos piores” e não por realmente representarem a vontade popular. Por outro lado, a abstenção é uma forma silenciosa de protestar, mas que interfere de maneira importante na representatividade eleitoral, visto que o candidato eleito assume o cargo sem a opinião de grande parte da população. Uma outra forma de representação não eleitoral é exercida pelas grandes corporações, pois em diversas situações representam os interesses nacionais. Apesar de sua baixa legitimidade, de não terem sido escolhidas pelo voto direto, elas recebem os votos através dos produtos consumidos pela população. Contudo, isso não dá aos eleitores nenhum controle sobre as decisões da empresa o que também as torna alvo da queixa popular de representação. A instituição de maior representatividade mundial é a Organização das Nações Unidas – ONU, que nunca sofreu um protesto social de grandes proporções. Contudo, ela sofre de uma enorme crise de representatividade, visto que tem apenas um representante de cada país-membro e esse representante, além de não poder ser a expressão do desejo de toda uma população, teve a sua escolha definida por critérios políticos e não por sufrágio. Por outro lado, cada membro tem o direito a apenas um voto na assembleia, independente da quantidade populacional de seu país, o que enfraquece sobremaneira a representatividade visto que países como a Índia e a China, com mais de um bilhão de habitantes, têm o mesmo poder de voto e decisão que países minúsculos como Trinidad e Tobago ou Cabo Verde, por exemplo, que são mil ou duas mil vezes menos populosos (HARDT; NEGRI, 2012).

Quanto às queixas econômicas, essas parecem ser as mais evidentes devido à quantidade de pessoas no mundo que vivem abaixo da linha da miséria, com menos de dois dólares por dia. A falta de recursos vem sempre acompanhada pela falta de atenção à saúde, pela falta de educação e de saneamento básico. Porém, essa desigualdade também se apresenta de forma contundente ao observarmos a sua distribuição geográfica, concentrando-se a miséria no sul da Ásia e da África subsaariana 70% das pessoas que vivem com menos de um dólar por dia, enquanto os vinte países mais ricos tem um rendimento trinta e sete vezes maior que os vinte mais pobres. O processo de globalização vem aumentando essa concentração de renda e isolamento dos países mais pobres daqueles de maior rendimento

econômico. Organizações religiosas e sem fins lucrativos tem atuado na luta ao combate à miséria, mas apesar de tentarem amenizar o sofrimento dos desvalidos não tem o poder para mudar o sistema de produção e reprodução de pobres em massa, o que transforma os seus membros de voluntários do bem a militantes contra os poderes político, que se demonstram incapazes de regular as atividades econômicas (HARDT; NEGRI, 2012).

O terceiro tipo de reivindicação são as queixas biopolíticas que, na verdade, são o conjunto de protestos legais, econômicos e de representação que provoca acirrados conflitos que envolvem os vários aspectos da vida, das paixões, da razão e da própria divindade. Envolvem os problemas ecológicos, feministas, racistas, indígenas, todos de maneira globalizada. As manifestações são baseadas num processo democrático mundial contra os poderes políticos que tomam decisões públicas sem respeitar os interesses de sua representação, buscando privatizar aquilo que é comum, para o enriquecimento de poucos e aumentando a miséria para muitos. O controle biopolítico também se dá na busca do monopólio do conhecimento, em que as grandes corporações procuram deter as patentes de produtos e materiais genéticos para o aumento de seu lucro em detrimento da maior parte da população mundial (HARDT; NEGRI, 2009; HARDT; NEGRI, 2012).

Por fim, não obstante às queixas, a multidão pode ser considerada uma rede aberta e em expansão que produz meios para que possamos trabalhar e viver em comum por meio da liberdade e da igualdade, gerando uma produção biopolítica que tende a mobilizar e compartilhar o que produz em comum contra o capital imperial, que deverá resultar em uma sociedade autônoma e capaz de governar a si mesma (NEGRI, 2004; HARDT; NEGRI, 2012).

2.3.3 O Comum

O principal movimento contemporâneo é o da multidão, em que os sujeitos democráticos se realinham para expressar a sua potência política a partir da constituição da sua força de trabalho imaterial frente às novas concepções de soberania e aos novos modos de produção capitalista. Por meio da multidão se identifica uma proliferação de atividades criativas e novas formas de associações, reconhecendo-se, a partir daí, algo que se pode chamar de comum (LIMA; SANTINI, 2007; HARDT; NEGRI, 2009).

Comum é aquilo que é de todos, de graça, compartilhado por todos, como a riqueza do ar e da água. Também é considerado comum o resultado da produção social como os saberes, as linguagens, os códigos, as informações, os afetos etc., que se concentram sobre as práticas de interação, cuidado e convivência em um mundo em comunidade, tornando a democracia algo imaginável devido a isso. Produtos como ideias e informações que antes eram considerados bens comuns vem sendo privatizados nas últimas décadas, inclusive espécies de animais e plantas tem sido patenteados e se transformado em propriedade privada (HARDT; NEGRI, 2009).

Na contemporaneidade, produção está intimamente ligada à construção de comunalidades e comunicação, visto que é a comunidade que produz e que se reproduz através de sua própria produção, tornando-se, assim, comum. Contudo, a propriedade privada se utiliza dos recursos informacionais para se ramificar globalmente e se apropriar dos modos imateriais de produção. Daí a necessidade de se construir um projeto político que enfatize a produção do comum em contraponto às formas de apropriação privada, sendo a multidão o sujeito político capaz de expressar a prática da produção do comum, visto ser esta a nova riqueza social (MENDES, 2012; HARDT; NEGRI, 2009).

Esse processo de privatização, promovido pelas políticas governamentais neoliberais deve ser resistido e as atividades de bem comum devem ser geridas e reguladas pelo Estado, visto que as atividades produtivas contemporâneas em que os produtores estão intimamente ligados ao produto como informações, códigos, conhecimentos e imagens necessitam de liberdade para se desenvolverem. Principalmente no que tangem as suas formas sociais, como as redes de informações, os circuitos culturais, as tecnologias de internet, que influenciam diretamente na capacidade de interação e comunicação entre as pessoas, devem ser utilizados livremente, sem restrições. As práticas atuais de acumulação capitalista apresentam um processo produtivo exploratório que resulta na expropriação do comum tanto através da extração predatória dos recursos naturais quanto da exploração da força de trabalho e dos meios de produção, transformando a riqueza pública e a riqueza socialmente realizada em propriedade privada (HARDT; NEGRI, 2009).

Uma das formas fundamentais de interação social que proporciona a produção do comum é o compartilhamento de informações por meio do trabalho imaterial em rede, principalmente ao utilizar os processos de interatividade para a construção de códigos abertos, com licenças criativas e softwares livres, pois produz e dissemina conhecimento sem depender da intermediação ou interação de atores do capital ou a apropriação privada da produção colaborativa, o que é importante, pois esta produtividade compartilhada em rede

proporciona uma singularização das subjetividades e uma produção de modos autônomos de vida (LIMA; SANTINI, 2007).

A prática de propriedade acontece basicamente de duas maneiras, sendo que a primeira forma de apropriação é mais concreta e visível, visto que o que antes a natureza oferecia gratuitamente, e de forma abundante, como os frutos da terra, o terreno fértil para o plantio e para as criações, passou a se tornar propriedade privada. A segunda forma de expropriação é mais subjetiva, visto envolver os modos de sociabilidade como as linguagens criadas e as práticas sociais estabelecidas. Esta última forma de comum não apresenta uma forma de escassez como a primeira, visto que quanto mais se divide mais se multiplica, como uma vela que divide sua luz com outras semelhantes sem perder energia, mas multiplicando o seu brilho. Desta forma, o capital ao privatizar os meios de produção social (fluxos de informação, redes de comunicação, códigos sociais, inovações linguísticas e práticas dos afetos e paixões) ele expropria a cooperação para se fortalecer drenando o comum a partir da exploração biopolítica da força de trabalho (HARDT; NEGRI, 2009).

O comum expressa a sua autonomia emergente de trabalho biopolítico não só por meio da produção econômica explorada pelo capital, mas também pela produtividade de sua força de trabalho que vai além dos limites empregatícios, visto que as pessoas tem um potencial de realizar e produzir muito mais do que fazem no trabalho como as práticas culturais, os circuitos intelectuais e as redes afetivas e sociais, ocasionando uma riqueza comum (HARDT; NEGRI, 2009).

Para Hardt e Negri (2009) o comum é reproduzido por meio da pobreza e do amor através da multidão que, por sua vez, é composta por diversos indivíduos com características singulares. Assim, para melhor entendimento do comum, faz-se necessário abordar esses dois conceitos sociológicos, pobreza e amor, respectivamente.

2.3.3.1 Pobreza

De acordo com Hardt e Negri (2009) e Gubert (2014) houve uma mudança no conceito de pobreza incluindo pessoas que possuem atividades produtivas fora das relações salariais. Atualmente, o pobre não é mais definido pela carência, mas pela possibilidade e pela precariedade de seu trabalho. Migrantes e trabalhadores temporários, antes excluídos, agora são considerados bioprodutivos, embora continuem subordinados à lógica capitalista global.

Pobre não é aquele que não tem nada, que está na miséria ou que está passando por privações, mas é o componente da classe que produz subjetividade social, que se posiciona ao individualismo e à propriedade, que estão inseridos nos mecanismos de reprodução social. Visto que a propriedade é uma forma dominante da república, essa definição de pobre se apresenta em oposição a ela causando um conflito conceitual e político, já que a reprodução social da multidão representa uma ameaça real e efetiva ao capital de propriedade. A multidão de pobres revela o conflito entre os que não participam da gestão do comum contra aqueles que o controlam. O conflito entre o partido dos pobres, que não possui uma identidade, mas que é formado por todos aqueles que participam dos meios de produção contra o partido dos ricos, que finge representar toda uma sociedade, quando na verdade essa representação é apenas um disfarce, pois o que ele representa é a identidade exclusiva dos detentores da propriedade. Contudo, é certo que existe uma distância entre os interesses da multidão e o que deseja o soberano, mas somente alcançaremos o equilíbrio entre as aspirações populares e dos que detêm o poder num estado-limite, numa verdadeira democracia (BROWN; SZEMAN, 2006; SPINOZA, 1979; HARDT; NEGRI, 2009).

A dicotomia entre ricos e pobres é um projeto da República, fundado na ideia de propriedade privada, que cria uma subjetividade individual. Na multidão, os pobres não são mais os que reivindicam para amainar sua miséria, mas uma classe para criar um novo corpo político aberto numa ampla multiplicidade de mecanismos de produção social, sem a interferência da necessidade de privatização do que é público (GUBERT, 2014).

2.3.3.2 Amor

O outro caminho para investigar o poder e a produtividade do comum é o amor, visto ser uma forma de interagir, de fugir do individualismo e da solidão. Porém, para reconhecer o amor como meio produtivo do comum e da vida social é necessário compreendê-lo de uma maneira totalmente diferente dos sentidos ordinários contemporâneos e resgatar outros conceitos mais antigos e mais clássicos, como os do filósofo grego Sócrates, que afirma que o amor nasce da pobreza, apontando para um processo de libertação. A produção subjetiva do amor extrapola a criação de novos objetos ou temas do mundo, mas vai além, pois produz uma nova vida social. Para Spinoza (2002), a produção do comum se dá pelo crescimento infinito do amor até que se confunda com o amor divino ou o da natureza. Cada ato de amor cria um novo ser, que é o próprio comum, por não se permitir ser privatizado e se manter

aberto a todos. Desta forma, não se trata do amor ordinário, sentimental, mas é o amor inerente àqueles que são pobres, baseado no cuidado com o próximo, na solidariedade, na cooperação comunitária de projetos, fundado no respeito à alteridade, com o objetivo de alcançar o comum para a construção de uma nova sociedade (BROWN; SZEMAN, 2006; HARDT; NEGRI, 2009).

Contudo, o amor também apresenta sua face corrupta, que é o amor identitário, ou seja, numa interpretação estreita de amor, é amar o seu semelhante, amar aqueles que estão mais próximos a você de maneira egoísta. A família faz pressão para que se ame primeiro os seus parentes, subordinando ou excluindo a todos que não façam parte deste círculo. O sentimento de nação obriga a ações similares. Desta forma, raça, família e nação se caracterizam como bases de formas corruptas de amor. Esse tipo de corrupção pode ser combatido ao empregar uma forma mais abrangente de amor, uma maneira mais generosa de amar o próximo, desde que se entenda que o próximo não é o que está mais próximo, mas como o outro. Outra forma corrupta de amar é a noção contemporânea do amor romântico dos filmes, em que um homem e uma mulher se fundem em uma só pessoa, que formará uma família, que culminará em uma nova forma de corromper o comum (HARDT; NEGRI, 2009).

O amor é o poder dos pobres para encontrar no outro a identificação para formar a multidão e marchar em sentido à liberdade duradoura, sob a égide de instituições sociais e políticas sólidas, afastando-se de uma vida de miséria e solidão. O amor a ser vivido não é o amor romântico ou poético, mas o de conceito político e filosófico, que parte da solidariedade social, do cuidado com o outro, da cooperação de projetos comuns, tornando-se um extraordinário mecanismo de sobrevivência. A democracia só se fará possível sob a potência da multidão (SPINOZA, 2002; HARDT; NEGRI, 2009).

Contudo, nem todas as formas do comum são benéficas, pois Hardt e Negri (2009) apontam que as três instituições mais importantes da sociedade capitalista (a família, a corporação e a nação) apresentam suas faces de corrupção.

A família, mesmo sendo a principal instituição social contemporânea, local em que a experiência social coletiva de carinho, afeto e intimidade é compartilhada para o desenvolvimento do comum, apresenta distorções através de suas hierarquias, restrições, exclusões, além do excesso de regras normativas que inibem o exercício do comum. O modelo tradicional de família bloqueia a criatividade e a liberdade para aceitar estruturas de parentesco distintas do modelo clássico familiar. Além disso, a família empreende energia em favor do indivíduo e não para o bem da sociedade. Mesmo que possua um pensamento altruísta, ao formar um profissional para a sociedade (um médico ou um advogado, por

exemplo) a família está, na verdade, agindo de forma egoísta, visto que toma as decisões escolares em benefício de seus filhos ao invés de conceber o futuro em termos sociais mais amplos. Por fim, a família também é um agente de corrupção do comum ao servir como instituição de acumulação e transferência de propriedade privada, que é herdada de geração a geração (HARDT; NEGRI, 2009).

A segunda instituição social que corrompe o comum é a corporação, pois apesar de ser um aparelho de desenvolvimento de relações sociais e de cooperação, sendo, para muitos, o único local cooperativo fora do seio familiar, o que gera prazeres e recompensas de sociabilidade, o sistema capitalista busca capturar os resultados como forma de acumulação privada. A corporação estimula intencionalmente a satisfação que a experiência do trabalho proporciona e coleta para seu próprio benefício os sentimentos de dedicação do trabalhador. A característica da empresa é muito semelhante ao ambiente familiar, visto que ao mesmo tempo em que gera o comum através da promoção das práticas sociais coletivas, ela também o corrompe (HARDT; NEGRI, 2009).

Contudo, a legitimidade das compensações financeiras pelas atividades humanas socialmente reconhecidas em virtude da acumulação de riqueza privada vem perdendo a sua força, apesar da hegemonia do sistema capitalista, visto que as produções existenciais não podem ser valoradas, nem o tempo de trabalho abstrato empreendido pode ser quantificado (GUATTARI, 1990).

Apesar de envolver expressões coletivas culturais, sociais e políticas da população, o país se apresenta como sendo a terceira instituição social que implanta a corrupção ao comum. A nação forma uma unidade nacional, tem uma história comum, possui um conjunto de tradições linguísticas e culturais, que são construtores do comum, por outro lado, ela estimula operações restritivas, possui estruturas hierárquicas perversas e promove ações de exclusão social, subordinando todos aqueles que são diferentes de seu “povo” em nome de uma identidade nacional (HARDT; NEGRI, 2009).

Assim, com a crise contemporânea as condições para a quebra da separação entre o social e o político estão dadas. Faz-se necessário uma reinvenção da democracia na era pós-moderna, visto que a multidão se forma a partir da destruição da concepção burguesa, baseada na economia moderna de exploração de capital, de separação entre social e político. Enfim, pobreza e amor significam a interseção entre o social e o político, incluindo os pobres e exercendo o poder de cooperação social no processo de desenvolvimento institucional, sendo essa interseção um fator fundamental para uma construção sólida da democracia (BROWN; SZEMAN, 2006; HARDT; NEGRI, 2009).

2.4 Refutações à teoria política de Michael Hardt e Antonio Negri

Para fazer um contraponto, cremos ser interessante verificar que há autores que discordam da tese de Império pregada por Michael Hardt e Antonio Negri, sob vários aspectos. Uns, como Lewis (2006) e Bidet (2006), afirmam que a tese do Império possui fragilidade teórica em suas premissas como o biopoder e diferenciação do imperialismo. Outros como Anderson (2002) a contestam com uma postura político-ideológica liberal, afirmando que o discurso do Império é uma apologia exacerbada ao esquerdismo. E uma terceira linha de refutação, como a de Grosfoguel (2008) afirma que a tese do Império nada mais é do que um marxismo atualizado. Já Alan Rush (2006) fez uma catalogação de críticas e críticos à teoria do Império, reunindo vários pontos de vista na busca de brechas na teoria política de Michael Hardt e Antonio Negri.

Apesar de respeitarmos as colocações teóricas (e até políticas) dos autores discordantes de Michael Hardt e Antonio Negri, vamos nos posicionar em relação a cada uma dessas posturas que se contrapõem, reafirmando que para todos os efeitos nós assumimos a teoria do Império, bem como suas premissas, como princípio robusto e de consistência suficiente para explicar o fenômeno da lógica capitalista pós-moderna.

Lewis (2006) afirma que o mapa do espaço global que está no livro Império distorce de forma profunda a configuração do mundo atual. O autor reconhece que há até alguns momentos de lucidez no livro, mas discorda de grande parte das afirmações de Michael Hardt e Antonio Negri. Para ele, o contexto geral do texto de Michael Hardt e Antonio Negri demonstra uma clara necessidade de teoria que existe no movimento antiglobalização e não toca diretamente na luta contra o imperialismo e a guerra, negando a capacidade das lutas locais de se generalizarem ao longo das regiões e das nações.

Lewis (2006) refuta a utilização da complementaridade entre Foucault e Deleuze e Guattari. Michael Hardt e Antonio Negri, para a sua noção de império, utilizaram o conceito foucaultiano de biopoder. De acordo com o autor esse conceito desenvolve uma relação de emancipação apenas de cunho individual. Para ampliar e complementar a sua teoria, Michael Hardt e Antonio Negri buscaram o conceito de Deleuze e Guattari sobre o corpo social coletivo, baseado na desterritorialização, em que o capital não respeita as barreiras territoriais para alcançar os seus objetivos. Assim, para Lewis, o texto ficou inconsistente com argumentação fragilizada por se basear em autores distintos para explicar um único fenômeno e para sustentar uma linha de argumentação única.

Lewis (2006) e Bidet (2006) apontam como ponto de maior fragilidade a afirmativa acerca do fim do “imperialismo”, pois, segundo eles, o imperialismo ainda oferece a melhor estrutura para que se entenda os acontecimentos mundiais da atualidade. Eles observam que Michael Hardt e Antonio Negri aplicaram a definição de Império como sucessor do imperialismo, dissolvendo-se os Estados-nação e impondo-se uma nova soberania. Para os desafetos da teoria do Império, esse argumento se demonstra fragilizado pelo fato de dispensar conceitos fundamentais para a compreensão do mundo em que vivemos como a estrutura de classe capitalista e o de sistema-mundo, centro-periferia, de Braudel e Wallerstein.

Apesar de aceitar a ideia de que a globalização cria um potencial real para a revolução, Lewis (2006) afirma que Michael Hardt e Antonio Negri apresentam uma ideia ingênua de que as massas já estão unidas e costuradas ponto por ponto em contrapartida a uma frouxa rede de globalização capitalista, o que, segundo Lewis (2006), incorre em um erro grave, principalmente porque o Estado-nação é o elemento de mediação entre a luta das massas e as estruturas do capitalismo global.

Bidet (2006) argumenta que o Estado-nação cresce vertiginosamente em potência, pois atualmente praticamente todos os dias nascem nações em toda parte, oriundas de civilizações e tribos que se desvencilham dos processos primitivos de organização social. Em contrapartida, as velhas nações se federam e se impõem em entidades continentais, como a Europa, tornando-se supernações centrais, capazes de criar moeda e até exército comum, com o intuito de subjugar a periferia. Contudo, as nações centrais da Europa estão presas na lógica de um novo poder supranacional subordinado ao mercado capitalista controlado pelo FMI e OMC, representantes das instituições transnacionais detentoras da carga biopolítica, produtoras que são das coisas da vida.

Estes Estados do centro invadem os territórios alheios e protegem os seus de maneira feroz. Baseado neste argumento, Bidet (2006) questiona a incapacidade de Michael Hardt e Antonio Negri em perceber que este mastodonte que eles chamam de “império”, não é senão uma variante de uma “sociedade civil mundial” à qual os liberais aspiram.

Podemos contra-argumentar as refutações de Lewis (2006) e Bidet (2006) iniciando pela definição de imperialismo, que era o domínio econômico de algumas nações sobre outras na era moderna tendo a industrialização como principal forma de acúmulo de capital e exploração do proletariado e a noção de soberania baseada principalmente nas delimitações territoriais e autonomia nas decisões político-econômicas. Na pós-modernidade os modos de produção alteraram as relações de trabalho e as formas de apropriação da mais-valia. A

economia global que antes era baseada na produção industrial agora se tornou imaterial, intangível, movimentando-se sob a energia das emoções e percepções humanas. Esta transformação macroeconômica tornou as relações capitalistas fluídas o suficiente para fortalecer empresas e até pessoas físicas ao ponto de que elas possuam poder maior que muitos Estados-nação importantes, com capacidade de permear todo o globo, mudando o mapa *mundi* econômico de maneira complexa e transfronteiriça. No Império o domínio está nas mãos de quem detém o capital, não mais importando a que nação pertença. Não precisa nem mesmo ser uma nação. O capitalismo agora não tem mais fronteiras, não tem mais território próprio, todo o mundo é alvo de seu ataque (HARDT; NEGRI, 2001).

Em contra-argumentação a uma segunda refutação de Lewis (2006) e Bidet (2006), observamos que Michael Hardt e Antonio Negri partem, sim, das teorias de Foucault, Deleuze e Guattari, contudo, eles avançam em muito na discussão teórica, principalmente no que tange o biopoder. A refutação quanto a isso perde sua força visto que nenhuma teoria é obrigada a nascer do nada, mas, ao contrário, se fortalece quando embasada em outras teorias de igual importância. Os autores anunciam ainda uma nova disposição sobre as relações sociológicas contemporâneas, afirmando que a multidão, organização social capaz de fazer frente ao Império, está por vir. Essa visão, apesar de ser demonstrada como uma condição ‘ideal’, está longe de ser ingênua. Ao contrário, mostra uma perspectiva possível de resistência ao poder econômico dominante, inclusive tendo uma amostra nas manifestações de junho de 2013 no Brasil, em que a população foi às ruas expor suas insatisfações com os seus representantes de forma autônoma e democrática.

Outro autor que refuta a teoria do Império é Anderson (2002), denominando-a de “visão esquerdista exacerbada” de Michael Hardt e Antonio Negri acerca do capitalismo, pois a globalização é um processo que aumenta de forma contundente a prosperidade e a liberdade no mundo. Em defesa de seu argumento, Anderson apresenta dados que afirmam que a economia mundial multiplicou-se por seis, que o comércio internacional aumentou em 1600 por cento, que países abertos ao comércio alcançam patamares positivos na metade do tempo dos que mantêm sua economia fechada e que depois da globalização cerca de 800 milhões de pessoas escaparam da pobreza.

Em contraponto aos argumentos dos que compartilham a mesma linha político-ideológica de Anderson (2002), Michael Hardt e Antonio Negri demonstram que com o advento dessa nova lógica perversa do capital a distância econômica entre os extremos da escala social aumentou vertiginosamente. Os ricos ficaram ainda mais ricos e os pobres ainda

mais pobres (HARDT; NEGRI, 2012). Ou seja, além de carecer de substância teórica, esse tipo de argumentação não conta com as estatísticas da fome e da pobreza mundial a seu favor.

Grosfoguel (2008) afirma que a tese eurocêntrica do Império de Michael Hardt e Antonio Negri não é nada mais do que uma continuidade atualizada das etapas marxistas e leninistas do capitalismo, com um atraso de uns oitenta anos, em que os autores deveriam acentuar que estamos numa fase superior do capitalismo. De acordo com Grosfoguel (2008) a tese de Michael Hardt e Antonio Negri é formulada para os grandes centros metropolitanos, pois se considerarmos a periferia colonial não há aumento de mão de obra intelectual, não há desterritorialização nem fluxo de capital global nem a biopolítica funciona efetivamente ali.

Em parte, a afirmação de Grosfoguel (2008) tem embasamento teórico e é verdade. Existe, sim, uma atualização do marxismo na teoria de Michael Hardt e Antonio Negri. Mas ao contrário do que ele afirma, a tese do Império não é uma reedição dos escritos de Marx em linguagem atual, mas é uma teoria atual, baseada em premissas marxistas, que explica o fenômeno do capitalismo contemporâneo dentro de uma perspectiva pós-moderna. Por outro lado, não há como concordar com Grosfoguel (2008) quando ele afirma que o Império não atinge as periferias coloniais. O desenvolvimento das tecnologias de comunicação tornou a informação muito mais ampla e acessível, possibilitando que o capital invada até as pequenas aldeias e as pessoas extrapolem suas fronteiras, buscando espaço e conhecimento nos grandes centros, ou mesmo passando a adquirir os mesmos desejos de consumo que os habitantes dos grandes centros (HARDT; NEGRI, 2001).

O texto de Alan Rush (2006) é praticamente uma catalogação de refutações à teoria do Império, em que ele reúne vinte e três páginas de pontos de vista de diversos autores que buscam defeitos na elaboração da teoria. Contudo, nenhum deles consegue ser efetivamente contundente em seu ataque, buscando argumentos pontuais para tentar derrubar uma teoria de fôlego como a do Império.

Alan Rush (2006), em seu texto de contraposição à teoria do Império de Michael Hardt e Antonio Negri (2001), apresenta diversas argumentações, inclusive embasando-se em outros autores como Petras, (2001), Boron (2002), Bellamy Foster (2001), Ludmer (2002), dentre mais alguns outros refutadores. Contudo, com um olhar mais atento ao texto de Rush (2006), verificamos que o autor optou mais pela quantidade do que pela qualidade, ou seja, há um número considerável de refutações e críticos, mas sem justificativas teóricas mais profundas, com argumentações mais consistentes para defender seu ponto de vista. Talvez a limitação do número de laudas o tenha tolhido, mas mesmo assim sente-se falta de consistência por parte do autor.

Contudo, seria possível esfacelar toda uma teoria social em apenas algumas páginas? Foi o que todos os autores citados por Alan Rush, inclusive o próprio, tentaram fazer. Mas digamos que isso fosse possível, que argumentos tão poderosos seriam esses que estariam armazenados em tão poucas linhas? Contudo, vamos elencar as suas principais observações e buscar justificativas teóricas para respondê-las.

Um dos primeiros questionamentos é acerca do conteúdo do texto sobre o império de Michael Hardt e Antonio Negri, pois segundo Rush (2006) encontra-se de tudo no livro, sendo possível encontrar em Império o que se deseja. Porém, não é isso que se espera de uma teoria social? Que ela seja capaz de explicar com suficiência de argumentos substanciais o máximo possível de fatos e fenômenos da sociedade? A teoria social busca entender as formas de vida existentes pela percepção das pessoas em relação umas às outras, em relação à natureza e a si mesmas através dos sistemas históricos de percepções que constituem a cultura de uma sociedade (GIDDENS, 2000). Outra refutação de Rush (2006) é que apesar de crer que nossa realidade global seja fluida, complexa e multiperspectivista, presumivelmente possui estruturas, e não é tão gelatinosa e facilmente modelável como Michael Hardt e Antonio Negri (2001) afirmam ser. Porém, para Baumann (2001), o mundo contemporâneo é extremamente fluido e infinitamente mais dinâmico do que a modernidade considera como sólido, acarretando profundas mudanças em todos os aspectos da vida humana. Rush (2006) ataca também, por outro lado, afirmando que o capitalismo não está tão globalizado como afirmam Michael Hardt e Antonio Negri (2001). Pode-se responder a essa refutação baseado em De Paula e Ferrari Filho (2006), quando eles afirmam que os mercados internacionais encontram-se cada vez mais difíceis de se administrar devido à grande mobilidade dos trabalhadores do terceiro para o primeiro mundo e da transferência do primeiro para o terceiro mundo de empresas transnacionais, da bolsa de valores e da exploração financeira. Assim, o domínio do capital não se dá mais pela delimitação fronteiriça visto que na contemporaneidade elas estão cada vez mais fluidas e móveis.

Desta forma, podemos observar que a teoria de Michael Hardt e Antoni Negri acerca do Império apresenta-se de forma consistente, abrangente, mas profunda em sua análise da atual lógica econômico-social. Assim, tendo em vista o contexto aqui colocado, em que discutimos as relações das agências organizacionais imperiais com as organizações da sociedade civil, admitimos neste trabalho um olhar a partir da abordagem dos Estudos Críticos em Administração, sob uma perspectiva crítica pós-estruturalista, como uma alternativa válida, visto entendermos que esta perspectiva dá conta do contexto social ora estudado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista o eixo teórico assumido nesta pesquisa, com base na teoria social de Michael Hardt e Antonio Negri, optamos pelo método arqueológico foucaultiano, visto ser este uma forma de análise da prática social por meio da linguagem, de forma a revelar como o homem constrói sua própria existência. Para Michel Foucault o ser humano é um ser discursivo em que os sujeitos e objetos não existem a priori, mas são construídos discursivamente sobre o que se fala sobre eles.

Para Foucault (2008a) o discurso é mais que interpretar fatos enunciativos, mas é a análise de um conjunto de enunciados que coexistem entre si com uma correlação sucessiva, por meio de um funcionamento conjunto, mútuo e recíproco, com a possibilidade de se transformar de forma autônoma ou correlacionada. O discurso é o resultado da edificação de um sistema linguístico através de um feixe de enunciados ou uma reunião de fatos de discurso que, a partir desse conjunto que tem valor de amostra, possam constituir um conjunto finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas de regras que tenham sido formuladas, que permitam construir outros enunciados diferentes daqueles. É importante salientar que a possibilidade de regras pode ser inumerável, mas a formação de seu conjunto será sempre finita (FOUCAULT, 2008a; FOUCAULT, 2009; FOUCAULT, 2010).

Apesar dos discursos serem compostos por signos, eles fazem mais do que se utilizar destes para designar coisas. Os discursos não são apenas um conjunto de elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações, mas se referem às práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Isso torna os discursos irreduzíveis à língua e ao ato da fala. Para se definir um discurso é necessário que esteja dentro de um escopo de regras de enunciações. É necessário encontrar quem fala, ou seja, o sujeito que profere o discurso de forma espontânea, o titular que representa as razões para a expressão de determinada linguagem, dando-lhe validade. A segunda regra é definir de onde se fala, o seu lugar institucional, legitimando-o através de sua origem, de suas ações e objetos específicos. E a terceira regra é o status do sujeito, ou seja, qual a posição que o sujeito ocupa em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos (FOUCAULT, 2008).

3.1 A construção do arquivo da pesquisa

Realizamos a análise dos dados da presente pesquisa a partir do que Foucault (2008) denominou em sua teoria de análise de discurso como sendo um conceito baseado em um volume complexo de acontecimentos e coisas, constituídos na densidade das práticas discursivas, que formam sistemas de enunciados, os quais ele propõe chamar de arquivo.

Segundo a arqueologia de Foucault (2008a), o arquivo é a lei do que pode ser dito sem que os enunciados se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, que se agrupam em figuras distintas, compondo-se umas com as outras segundo relações múltiplas, mantendo-se segundo regras específicas. O arquivo é o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados que define uma prática dos discursos que faz surgir uma multiplicidade de enunciados, posicionando-se entre a língua que define o sistema de construção das frases possíveis e o *corpus* que recolhe passivamente as palavras.

Ao contrário da constituição de um *corpus* de pesquisa, cuja sua montagem é realizada em função de um problema, a constituição de um arquivo se diferencia por ser a partir dele que o problema é definido. O *corpus* é o resultado de um problema, sendo construído em função dele. O arquivo começa a ser construído a partir de uma problemática, que possui um âmbito mais amplo do que o problema, visto se encontrar em nível do fenômeno. À medida que o arquivo é estudado e analisado este vai moldando o problema (FOUCAULT, 2008a).

Realizamos a composição de nosso arquivo para esta pesquisa por meio de dados coletados na internet como entrevistas, depoimentos, gravações em videoblogs, reportagens, denúncias, documentos oficiais, fotografias, infográficos, enfim, uma infinidade de material escrito, em áudio, em vídeo, em sites da internet que tinham como objeto comum a Copa do Mundo do Brasil em 2014.

A quantidade de material disponível era incomensurável, já passava de seis mil textos em novembro de 2013 e a quantidade de notícias e atualizações eram produzidas em grande quantidade todos os dias. Assim, foi necessário selecionar os tipo de assunto e o tipo de fonte de informação necessário para dar conta do objeto de pesquisa.

Desta forma, de acordo com o posicionamento teórico e metodológico de Michael Hardt e Antonio Negri, selecionamos apenas o material que apresentasse conteúdo político, social ou econômico, provindo de sites oficiais ou notoriamente confiáveis, ou ainda, de representação significativa diante da sociedade civil organizada. Ao final, foram selecionados 776 textos, que formaram o nosso arquivo.

O nosso objetivo com essa construção do arquivo baseado na teoria política de Michael Hardt e Antonio Negri foi o de acessar dois tipos de discursos. De um lado o discurso oficial composto pela expressão das práticas discursiva dos que promoveram e organizaram o megaevento e, de outro, a finalidade de aceder o discurso da sociedade civil, que se refere aos componentes de organismos sociais que atuaram em resistência às deliberações oficiais para a realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014.

Escolhemos esses dois discursos para a pesquisa por serem os agentes que compuseram diretamente o jogo de interesse que o objeto de pesquisa provocava, tornando-se para este estudo complementares, apesar de representarem forças antagônicas. Os dois discursos se completam como as duas faces da mesma moeda, que apesar de estarem em lados opostos, fazem parte de um mesmo objeto.

Como fonte de dados documentais do discurso oficial da Copa do Mundo de 2014 no Brasil consideramos a FIFA e os órgãos públicos das três esferas. A FIFA por ser o agente detentor dos direitos do evento, por fornecer todas as normatizações e por impor ao país organizador as padronizações para a realização do evento. Além da FIFA também foram fontes de dados do discurso oficial todos os órgãos dos poderes públicos, sejam eles das esferas Federal, Estaduais, Distrital ou Municipais, que fazem parte da organização, normatização, fiscalização, divulgação ou que possuíssem alguma relação com a Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

Consideramos como dados de expressão do discurso oficial todos os documentos e pronunciamentos divulgados e provindos da FIFA, sejam de seu site oficial ou mesmo através da imprensa. Apreciamos também todos aqueles oriundos dos poderes públicos, sejam eles das esferas Federal, Estaduais, Distrital ou Municipais, como leis, decretos e declarações oficiais dos três âmbitos do poder (executivo, legislativo ou judiciário), expedidos pelos Diários Oficiais ou divulgados na imprensa, mesmo que emitidos verbalmente por políticos ou autoridades em entrevistas e pronunciamentos relativos à copa 2014.

Também pesquisamos o sítio da internet <http://www.copa2014.gov.br>, que é um ambiente virtual mantido pelo governo federal brasileiro sobre a Copa do Mundo da FIFA em 2014. Além de noticiar o evento, ele publica todas as resoluções oficiais do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 – GECOPA, que é vinculado ao Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 – CGCOPA, órgão criado pelo decreto de 26 de julho de 2011 com a finalidade de definir, aprovar e supervisionar todas as ações previstas no plano estratégico das ações do governo brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 (BRASIL, 2011). Até o momento já foram divulgados pelo GECOPA no site

<http://www.copa2014.gov.br> vinte e quatro decretos desde 23 de setembro de 2011, que concomitantemente foram publicados no diário oficial da união.

Como fonte documental de dados que represente o discurso da sociedade civil consideramos as associações representativas, sindicatos de classe trabalhadora ou patronal, Organizações Não Governamentais – ONGs ou grupos organizados da sociedade, ainda que não oficialmente inscritos no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, mas que estivessem divulgando, discutindo ou debatendo a Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

Julgamos importante absorver os dados da sociedade civil, visto ser a parte que provoca o debate, a crítica e a reflexão. Da sociedade civil foram pesquisadas as entrevistas concedidas, os sites e blogs especializados, livros impressos e eletrônicos, artigos científicos, notas na imprensa e material audiovisual publicado.

Um dos principais ambientes da sociedade civil pesquisados foi o site <http://www.portal2014.org.br> (que não tem qualquer ligação com a FIFA e suas atividades). Este sítio é uma iniciativa independente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (SINAENCO), que noticiou os acontecimentos da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, principalmente os relativos aos aspectos ligados à infraestrutura como a construção de estádios, transportes, aeroportos, mobilidade urbana etc.

O SINAENCO representa cerca de vinte e três mil empresas em todo o país, que prestam serviços de planejamento, estudos, planos, pesquisas, projetos, controles, gerenciamento, supervisão técnica, inspeção, diligenciamento e fiscalização de empreendimentos relativos à arquitetura e à engenharia (SINAENCO, 2013). Creio ser importante frisar que apesar da SINAENCO ser uma entidade representativa de classe específica os conteúdos publicados são de interesse amplo, geral e irrestrito.

Dados de outros importantes organismos da sociedade civil organizada foram coletados, como a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa – ANCOP, que articula os representantes das doze cidades-sede e mantém o site www.portalpopulardacopa.org.br, publicando artigos e denúncias sobre a Copa do Mundo no Brasil em 2014; além dos Sites das ONGs Agência Pública (<http://www.apublica.org>) e A Nova Democracia – AND (<http://www.anovademocracia.com.br>), que produzem matérias de cunho crítico-social, sem fins lucrativos e divulgam reportagens de interesse público alusivos a diversos assuntos, entre eles a Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

3.2 Análise de discurso Foucaultiana

Para a constituição de um campo discursivo, formado por uma cadeia inter-relacionada de diversos saberes, que nos proporcionasse o conhecimento necessário para o alcance dos resultados desejados nesta pesquisa, realizamos a organização da análise arqueológica de discurso foucaultiana segundo o método adotado por Costa e Leão (2011, 2012).

Estes autores consideraram a linguagem como ferramenta que constrói e gera conhecimento, dando ênfase à importância da prática discursiva como instrumental da construção do saber, investigando a estrutura ou articulação das formações discursivas. Em seus trabalhos, basearam-se na teoria arqueológica de Michel Foucault, utilizando a estrutura das formações discursivas, as regras de formação, suas modalidades enunciativas, sujeitos, conceitos e estratégias discursivas, ordenando, definindo e descrevendo a relação entre os documentos para compor o processo arqueológico.

Em nossa pesquisa, a primeira etapa da análise de discurso foucaultiana se baseia na inferência dos enunciados, que iniciamos a partir dos dados obtidos por sua função de existência nos textos do discurso oficial e da sociedade civil, tendo o seu sentido definido no tempo e no espaço pelo conjunto de signos que fazem sentido entre si pela sua formação escrita, seja de forma concreta ou intuitiva, de acordo com regras pré-determinadas que se sucedem ou se justapõem. Um enunciado é um conjunto de domínios de objetos materiais, fictícios, de localizações espaciais e geográficas e de dependências simbólicas (FOUCAULT, 2008a; FOUCAULT, 2009).

Foucault (2008a) considera texto todo conjunto de denotações de signos com características semelhantes e função homogênea, que representem “as falas tais como se apresentam com seu vocabulário, sintaxe, estrutura lógica ou organização retórica”. Assim, um vídeo, um livro ou uma gravação em áudio, para a finalidade de formação de um arquivo, pode ser considerado um texto. Para a realização da análise dos dados para esta pesquisa fizemos a leitura de 776 textos e cada um deles produziu um ou mais enunciados, a depender de sua extensão, da quantidade de temas abordados e da quantidade de agentes que proferiam os discursos dentro do mesmo texto, pois identificamos que um mesmo arquivo poderia conter conteúdo de ambos os discursos. Ao final, obtivemos uma grande quantidade de enunciados em que muitos deles eram correlatos, tratavam de assuntos afins, mas não eram exatamente iguais. Ou seja, apesar de sua similaridade não achamos que poderiam ser descartados ou substituídos ou sobrepostos uns pelos outros. Assim, de forma a preservar a

riqueza da variedade e da variabilidade discursiva, optamos pela manutenção de todos os enunciados. Contudo, pela grande quantidade, ficaria impraticável descrever tantos enunciados de forma fragmentada. Então, ao invés de simplesmente assumirmos que esses enunciados originais eram enunciados mesmos, denominamo-los de “facetas” e os agrupamos em temas análogos. Daí, admitimos que cada enunciado original seria uma faceta e que para cada grupo de facetas correlativas nominaríamos um enunciado.

Na segunda etapa de nossa análise nós inferimos as funções enunciativas. Segundo Foucault (2008a), os enunciados são agrupados de acordo com a função enunciativa a que eles se subordinam, baseadas em suas características de verdade, ou seja, nas condições em que uma série de símbolos ou sintagmas se organizam e relacionam; de sujeito, pois um enunciado só existe porque alguém o proferiu; de domínio associado, visto que sua condição de existência se dá à medida que as frases são enunciadas num campo relacional; e de materialidade, como um objeto que possa ser produzido, manipulado, utilizado, transformado, trocado, combinado, composto, recomposto e, eventualmente, destruído. Desta forma, para cada um dos enunciados identificamos uma ou mais funções enunciativas, sendo que cada função poderia corresponder a um ou mais enunciados.

Na terceira etapa da análise dos dados, conforme o método de Foucault (2008a), inferimos quatro critérios de regras de formação para uma prática discursiva por meio de um sistema que consiste em um feixe complexo de relações que prescreve o que deve ser correlacionado, caracterizado por uma determinada repartição, como a definição de objeto, o emprego das modalidades de enunciação, a utilização de conceito e a organização de estratégia (FOUCAULT, 2008a; FOUCAULT, 2009).

Para Foucault (2008a) a formação dos objetos de um discurso é a tentativa de identificar os relacionamentos que caracterizam uma prática discursiva; as modalidades são os pontos de vista, conteúdos, formas e o próprio estilo da descrição, utilização dos raciocínios; os conceitos são um conjunto obrigatório de esquemas de dependências, de ordem e de sucessões em que se distribuem os elementos recorrentes; estratégia é o grau de coerência, de rigor e de estabilidade dos temas ou teorias tratados. Em resumo as regras que estabelecem as formações discursivas dão lugar a certas organizações de conceitos, a determinados reagrupamentos de objetos, a algumas maneiras de enunciação e a certas estratégias pelas quais as formações discursivas se organizam.

Assim, em cada relação enunciado-função analisamos critérios de regra de formação discursiva, atribuindo-lhe um objeto, um conceito, uma modalidade e uma estratégia, de acordo com a teoria foucaultiana.

Na quarta etapa da análise dos dados encontramos as formações discursivas, que são constituídas por feixes de relações que estabelecem um sistema de formação conceitual e se definem por uma ordem, por correlações, posições e funcionamentos que descrevem um certo número de enunciados semelhantes, dentro de um conjunto de regras determinado, como objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas (FOUCAULT, 2009; FOUCAULT, 2008a).

As regras de formação são condições de existência para caracterizar uma formação discursiva singular e bem individualizada, que apresenta o princípio de sua articulação com uma cadeia de acontecimentos sucessivos e define os operadores pelos quais os acontecimentos se transcrevem nos enunciados (FOUCAULT, 2009; FOUCAULT, 2008a).

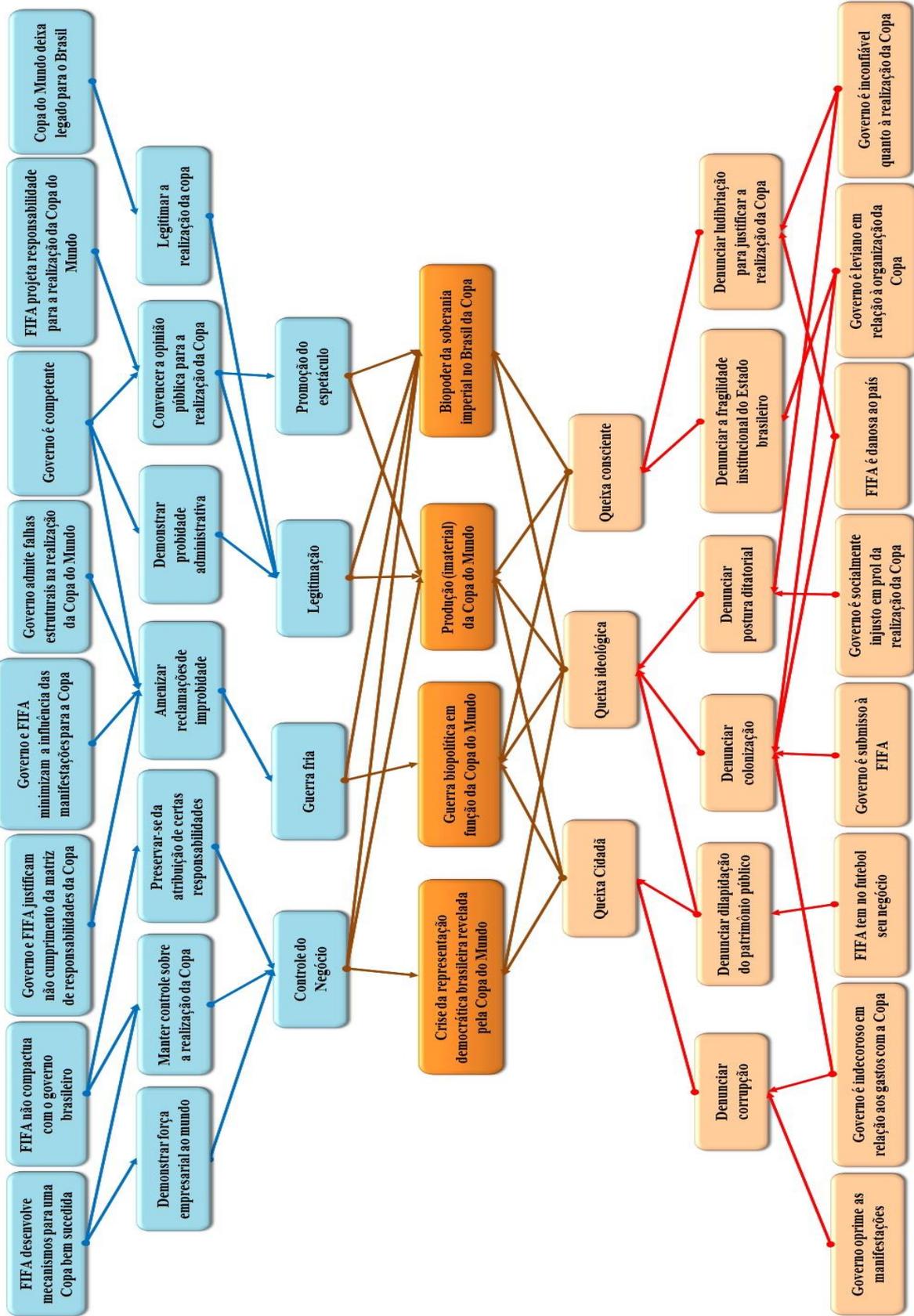
Ao identificarmos as relações discursivas em nossa pesquisa retornávamos a observar as relações entre as regras e as formações discursivas e, a partir de então, passamos a identificar categorias teóricas de Michael Hardt e Antonio Negri, que nos ajudavam a interpretá-las. Se por um lado os nomes dados aos enunciados e funções foram puramente empíricos as denominações das regras e formações foram reflexos dessa lente teórica sobre os dados.

4 ANÁLISE DE DADOS

Conforme antecipado, as formações discursivas identificadas derivam de categorias teóricas de Michael Hardt e Antônio Negri. Assim, optamos por apresentar a descrição dos resultados não a partir dos enunciados, como ocorre no procedimento analítico, mas ao inverso, a partir das formações discursivas. O objetivo é apresentar um texto mais fluído, evitando uma apresentação enfadonha de dados até chegarmos aos resultados propriamente ditos da pesquisa, que se revelam por meio da articulação teórico-empírica presente nas formações discursivas.

Nossa análise de discurso nos levou à proposição de quatro formações discursivas: Produção (imaterial) da Copa do Mundo, Biopoder da soberania imperial no Brasil da Copa do Mundo, Guerra biopolítica em função da Copa do Mundo e Crise da representação democrática brasileira revelada pela Copa do Mundo. A Figura 1 representa o mapa geral de relações que culminam com essas formações, que estão nas células em laranja. As células em cor azul representam o discurso oficial e as células em cor rosa representam o discurso da sociedade civil. O mapa expõe a lógica de construção das formações discursivas. Elas fluem das extremidades para o centro, sendo que na parte mais externa nós temos os enunciados, que geraram as funções enunciativas, que produziram as regras de formação discursiva que, por fim, desaguam nas próprias formações discursivas.

Figura 1 - Mapa geral de relações



Fonte: Dados coletados pelo autor

Curioso perceber que, ao analisarmos os discursos oficiais e da sociedade civil, eles não se sobrepõem. Os discursos são emanados por agentes distintos, com objetivos peculiares, que defendem interesses diferentes e antagônicos, por isso emitem enunciados paralelos, com funções específicas e regras de formação discursiva próprias, porém, ao final, sempre se encontram. No entanto, desaguam nas mesmas formações discursivas, não havendo nenhuma formação exclusiva derivada de um discurso ou de outro. Todas as formações discursivas resultam dos dois discursos, o que lhes atribui um caráter abrangente em relação ao fenômeno investigado.

Cada formação discursiva será descrita em uma seção específica a seguir. Para cada delas será apresentado um mapa relativo apenas aos enunciados, funções enunciativas e regras relativas à formação discursiva em questão, que será um substrato da Figura 1 apresentada. Uma vez que optamos por apresentar a análise a partir das formações discursivas, a mesma será exposta em sentido inverso ao que aparece na Figura 1, ou seja, seguindo pelas regras de formação, passando pelas funções enunciativas e chegando aos enunciados que as compõem.

Por causa dessa estratégia de apresentação, haverá diversas situações em que um mesmo enunciado, função ou regra será repetido, visto que pode fazer parte da mesma cadeia de relações que culmina em mais de uma formação discursiva. Isso fará com que, nas próximas seções, um mesmo enunciado, função ou regra seja chamado quantas vezes for necessário.

Contudo, ao se repetir, cada um desses elementos (enunciado, função ou regra) será apresentado em uma contextualização própria dentro das cadeias de relações inerentes às formações apresentadas. No entanto eles se referem a uma mesma noção geral. Para que essa noção não precise ser repetida cada vez que um desses elementos seja evocado, apresentamo-las nesta introdução.

Assim, o Quadro 1 apresenta as definições das regras de formação discursiva. Vale salientar que essas podem apresentar variações em seus critérios (já explanados na metodologia), não coincidindo, necessariamente, o mesmo teor dos quatro critérios para cada regra. Desta forma, as regras foram formadas a partir da consistência de seus critérios, podendo haver algumas variações de critérios quando essas se referem a diferentes formações discursivas. Então, por exemplo, a regra “Controle do negócio” ao propiciar as formações discursivas “Crise de representação democrática brasileira” e “Produção (imaterial) da Copa do Mundo”, possui a mesma modalidade (excelência) e igual estratégia (demonstração de eficiência), variando o seu conceito (controle e negócio, respectivamente) e objeto (política da FIFA e organização do mundial, respectivamente). É importante ressaltar que os conceitos

“controle” e “negócio” e os objetos “política da FIFA” e “organização do mundial” possuem semelhanças de concepção que nos possibilitaram elenca-los numa mesma regra. Com isso, a definição aqui apresentada está exposta de maneira geral, ficando a discussão mais específica nas seções subsequentes.

Quadro 1 – Definições das Regras das Formações Discursivas

		REGRAS DE FORMAÇÃO DISCURSIVA	
		Regras	Definição
Discurso Oficial	Legitimação		Busca pela aprovação popular da Copa do Mundo ao tentar demonstrar que o evento deixa um legado para o Brasil, promove o desenvolvimento econômico do país. Além disso, a FIFA tenta convencer a opinião pública que tem preocupação com o bem estar social.
	Promoção do espetáculo		Discurso dos dirigentes da FIFA ao defender a política de ação da entidade, que tem por princípios a responsabilidade e o comprometimento com o bem estar social dentro de uma atuação focada dentro dos valores éticos.
	Controle do negócio		Tentativa de consolidação da organização da Copa do Mundo de futebol como um negócio efetivo e lucrativo através da busca na excelência da qualidade por meio da padronização dos seus serviços e de tudo que se refira ao megaevento, procurando a todo instante publicizar a sua capacidade e eficiência administrativa. Demonstra também as imposições, exigências, cobranças e até desrespeito ao governo brasileiro, tudo para garantir o sucesso de seu megaevento.
	Guerra fria		Demonstração de preocupação e esforço, tanto do governo quanto da FIFA, em combater as críticas, buscando comprovar que a realização da Copa do Mundo do Brasil é um evento responsável e benéfico para o país, apresentando por meio de critérios técnicos e prognóstico de cenários que com eficiência administrativa o megaevento pode trazer resultados positivos para todas as partes, empresa, governo, empresários e população.
Discurso da Sociedade Civil	Queixa cidadã		Manifestação de cidadania dos membros da sociedade civil organizada ao demonstrar sua insatisfação com os indícios de corrupção, denunciando os atos de desonestidade dos membros do governo, da FIFA e das empresas envolvidas nas obras da Copa.
	Queixa ideológica		Protestos populares em desagravo às normatizações da FIFA e às políticas do governo relacionadas à organização do mundial, contestando publicamente essas medidas e externando sua insatisfação quanto à subserviência demonstrada pelo governo diante das imposições e exigências da FIFA.
	Queixa consciente		Manifestação de insatisfação dos membros da sociedade civil organizada, através de movimentos de conscientização popular, contra as diversas tentativas do governo de manipular a opinião pública para aprovar as medidas que viabilizassem a Copa do Mundo no Brasil, dentro dos moldes de benefício à FIFA e seus patrocinadores.

Fonte: Dados resultantes da própria pesquisa.

O Quadro 2, por sua vez, apresenta as funções enunciativas e suas respectivas definições.

Quadro 2 – Definições das Funções Enunciativas

		FUNÇÕES ENUNCIATIVAS	
		Função	Definição
Discurso Oficial	Legitimar a realização da Copa		Argumentos baseados nos investimentos de cunho macroestruturais, que justificassem a realização do megaevento no Brasil em 2014.
	Convencer a opinião pública para a realização da Copa		Propósito da entidade de ser percebida como apta à organização de um evento que em muito transcendeu o caráter desportivo, tendo implicações sobre aspectos sociais econômicos e políticos.
	Mostrar força empresarial ao mundo		Estratégia definida pela entidade de parametrizar todos os seus procedimentos para a realização do megaevento com o objetivo de reduzir a zero a probabilidade de não conformidades.
	Manter o controle sobre a realização da Copa		Ações de normatização dos serviços que envolvam a Copa do mundo, sejam públicas ou privadas, com o objetivo de firmar-se no mercado internacional como empresa multinacional de grande porte.
	Preservar-se da atribuição de certas responsabilidades		Defesa que a FIFA fez contra as tentativas de ligarem a sua marca às ações polêmicas e impopulares tomadas pelo governo.
	Amenizar as reclamações de improbidade		Justificativas à sociedade civil dos problemas encontrados. Por meio de declarações que demonstrem que a insatisfação popular não se deu com o intuito de protestar contra irregularidades do megaevento, mas para reclamar contra as políticas públicas do país.
	Demonstrar probidade administrativa		Exposição para a opinião pública o trabalho sério do governo para a realização do evento que traria desenvolvimento para a população e crescimento para o Brasil.
Discurso da Sociedade Civil	Denunciar dilapidação do patrimônio público		Busca, através de manifestações e denúncias, do combate as ações irregulares da entidade promotora do megaevento.
	Denunciar colonização globalizante		Preocupação da sociedade em discutir as ações imperiais da FIFA.
	Denunciar a ludibriação para justificar a realização da Copa		Exposição à opinião pública das verdadeiras intenções da FIFA, que são as de alcançar o máximo de ganho com todos os custos bancados com o dinheiro público, sem arcar com nenhuma responsabilização.
	Denunciar a fragilidade institucional do Estado brasileiro		Demonstração da vulnerabilidade do país diante das exigências do capital internacional.
	Denunciar postura ditatorial.		Demonstração das ações de imposição de políticas de governo consideradas pouco democráticas.
	Denunciar corrupção		Demonstração de insatisfação da sociedade civil organizada com os atos de improbidade apresentados pelos representantes do governo.

Fonte: Dados resultantes da própria pesquisa.

Por fim, o Quadro 3 apresenta os enunciados e suas definições. Em virtude de termos identificado uma ampla variedade discursiva nos enunciados, formamos cada um deles a partir de um feixe de facetas, ou seja, características particulares que os expressam. Assim, por exemplo, o enunciado “FIFA é danosa ao país” possui quatro facetas. Todas elas se relacionam à formação “Produção do espetáculo Copa do Mundo”; apenas duas se relacionam à formação Biopoder da soberania imperial no Brasil da Copa do Mundo; e, finalmente, uma dessas duas relaciona-se também à formação “Crise de representação democrática brasileira”. Assim, as definições aqui expostas se referem a uma noção ampla, inclusiva de todas as facetas de cada enunciado. Todavia, essas diferenças serão discutidas particularmente nas seções subsequentes.

Quadro 3 – Definições dos enunciados

(Continua)

ENUNCIADOS	
Enunciado	Definição
Copa do Mundo deixa legado para o Brasil	Evoca os três tipos de legado que Copa do Mundo deixará para o Brasil: o estrutural, por meio das obras nos aeroportos, nos estádios, em estrutura turística e em vias públicas para ampliar a mobilidade urbana; o econômico, por meio de investimentos na geração de emprego, renda e desenvolvimento industrial; e o legado sociocultural, por meio das iniciativas sociais ligadas ao evento, realizadas pelo governo e pela própria FIFA.
FIFA projeta responsabilidade para a realização da Copa do Mundo	Revela o esforço da FIFA para contar com o apoio da população brasileira através de ações de cunho social. Aqui se retratam as ações da FIFA para demonstrar junto à população, nos espaços de imprensa e diante da sociedade civil, que a instituição dona do megaevento possui fins nobres, como a negação do lucro, a valorização do trabalhador, a responsabilidade socioambiental, a valorização da cultura gastronômica local, a segurança alimentar do torcedor, a ampliação do acesso aos jogos da Copa, além do imenso benefício econômico que ela prega trazer para a sociedade brasileira.
FIFA desenvolve mecanismos para uma Copa bem sucedida	Estratégias que a FIFA adotou para obter domínio absoluto sobre a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, com o objetivo de que o megaevento transcorresse sem percalço algum. Para isso, ela impôs regras sobre os espectadores, defendeu os direitos comerciais de seus parceiros, obtendo lucro com isso, fiscalizou as obras, normatizou todos os assuntos relativos ao evento e preservou o controle sobre os serviços prestados na Copa. Além disso, fez propagandas espetaculares para atrair os olhos do planeta para o seu produto e se desdobrou para evitar todo o tipo de acontecimento de cunho negativo que pudesse vir a diminuir o sucesso de seu evento.
FIFA não compactua com o governo brasileiro	Críticas da FIFA à gestão pública no que tange a forma de gerir a organização do evento, externando, por diversas vezes de forma pública que não compactuava com as decisões do governo como luxo em estádios, quantidade de arenas e cumprimento de prazos das obras da Matriz de Responsabilidades assumida pelo governo e qualidade de serviços, como a segurança nos estádios, por exemplo. Também não aceitou críticas ou questionamento do Estado sobre suas ações e políticas, além de se eximir das ações impopulares do governo.

Quadro 3 – Definições dos enunciados

(Continuação)

ENUNCIADOS		
Enunciado	Enunciado	
Governo e FIFA justificam não cumprimento da matriz de responsabilidades da Copa	Reforço da existência da parceria entre os representantes do Governo Federal e da FIFA, seja através de elogios mútuos, de defesa do outro, de ações que um toma para o benefício de seu parceiro, com o intuito de apresentar à opinião pública explicações para as situações de atrasos ou improvisos para a estruturação do megaevento.	
Governo e FIFA minimizam a influência das manifestações para a Copa	Reflete um esforço, tanto da FIFA quanto do Governo, em reconhecer a legitimidade das manifestações, mas, por outro lado, tentar demonstrar que as insatisfações apresentadas através das manifestações populares de junho de 2013 não foram contra a realização do megaevento no Brasil e, que apesar de toda a revolta, os brasileiros estão apoiando a Copa do Mundo de 2014 no país e não pretendem impedir sua realização.	
Governo admite falhas estruturais na realização da Copa do Mundo	Define-se a partir da identificação da sociedade de problemas na composição de uma estrutura para a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, em que o governo teve que explicar ou justificar os motivos de não ter conseguido alcançar os objetivos, seja na formação de mão de obra, na montagem de uma base energética para suportar as demandas durante o evento ou na estruturação turística.	
Governo é competente	Publicização por parte do governo acerca de suas ações para demonstrar que acertou ao trazer a Copa do Mundo de 2014 para o Brasil e que estava preparado para realizá-la. Tende a mostrar a sua eficiência na gestão, organização, transparência e fiscalização do megaevento, bem como das obras úteis para a população, acordadas na matriz de responsabilidades da FIFA, que inclui, além dos estádios, a reforma e ampliação de aeroportos, construções de mobilidade urbana e investimento em transporte público, sem utilização de dinheiro público federal.	
Discurso da Sociedade Civil	FIFA tem no futebol seu negócio	Define-se pela forma como a entidade busca alcançar seus objetivos financeiros por meio das operações que envolvam o futebol, através da corrupção, privilegiando seus parceiros comerciais e desprezando qualquer impacto social negativo que o evento possa trazer para a população local.
	FIFA é danosa ao país	Define-se este enunciado pelas consequências que foram declaradas pelos membros da sociedade civil organizada como nocivas ao Brasil com o advento da Copa do Mundo, como o estado de exceção ao qual o país foi submetido, o desrespeito aos valores sociais e culturais locais, a falta de priorização da segurança dos trabalhadores nas obras da Copa e a equiparação de manifestantes a terroristas.
	Governo é submisso à FIFA	Define-se este enunciado pelas consequências e evidências que foram declaradas pelos membros da sociedade civil organizada como nocivas ao Brasil com o advento da Copa do Mundo, em que o país teve que cumprir compromissos comerciais e sociais desvantajosos à população brasileira.
	Governo é leviano em relação à organização da Copa	Caracteriza-se pelo feixe de facetas que denunciam as atitudes tidas como irresponsáveis do governo diante da realização de um evento de tamanho porte, como o não provimento de infraestrutura para a fiscalização das obras da Copa, a não preparação de mão de obra adequada para a realização dos serviços referentes ao megaevento, a falta de estrutura para o devido acolhimento aos turistas e a não priorização das obras da Copa para um direcionamento social, beneficiando apenas os aparelhos que envolvem os jogos do torneio.
	Governo é inconfiável quanto à realização da Copa	Define-se pelas camuflagens ou manipulação nos dados, fatos e números da Copa do Mundo diante da opinião pública, através de argumentações contraditórias, informações inverídicas e minimização de situações graves referentes às obras do megaevento, ações de grande impacto para as comunidades sem antes discutir com a população e suas consequências para a sociedade brasileira.

Quadro 3 – Definições dos enunciados

(Conclusão)

ENUNCIADOS	
Enunciado	Enunciado
Governo é indecoroso em relação aos gastos com a Copa	Define-se pelas ações de desonestidade do governo frente às ações para a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, visto não ter entregado as obras que prometeu até a realização do evento, ter sido conivente com as situações de corrupção envolvendo os processos da Copa, ter desperdiçado dinheiro público nas obras, ter investido em construções inúteis e por ter financiado as obras de interesse privado com dinheiro público.
Governo é socialmente injusto em prol da realização da Copa	Define-se pela insatisfação e revolta por parte da Sociedade Civil Organizada devido às injustiças promovidas pelo governo, que tem desrespeitado a cultura no país e prejudicado a população mais carente, o que provocou descontentamento e motivou os diversos setores sociais a irem às ruas protestar contra o megaevento.
Governo oprime as manifestações	As manifestações que ocorreram em junho de 2013 foi um fato inédito no Brasil. Não pelo levante popular, pois o Brasil tem uma extensa história de lutas e conquistas populares através de seus atos de rua, mas por sua característica de ter sido um movimento acéfalo, sem liderança definida, não havia uma reivindicação única, nem um conjunto de solicitações determinado. O clamor foi amplo, onde todas as inquietações do povo brasileiro transbordaram pelas ruas. Diante desse fenômeno novo, sem líder, sindicato ou partido com quem negociar, não houve como conter a multidão a não ser pela opressão e, para isso, o governo teve que se aparelhar adequadamente e reprimir as manifestações com violência.

Fonte: Dados resultantes da própria pesquisa.

As seções a seguir serão descritas a partir de uma trilha analítica que culmina com a formação discursiva. Nessa trilha estarão presentes o procedimento analítico sustentado por evidências empíricas, bem como uma discussão contextual das categorias relacionando-as à teoria.

4.1 Produção (imaterial) da Copa do Mundo

A Copa do Mundo de Futebol é um exemplo de produção imaterial por mobilizar pessoas em torno de sua elaboração, divulgação, operação e realização, por meio de um torneio esportivo, através dos dispositivos de midiáticação do evento, utilizando os recursos das tecnologias da informação e comunicação para espriar os tentáculos de dominação capitalista imperial da FIFA por todo o planeta.

Nesta pesquisa observamos que a Copa do Mundo ocorreu no Brasil durante sete anos, visto que passou a ser concebida desde a data do anúncio do país como sede do megaevento, em 2007, até o apito final do último jogo em 2014. Para convencer a sociedade civil brasileira

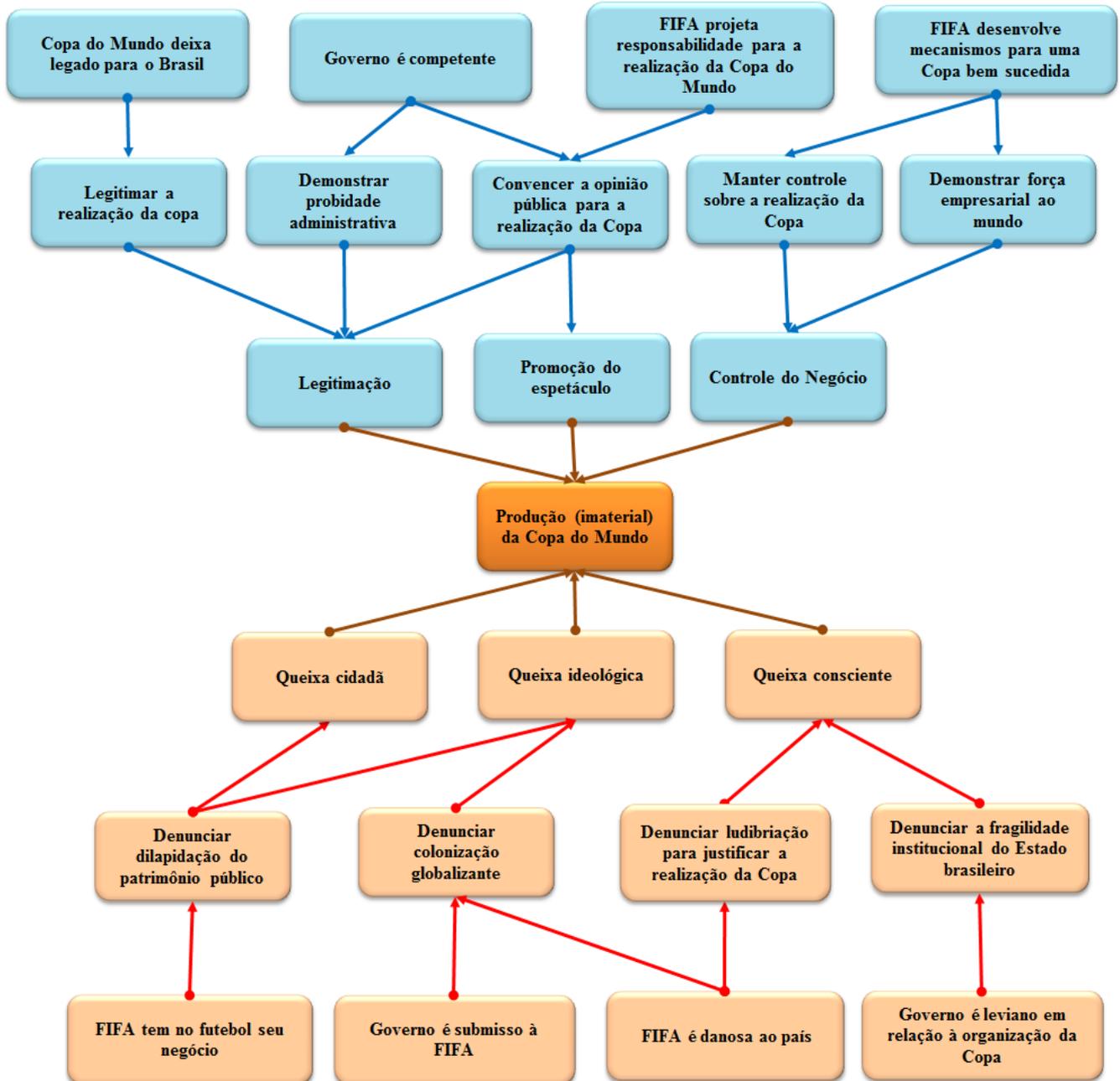
de que o megaevento traria benefícios, tanto a FIFA quanto o governo prometeram como moeda de troca à população o desenvolvimento econômico, a melhoria da qualidade de vida, o progresso social e a evolução cultural, ou seja, evidencia-se aqui o efetivo exercício da biopolítica.

A formação discursiva Produção (imaterial) da Copa do Mundo provém do discurso oficial quando identificamos a preocupação da FIFA em promover o seu espetáculo, a Copa do Mundo, buscando, por um lado, a aceitação e o apoio popular, demonstrando o legado que o evento proporciona, apresentando competência, capacidade técnica e preocupação com a ética e o bem estar social e, por outro lado, mantendo o total controle do negócio, por meio da normatização dos procedimentos e padrões de excelência rígidos. Do discurso da sociedade civil observamos as constantes insatisfações com as atitudes desonestas do governo e da FIFA na realização do mundial de futebol no Brasil e com as diversas tentativas de manipulação da opinião pública. Analisamos, também, que a sociedade civil organizada apresenta diversas contestações às demonstrações de subserviência do governo diante das imposições por parte da multinacional.

Produção (imaterial) da Copa do Mundo é uma formação discursiva originada a partir de seis regras, sendo três oriundas do discurso oficial e três provindas do discurso da sociedade civil. As três regras do discurso oficial provêm de cinco funções enunciativas que derivam quatro enunciados. As três regras de formação discursiva oriundas do discurso da sociedade civil são provenientes de quatro funções enunciativas que derivam quatro enunciados.

Ao total são oito enunciados com nove funções enunciativas que formam seis regras de formações discursivas que conceituam a formação discursiva Produção (imaterial) da Copa do Mundo.

Figura 2 - Mapa de relações – Produção (imaterial) da Copa do Mundo



Fonte: Dados resultantes da própria pesquisa.

4.1.1 FIFA e governo juntos para a realização da festa

A formação discursiva Produção da Copa do Mundo possui influência do discurso oficial por meio das regras legitimação, promoção do espetáculo e controle do negócio, demonstrando a utilização da produção imaterial da Copa do Mundo para o exercício da dominação sobre a população brasileira.

4.1.1.1 Brasil tem um governo comprometido com o desenvolvimento

Na formação discursiva **Produção (imaterial) da Copa do Mundo** a sua regra possui como critério três objetos com práticas discursivas análogas que são a política do governo, a organização do mundial e o legado que a Copa deixaria. Esta regra possui um conjunto de esquemas de dependências comum que produzem os conceitos responsabilidade, competência e responsabilidade. A modalidade desta regra é o tecnicismo. Além disso, esta regra se embasa em dois temas coerentes entre si que são a demonstração de eficiência baseado na preocupação com o bem estar social da população, formando, assim, sua estratégia.

A regra de formação discursiva **legitimação** é oriunda de três funções enunciativas que são as de **legitimar a realização da copa, demonstrar probidade administrativa e convencer a opinião pública para a realização da Copa**, que evidenciam a tentativa dos agentes oficiais em convencer a população em assumir o evento como necessidade nacional, buscando evitar suas insatisfações por meio de demonstrações públicas de honestidade e correção administrativa.

A função enunciativa de **legitimar a realização da copa** é oriunda do enunciado **Copa do Mundo deixa legado para o Brasil**, que é composto por três facetas.

A primeira faceta deste enunciado é que a **Copa do Mundo deixa um legado estrutural para o Brasil**, que pode ser ilustrada pelos argumentos do ex-jogador de futebol Ronaldo Nazário, conhecido por fenômeno, um dos mais expressivos ícones do futebol brasileiro que, atuando como membro do Comitê Organizador Local – COL, chegou a publicar um artigo na Folha de São Paulo afirmando:

Olhando para o nosso país, acho que precisamos rever a ideia de que a Copa do Mundo no Brasil é aonde queremos chegar – o destino de uma jornada. A Copa deve ser encarada como o nosso ponto de partida, uma porta que se abre e que pode nos levar a melhorar os aeroportos, a infraestrutura e a mobilidade urbana em nossas capitais, o conforto dos torcedores nos nossos estádios de futebol, o fluxo e serviços aos turistas... Investimentos feitos pelos governos nessas áreas ficam no nosso país, não voltam para a Europa com a FIFA após o torneio.

Ainda não somos o Brasil que queremos. Mas estaremos mais perto se entendermos que a Copa do Mundo nos ajuda a nos aproximar disso, como mostram os quase R\$ 9 bilhões sendo investidos em mobilidade urbana e quase R\$ 7 bilhões em aeroportos dentro da matriz de responsabilidades do governo. Esses investimentos são necessários antes de tudo para a população brasileira. O que a Copa faz é antecipar ou fazer acontecer projetos urgentes de infraestrutura.²

² NAZARIO, Ronaldo. Imagina depois da Copa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 out. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/132513-imagina-depois-da-copa.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2013.

Na primeira parte de seu texto Ronaldo parece defender a Copa do Mundo no Brasil das acusações de que os investimentos públicos são muito vultosos para apenas um evento pontual. Neste artigo, ele rebate essas críticas com argumentos acerca dos ganhos macroestruturais que a Copa atrairá e que serão perenes. Seu discurso sugere reconhecer que o país possui problemas sociais, mas tenta convencer a opinião pública de que a Copa tenderia a ser uma solução para o Brasil, devido ao montante de recursos que o megaevento angariaria ao país, acelerando os benefícios para a população brasileira.

Copa do Mundo deixa um legado econômico para o Brasil já foi também discutido na formação discursiva Biopoder da soberania imperial no Brasil da Copa do Mundo. Contudo, aqui, apresentamos um novo exemplo que demonstra também o argumento econômico como contexto para o convencimento da opinião pública.

O secretário executivo do Ministério do Esporte, Luis Fernandes, afirmou que a realização da Copa do Mundo de 2014 trará um retorno financeiro “gigantesco” ao país que, segundo ele, deve melhorar as condições de vida da população: “O retorno econômico para o país é gigantesco. O que estamos montando são infraestruturas que vão alavancar o desenvolvimento do país por mais de uma geração, ou várias gerações”.³

Além do legado econômico e estrutural, **Copa do Mundo deixa um legado sociocultural para o Brasil**. De acordo com Joseph Blatter, presidente da FIFA e Jérôme Valcke, secretário-geral da mesma entidade, o megaevento trará desenvolvimento tanto no campo cultural quanto no social ao país. Blatter afirmou: “Tenho certeza de que, após esta Copa do Mundo, um dos legados será o de ajudar o país a ser uma potência em valores sociais e culturais”.⁴ Valcke, secretário-geral da FIFA, expressou sua satisfação com o legado cultural que a Copa deixará:

Vi e fiquei deslumbrado com um programa relacionado à Copa do Mundo, o Amazonas Bilíngue, com as crianças aprendendo inglês. Não estou incomodado quando dizem que só nos preocupamos com estádios. Claro, sem estádio não há Copa. E sem motor um carro não anda, mas sempre dizemos que futebol não é só um jogo, é muito mais do que isso. Há uma série de programas como o Amazonas Bilíngue. Certos estádios abrigam escola, hospital, clínica. Há muitos programas lançados como

³ MACEDO, Danilo. Copa do Mundo e Olimpíadas deixarão legado econômico e esportivo gigantesco, diz governo. Agência Brasil. Empresa Brasil de Comunicação. 13 ago. 2012. Disponível em: <<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-08-13/copa-do-mundo-e-olimpiadas-deixarao-legado-economico-e-esportivo-gigantesco-diz-governo>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

⁴ FIFA. Começa a contagem regressiva para 2014. 12 jun. 2013. Disponível em: <<http://pt.FIFA.com/worldcup/news/y=2013/m=6/news=contagem-regressiva-para-2014-vai-comecar-2106052.html>>. 15 jul. 2013.

consequência direta da Copa⁵.

Este discurso demonstra que o secretário-geral da FIFA parece se defender das acusações de que a entidade tem apenas preocupações monetárias com a realização do megaevento no Brasil, confirmando a necessidade que a FIFA tem de, a todo o momento, contra-argumentar defensivamente, evidenciando, assim, a sua preocupação em rebater os altos investimentos públicos em seu empreendimento.

Nos três exemplos acima, podemos observar a tentativa tanto do Estado quanto dos representantes do capitalismo internacional em querer transformar a multidão em povo, pois transformá-la em uma unidade orgânica parece ser a única solução para o alcance da legitimação popular, pois só aquilo que é uno pode ser governado (HARDT; NEGRI; 2012). Observamos também a tentativa tanto do governo quanto da FIFA de legitimar o evento diante da opinião pública, utilizando os meios de comunicação de massa e a tecnologia da informação para abrandar os ânimos da multidão, buscando convencer as pessoas que o evento é benéfico para o país, quando na verdade essas decisões privilegiam apenas uma pequena parte da sociedade já privilegiada da população, que compõe o capital internacional e a diretoria executiva do governo (HARDT; NEGRI, 2001; ANDREOTTI, 2009). As tentativas de legitimação frente à população podem ser observadas também nos exemplos a seguir.

As funções enunciativas **demonstrar probidade administrativa** e **convencer a opinião pública para a realização da Copa** derivam o mesmo enunciado **governo é competente**, que é formado por seis facetas. As cinco primeiras facetas remetem este enunciado à função de **demonstrar probidade administrativa**, expondo para a opinião pública o trabalho sério do governo para a realização do evento que traria desenvolvimento para a população e crescimento para o Brasil.

Em relação à Copa do Mundo de 2014, uma das afirmações que foram repetidamente declaradas pelo governo é que o **Governo acerta ao trazer a Copa para o Brasil**, pois geraria emprego, renda e propaganda positiva do país no exterior.

O governo ressalta que a Copa das Confederações, realizada no Brasil em junho de 2013, gerou com o turismo estrangeiro cerca de R\$ 740 milhões para o país, além de mais de 100 mil brasileiros que viajaram pelo país no período. O Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), Flávio Dino, afirmou que:

⁵ FIFA. Valcke responde a perguntas sobre a Copa. FIFA.com. 21 ago. 2013. Disponível em: <<http://pt.FIFA.com/worldcup/news/y=2013/m=8/news=valcke-responde-perguntas-sobre-copa-2155795.html>>. Acesso em: 10 out. 2013.

Esses dados mostram que “a aposta estratégica do país” em sediar o evento está correta. [...] a Copa das Confederações obteve êxito na sua organização. [...] Temos certeza que vamos atingir a meta de turistas estrangeiros no Brasil no ano que vem. A expectativa é a de que recebamos 600 mil estrangeiros e que sejam reunidos três milhões de brasileiros.⁶

Esta declaração emitida pelo integrante do governo parece ter a intenção de defender o governo das críticas da opinião pública acerca das acusações de que a Copa tem finalidade apenas mercantil. O otimismo do gestor público sugere uma tentativa de estimular a população brasileira a apoiar o evento e, com isso, o governo se fortalecer politicamente.

Outra forma de demonstrar competência por parte do governo é que para garantir que o processo de sorteio dos ingressos da Copa do Mundo ocorra de acordo com o que reza as leis brasileiras o **Governo fiscaliza a FIFA**, através de um convênio entre o Ministério do Esporte e Caixa para realizarem as auditorias no processo de sorteio para a escolha dos torcedores que terão o direito de adquirir os ingressos de Categoria 4, prioritariamente destinados a brasileiros estudantes, idosos e participantes de programa federal de transferência de renda (Bolsa Família).⁷

O site do Governo Federal noticiou a auditoria realizada pela Caixa Econômica Federal à FIFA para averiguar a segurança e a lisura dos sorteios de ingressos para os jogos da Copa do Mundo no Brasil em 2014.

O Diário Oficial da União desta segunda-feira (28.10) trouxe o extrato de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Esporte e a Caixa Econômica Federal. O texto prevê uma ação conjunta para auditar o processo de escolha dos torcedores no sorteio dos ingressos de Categoria 4 para os jogos da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014.

A Categoria 4 é destinada prioritariamente a brasileiros estudantes, idosos e participantes de programa federal de transferência de renda (Bolsa Família). O acordo de cooperação assinado pelo Ministério do Esporte com a Caixa cumpre a determinação estabelecida no parágrafo quarto do Art. 26 da Lei Geral da Copa (Lei 12.663/2012), que trata do acompanhamento de órgão federal competente durante o sorteio de ingressos.

O sorteio para a Copa das Confederações também teve acompanhamento. Em relação aos beneficiários do Bolsa Família, o acordo de cooperação estabelece que a Caixa fará o cruzamento de informações com o banco de

⁶WAMBURG, Jorge. Presidente da Embratur diz que manifestações não prejudicaram turismo estrangeiro. EBC Notícias. Agência Brasil. 16 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/07/presidente-da-embratur-diz-que-manifestacoes-nao-prejudicaram-turismo>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

⁷PORTAL DA COPA. Ministério do Esporte e Caixa oficializam acordo para auditar sorteio de ingressos da Categoria 4. 29 out. 2013. Disponível em:< <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/ministerio-do-esporte-e-caixa-oficializam-acordo-para-auditar-sorteio-de-ingressos-da>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

dados da instituição. O sorteio e a comercialização dos ingressos é de responsabilidade da FIFA.⁸

Com este texto, o governo parece querer demonstrar algum domínio sobre o evento auditando um sorteio de uma quantidade mínima de ingressos que foram direcionados para os beneficiários de programas sociais. A publicização de um ato de pouco efeito prático e que é uma simples obrigação, sugere que o governo buscou todos os artifícios possíveis para convencer a opinião pública e tentar legitimar a realização da Copa do Mundo no Brasil.

Ainda para mostrar competência política e administrativa, há um esforço dos gestores públicos para convencer a população brasileira de que o **Governo não usa dinheiro público federal para a Copa**. De acordo com o governo, não existe dinheiro do orçamento federal para o evento, mas apenas empréstimos para empresas privadas.

De acordo com Aldo Rebelo, ministro do esporte:

Os argumentos contra os estádios de “padrão Fifa” são autodepreciativos – e se repetem desde a construção do Maracanã no final da década de 1940. Merecemos estádios à altura do nosso futebol, para conforto e segurança do torcedor. Até agora, aproximadamente R\$ 4 bilhões foram emprestados - e não doados - pelo BNDES a empresas e governos estaduais.⁹

Mais uma vez o ministro se defende contra os argumentos de que o governo está financiando as obras da Copa do mundo e sugerindo que o megaevento foi importante para o desenvolvimento do Brasil e de seu principal esporte. Ele tenta convencer a opinião pública de que emprestar dinheiro para os governos estaduais construírem os estádios que sediaram os jogos não foi utilização de recursos públicos.

Para cumprir com a matriz de responsabilidades firmada com a FIFA o **Governo cobra celeridade nas obras da Copa**, principalmente a dos aeroportos que foram consideradas a de maior atraso.

Como exemplo, podemos citar as severas críticas do Ministério do Esporte (Orlando Silva) à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária: "A Infraero terá que alterar

⁸ PORTAL DA COPA. Ministério do Esporte e Caixa oficializam acordo para auditar sorteio de ingressos da Categoria 4. 29 out. 2013. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/ministerio-do-esporte-e-caixa-oficializam-acordo-para-auditar-sorteio-de-ingressos-da>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

⁹ GLOBOESPORTE. COM. Ministro diz que governo federal não está gastando com estádios da Copa. 19 dez. 2013. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2013/12/ministro-diz-que-governo-federal-nao-esta-gastando-com-estadios-da-copa.html>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

completamente a conduta, a postura, a atitude e ter uma atividade completamente diferente da que teve até aqui sob pena de oferecer constrangimentos e problemas durante o Mundial".¹⁰

Esse discurso expôs divergências entre componentes do governo em relação às ações para a realização da Copa do Mundo. A declaração do ministro sugere ser um recado público para a presidente da República e para o partido político aliado do governo, mas diferente do seu, que administrava a INFRAERO à época, para tomarem as providências em relação às obras dos aeroportos e, por outro lado, o ministro tentou se isentar da responsabilidade pelos prazos não estarem sendo cumpridos.

Outro desafio foi o de convencer a população de que o **Governo não cria estádios para serem elefantes brancos**, e as arenas construídas para a realização da Copa do Mundo de 2014 não se configuraram como obras de futuro inútil, que gerariam apenas despesas aos cofres públicos para a sua manutenção.

Para o Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, as novas arenas não serão subutilizadas, mesmo as de cidades com quase nenhuma tradição no futebol brasileiro, como é o caso de Manaus, Cuiabá, João Pessoa, Natal e Brasília. Os estádios resultarão em oportunidades de negócio e geração de renda. De acordo com o Ministro:

A modernização da infraestrutura esportiva dos estádios já aponta seus resultados e eles são visíveis pelo aumento do público e da renda nessas arenas. Em Brasília, cuja arena era apontada como um dos elefantes brancos, um dos jornais da cidade já indica que o elefante é de ouro e a arena pode receber outros eventos que não o futebol, o que não seria possível na capital antes da arena. Em Natal, o espaço interno da Arena das Dunas está sendo negociado pelo melhor preço de Natal, porque uma parte da arquibancada será desativada e convertida em espaço comercial depois da Copa.¹¹

Esse depoimento do representante do governo sugere ser uma defesa contra as acusações de que o governo investiu um valor excessivo em obras que teriam pouca ou nenhuma utilidade após sediarem apenas três ou quatro jogos da Copa do Mundo. O ministro parece tentar convencer a opinião pública da competência e responsabilidade do governo, informando à população que a viabilização econômica dos estádios foi devidamente planejada e já está em execução.

Esta última faceta remete o enunciado **governo é competente** à função de **convencer a opinião pública para a realização da Copa**,

¹⁰ TERRA. Ministro pede nova postura à Infraero e teme vergonha em 2014. Terra Esportes. Brasil 2014. 22 nov. 2010. Disponível em: < <http://esportes.terra.com.br/futebol/brasil2014/noticias/0,,OI4805375-EI10545,00-Ministro+pede+nova+postura+a+Infraero+e+teme+vergonha+em.html> >. Acesso em: 10 jun. 2013.

¹¹ PORTAL DA COPA. Novos estádios já apontam resultados positivos, diz ministro do Esporte. 13 ago. 2013. Disponível em: < <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/novos-estadios-ja-apontam-resultados-positivos-diz-ministro-do-esporte-0> >. Acesso em: 15 out. 2013.

O **Governo tem preparo para organizar a Copa**, por contar com pessoas competentes para atrair os turistas e operacionalizar um megaevento desta magnitude.

O ministro dos esportes, Aldo Rebelo, afirma que o Brasil receberá um grande número de turistas devido à grande curiosidade dos estrangeiros em nossa miscigenação e por sermos um dos principais países que ajudaram a tornar o futebol um esporte conhecido e praticado no mundo todo. Em seu discurso oficial, na reunião de balanço sobre a Copa das Confederações, o ministro declarou:

Superamos desafios em diversas áreas e podemos afirmar, agora, que em 2014 estaremos prontos para sediar, pela segunda vez após 1950, uma Copa do Mundo maravilhosa. A cooperação entre o COL, a CBF e o Governo Federal vem sendo feita sem nenhum tipo de problema. As melhorias em diversos pontos da infraestrutura irão beneficiar toda a população brasileira, criando um legado sustentável. Queremos organizar uma festa do futebol capaz de superar as expectativas da comunidade internacional e de nos apresentar como uma nação moderna e aberta,¹²

O discurso do ministro de Estado parece se dividir em quatro momentos para responder a quatro tipos de críticas diferentes: No primeiro, ele tende a reforçar a defesa contra as acusações de que o Brasil não teria a competência suficiente para organizar um evento de tamanha monta. No segundo, ele parece querer dar por encerrado as intrigas e desentendimentos que ocorreram entre os dirigentes da FIFA e do governo. No terceiro momento, ele sugere se defender das acusações que o governo recebeu de associação com a FIFA para beneficiar a entidade e seus patrocinadores, afirmando que a Copa é boa para o país. E, por último, observamos que o discurso sugere um recado diplomático para os outros países, tentando inserir o Brasil entre as grandes nações desenvolvidas do mundo.

Assim, esta trilha empírica demonstra os esforços que o governo fez para convencer a opinião pública que o evento é um anseio popular e que a Copa do Mundo seria um espetáculo grandioso tanto na festa quanto nos benefícios que traria ao país. Além, disso, tanto o governo quanto a FIFA se esforçaram para demonstrar o quanto eles estão empenhados em desenvolver o Brasil, administrando de forma séria os recursos públicos.

4.1.1.2 Quem são os donos da festa?

Os critérios para a regra de formação discursiva **promoção do espetáculo** têm por objeto a política da FIFA. Esta regra possui os conceitos de atenuação, comprometimento e

¹² FIFA. Balanço positivo até agora. FIFA.com. 24 jun. 2013. Disponível em: <<http://pt.m.FIFA.com/confederationscup/news/newsid=2118347/index.html>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

responsabilidade, que se unem em uma só regra por julgarmos que possuem um conjunto de esquemas de dependências em comum. A modalidade desta regra é a ética. As estratégias desta regra são a blindagem de sua imagem a demonstração de preocupação com o bem estar social.

A regra de formação discursiva **promoção do espetáculo** provém da função enunciativa **Convencer a opinião pública para a realização da Copa** que, por sua vez, deriva o enunciado **FIFA projeta responsabilidade para a realização da Copa do Mundo**, que demonstra o esforço da FIFA em notabilizar a sua imagem diante da opinião pública internacional a partir do território brasileiro.

O enunciado **FIFA projeta responsabilidade para a realização da Copa do Mundo** é composto por sete facetas. Duas delas, **FIFA preza por segurança alimentar nos estádios** e **FIFA dá acesso à Copa a toda população brasileira**, já foram demonstradas na formação discursiva anterior, Biopoder da soberania imperial no Brasil da Copa do Mundo. A partir de agora, demonstraremos as outras cinco facetas deste enunciado.

Nesta faceta, a **FIFA lamenta morte de trabalhadores**, apresentando-se como uma entidade consternada com os sinistros acontecidos de desfechos fatais a construção e reforma dos estádios de futebol para receber a Copa. Como ilustração, podemos citar a sua nota de pesar:

A FIFA e o Comitê Organizador Local lamentam, com grande tristeza, as mortes dos trabalhadores no local da Arena de São Paulo, na capital paulista. Queremos enviar nossas sinceras condolências às famílias dos operários que morreram tragicamente hoje. A segurança dos trabalhadores é de alta prioridade para a FIFA, o COL e o Governo Federal. Sabemos que a segurança de todos os trabalhadores tem sido sempre de suma importância para todas as companhias encarregadas da construção dos 12 estádios da Copa do Mundo da FIFA 2014.¹³

Esta nota de pesar parece ser um ato preventivo da FIFA para a opinião pública, tentando se eximir de qualquer responsabilidade ou mácula que este evento sinistro pudesse carregar e se acoplar à imagem da entidade. Ao se dirigir às famílias, a FIFA sugere um posicionamento sensível, tentando a angariar a simpatia popular. Em seguida, promotora do megaevento coloca toda a responsabilidade do sinistro sobre o governo e encerra parecendo querer demonstrar a sua importância econômica e social ao citar a quantidade de obras que

¹³ PORTAL 2014. **Em nota, FIFA lamenta acidente nas obras do palco de abertura da Copa**. 28 nov. 2013.

Disponível em:

<<http://www.portal2014.org.br/noticias/12565/EM+NOTA+FIFA+LAMENTA+ACIDENTE+NAS+OBRAS+DO+PALCO+DE+ABERTURA+DA+COPA.html>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

administra e, ao mesmo tempo, minimizar o acontecido, visto que de doze obras, em apenas uma (até aquele momento) havia acontecido um acidente grave.

Outro aspecto encontrado é que a **FIFA não visa lucro**, pois segundo Jérôme Valcke, secretário-geral da instituição, ela é uma entidade sem fins lucrativos e que faz bem ao Brasil.

De acordo com o secretário-geral da FIFA:

Sim, a FIFA vendeu seus direitos comerciais por US\$ 4 bilhões (cerca de R\$ 9 bilhões) para o ciclo de 2011 a 2014. Somos uma empresa. Estamos ganhando dinheiro, mas também temos uma série de responsabilidades e projetos que apoiamos. Mas no fim não estamos lucrando, porque esse não é o objetivo da FIFA [...] Estamos fazendo muitas boas coisas para o Brasil.¹⁴

Neste depoimento, o executivo da FIFA parece demonstrar um conflito discursivo, entre o que a entidade realmente é e o que ela precisa aparentar ser. Num primeiro momento ele sugere assumir que a empresa possui um cunho comercial lucrativo. Porém, depois, parece tentar aparentar que a entidade se aproxima de um ideal quase filantrópico, em que os grandes beneficiados são o país e o seu povo. Assim, o secretário-geral parece querer sugerir que o Brasil está ganhando mais do que a FIFA neste processo e que o Brasil precisa mais da FIFA do que o inverso.

Dentro da perspectiva social, a **FIFA proporciona preços acessíveis aos jogos da Copa**, visto que ela ofereceu ingressos mais baratos, principalmente para estudantes, idosos e beneficiários do programa bolsa-família.

De acordo com Jérôme Valcke: "Do jogo 2 ao 48, vai ser o ingresso mais barato que já tivemos em Copa do Mundo, ainda mais se você aplicar o sistema de desconto. Vai ser realmente barato".¹⁵

Em outra oportunidade o mesmo secretário geral da FIFA reforçou a convicção de que as entradas para o mundial de futebol no Brasil teriam ingressos a preços acessíveis: "Mundial do Brasil terá os ingressos mais baratos da história das Copas. Setenta por cento dos jogos terão entradas 'realmente baratas'".¹⁶

O secretário-geral parece querer se defender das acusações de que a FIFA tem

¹⁴ CHADE, Jamil; MAIA, Leonardo; ROGERO, Tiago. **FIFA não visa lucros e faz bem ao Brasil, diz Valcke**. 24 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,FIFA-nao-visa-lucros-e-faz-bem-ao-brasil-diz-valcke,1046369,0.htm>>. Acesso em: 18 out. 2013.

¹⁵ VIEIRA, Isabela. Fifa garante que Brasil terá os ingressos mais baratos da história das copas. In: EBC Notícias. 01 jul. 2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-07-01/fifa-garante-que-brasil-tera-os-ingressos-mais-baratos-da-historia-das-copas>>. Acesso em: 02 set. 2013.

¹⁶ KONCHINSKI, Vinicius. **Após fiasco na Copa das Confederações, Fifa repensa esquema de ingressos do Mundial**. UOL Copa. 02 jul. 2013. Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/07/02/apos-fiasco-na-copa-das-confederacoes-fifa-repensa-esquema-de-ingressos-do-mundial.htm>>. Acesso em: 07 ago. 2013.

intenções meramente comerciais com o advento da Copa do Mundo para o Brasil, ao afirmar que as entradas serão vendidas abaixo da média de outras edições do evento. Para este cômputo, o executivo contabilizou o subsídio aos beneficiados pelos programas sociais do governo. Porém, ele parece expressar uma insatisfação com os descontos aplicados e com os preços mais baixos. Ao pronunciar a expressão “realmente barato” em vários de seus depoimentos, ele sugere certa irritação com a cobrança da sociedade civil para que o custo dos ingressos fosse ainda mais acessível, visto que a FIFA já está ofertando ao público brasileiro entradas mais em conta do que as que a entidade está acostumada a cobrar. Contudo, apesar de sugerir descontentamento, essa expressão parece ter sido utilizada para convencer a opinião pública de que a entidade está abrindo mão de seus lucros em favorecimento dos espectadores, principalmente os menos abastados.

Outra faceta encontrada foi **FIFA valoriza a cultura gastronômica local**, visto que busca preservar e valorizar a gastronomia da região, autorizando a comercialização de iguarias da localidade onde ocorreram os jogos, como o acarajé nas imediações do estádio da Fonte Nova em Salvador e o bolo de rolo na área comercial da Arena Pernambuco. Tiago Paes, gerente geral de integração operacional do COL, afirmou que: “em cada arena, serão vendidos produtos típicos de cada região, como o bolo de rolo em Recife e o acarajé na Bahia”.¹⁷

O ato de autorizar a comercialização de produtos locais que não eram patrocinadoras oficiais do megaevento sugere ser uma demonstração pública de boa vontade por parte da entidade, visto que proporciona a oportunidade de tornar global itens que antes eram apenas de circulação regional. Por outro lado, tende a demonstrar voluntarismo, por parte da entidade promotora do megaevento, visto que sugere uma abdicação de rendimentos, ao não privilegiar os seus parceiros mercantis. Contudo, essa decisão parece ter sido uma cessão para angariar simpatia da sociedade civil organizada e aliviar a pressão que foi exercida pela opinião pública contra as zonas de exclusão comercial impostas pela FIFA em benefício de seus patrocinadores.

A **FIFA promove responsabilidade socioambiental** ao se remeter às atividades de sustentabilidade nas áreas social e ecológica, com recrutamento de catadores para a separação do lixo, o que pode ser demonstrado com o exemplo de sua parceria com um de seus

¹⁷ DELMAZO, Carol. **Acarajé da Fonte Nova faz sucesso entre brasileiros e estrangeiros**. Portal da Copa. 30 jun 2013. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/acaraje-da-fonte-nova-faz-sucesso-entre-brasileiros-e-estrangeiros>>. Acesso em: 05 jul. 2013.

principais patrocinadores, a Coca-Cola, para treinar catadores organizados em cooperativas¹⁸ para reciclar toneladas de lixo que foram produzidos durante os 64 jogos da Copa do Mundo do Brasil 2014:

De acordo com o Portal Brasil, durante a Copa do Mundo de 2014 todo o lixo sólido produzido nos 12 estádios que receberão os jogos da competição será coletado e encaminhado à reciclagem em cooperativas. Em parceria com a FIFA, Coca-Cola Brasil será a responsável pela ação de gerenciamento dos resíduos. Estima-se que sejam produzidas cinco toneladas de resíduos passíveis de reciclagem a cada partida da Copa do Mundo, resultando em quase 320 toneladas no final dos 64 jogos. Serão 840 catadores, capacitados para tal tarefa. O diretor de assuntos governamentais, comunicação e sustentabilidade da Coca-Cola Brasil para o Mundial, Vitor Bicca, afirma que uma experiência semelhante foi realizada durante a Copa das Confederações com sucesso, e por isso a ação foi ampliada para a Copa do Mundo. Na ocasião, em 2013, 70 toneladas de material foram destinadas à indústria de transformação.¹⁹

Neste exemplo, a FIFA parece querer angariar simpatia diante da opinião pública, por meio de um de seus parceiros comerciais, ao proporcionar oportunidade de trabalho e renda a um determinado setor da sociedade menos abastado, sugerindo possuir responsabilidade com o meio ambiente, interferindo diretamente na promoção da melhoria de vida da população local e não onerando o poder público com o serviço de coleta e tratamento do lixo que o seu megaevento produziu.

Aqui, a FIFA evidencia que todas as suas ações para a realização da Copa do Mundo visam um objetivo social, intencionando transmitir para a opinião pública um conceito positivo, com o intuito de convencê-la a assumir o evento como seu, a fim de legitimá-lo, transformando-o assim num evento do povo.

4.1.1.3 O espetáculo milionário

Controle do negócio é uma regra de formação discursiva que tem por objeto a organização do mundial. Possui em seus critérios dois conceitos que são controle e negócio, que se encontram na mesma regra por apresentarem um conjunto de dependências

¹⁸ MUNDOCOOP. **Com cerca de 840 trabalhadores, FIFA faz a reciclagem do lixo.** 10 jul. 2014. Disponível em: <http://www.mundocoop.com.br/mundo/catadores-de-cooperativas-trabalham-dentro-dos-estadios-da-copa-do-mundo-fifa.html>. Acesso em: 11 jul. 2014.

¹⁹ ZORZI, Lizia de Moraes de. **O lixo na Copa do Mundo no Brasil.** Instituto Brasileiro de Sustentabilidade - INBS. 2014. Disponível em: <http://www.inbs.com.br/o-lixo-na-copa-mundo-brasil/>. Acesso em: 11 jul. 2014.

semelhantes. Esta regra possui apenas uma modalidade que é a excelência e também somente uma estratégia que é a demonstração de eficiência.

A regra de formação discursiva **controle do negócio** advém de duas funções enunciativas, que são as de **manter controle sobre a realização da Copa** e de **demonstrar força empresarial ao mundo**, que derivam o mesmo enunciado que é **FIFA desenvolve mecanismos para uma Copa bem sucedida** e que, por sua vez é formada por um feixe de seis de suas oito facetas, sendo que quatro remetem o enunciado à primeira função e duas à segunda função enunciativa, respectivamente.

As quatro primeiras facetas do enunciado **FIFA desenvolve mecanismos para uma Copa bem sucedida**, que possui a função enunciativa de **manter controle sobre a realização da Copa** já foram discutidas na seção anterior Biopoder da soberania imperial no Brasil da Copa do Mundo, que são: **FIFA mantém o controle sobre os serviços prestados na Copa**, **FIFA define regras sobre como torcedores devem usufruir a Copa**, **FIFA reclama dos torcedores ao cantarem o hino além da versão oficial** e **FIFA assegura direitos dos seus parceiros comerciais**.

As duas outras facetas do enunciado **FIFA desenvolve mecanismos para uma Copa bem sucedida**, que possui a função enunciativa de **demonstrar força empresarial ao mundo**, são apresentadas a seguir.

FIFA obtém lucros com a Copa, seja através da venda de ingressos, seja por meio de patrocinadores principais, que têm o direito de associar a marca ‘FIFA’ ou ‘Copa do Mundo’ ou ainda quaisquer dos elementos patenteados e/ou licenciados ao seu produto, seja por meio de contratos de parcerias com empresas de turismo ou qualquer outro meio de revender o produto futebol.

O secretário-geral da FIFA, Jérôme Valcke, afirmou que: “Sim, a FIFA vendeu seus direitos comerciais por US\$ 4 bilhões (cerca de R\$ 9 bilhões) para o ciclo de 2011 a 2014. Somos uma empresa. Estamos ganhando dinheiro...”²⁰

Pode-se observar que este depoimento sugere que a FIFA se descaracteriza de sua face filantropa para assumir a sua função comercial. Esta declaração se deu como forma de defesa sob os ataques da sociedade civil que cobravam da entidade que a Copa do Mundo tivesse um aspecto social. Ao confirmar o seu objetivo mercantil com o evento, divulgando inclusive o montante negociado, o executivo parece querer aliviar a pressão sofrida da opinião pública,

²⁰ AGÊNCIA BRASIL. **Estádios respondem por 26% das obras para a Copa do Mundo, diz Aldo**. EBC Notícias. 24 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/esportes/2013/06/aldo-diz-que-estadios-respondem-por-26-das-obras-para-a-copa-do-mundo>>. Acesso em: 02 jul. 2013.

porém, demonstrando que é um empreendimento de sucesso e que o Brasil pode se aproveitar bem da oportunidade.

Para a entidade promotora não basta organizar um torneio é necessário mostrar que a **FIFA organiza a Copa do Mundo dando-lhe grande repercussão**, pois, com isso, demonstra ao mundo o seu poder midiático e a prova que pode alcançar audiência mundial.

Toda a organização e pompa do evento foram mostradas para milhões de brasileiros, principalmente pela Rede Globo, TV oficial da Copa do Mundo em 2014. Mas a audiência ultrapassou em muito as fronteiras do país via satélite. Mercados como Alemanha, Japão, Espanha, Reino Unido e outros seis grandes países atingiram mais de 60 milhões de pessoas. Para se ter uma ideia, a Fórmula 1, principal competição automobilística internacional, alcançou apenas 32 milhões de pessoas no mesmo mercado.

Para a Copa do Mundo FIFA 2014, o primeiro lote de quase 1,1 milhão de ingressos para a Copa do Mundo foi esgotado em poucas horas. No segundo lote as entradas foram disponibilizadas para compra de torcedores de todo o mundo via FIFA.com e esgotou-se em sete horas.

O diretor de Marketing da FIFA, Thierry Weil, declarou que “O nível de interesse foi impressionante. Na verdade, quatro vezes maior do que durante a primeira janela de vendas. O grande número de solicitações causou algum tempo de espera, mas no geral o sistema funcionou bem”.²¹ A demanda pelos ingressos gerou 3,6 milhões de *page views* no site de compras de ingressos da FIFA.

O nível de sucesso alcançado pela FIFA foi tão grande que parece ter impressionado a si mesma. O volume de venda foi de tal monta que mesmo tendo seu processo padronizado via *web* sofreu intercorrências indesejadas. Contudo, a entidade utiliza um fato simples como o seu sucesso de vendas de ingressos e o torna público para demonstrar a grandeza do empreendimento e o êxito de seus processos.

Aqui podemos observar o que Guattari (1992) chamou de Capitalismo Mundial Integrado, ou seja, a nova forma de capitalismo da era pós-industrial, o que na verdade é uma forma de reprodução das práticas capitalistas em escala internacional. Com o processo de interdependência das economias globais, não basta para o capitalista desenvolver suas atividades no Estado-nação hospedeiro, mas há a necessidade de divulgar amplamente seus serviços para todo o mundo (OLIVEIRA, 2006; ALVES, 2001; SANTOS, 2002; HARDT;

²¹ FIFA. **Lote do 2º período de vendas esgotado**. 11 nov. 2013. Disponível em: <<http://pt.fifa.com/worldcup/news/y=2013/m=11/news=apos-sete-horas-nao-mais-ingressos-disponiveis-para-copa-mundo-fifa-2014-2222447.html>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

NEGRI, 2001). Com o avanço das tecnologias da informação o capitalismo expandiu-se de maneira bastante rápida e agressiva pelas mais diferentes nacionalidades, culturas e civilizações, fazendo com que quase toda a humanidade esteja dominada e subordinada à rede exploratória capitalista (HARDT; NEGRI, 2005).

4.1.2 Copa a que custo?

O discurso da sociedade civil é composto pelas regras **queixa cidadã**, que apresenta as reivindicações contra os avanços sobre o direito do povo, **queixa ideológica** que combate o processo de invasão imperial e a **queixa consciente** que denuncia a tentativa da FIFA e do governo em ludibriar a população, todas as queixas com o intuito de manifestar a insatisfação dos diversos setores sociais com os resultados efetivos da Copa do Mundo no Brasil.

4.1.2.1 Máfia latino-americana

A regra de formação discursiva **queixa cidadã** apresenta em seus critérios o objeto corrupção. Esta regra possui como conceito a insatisfação da população. Tem como modalidade a cidadania e como estratégia a demonstração de desonestidade por parte dos agentes que promovem e organizam a Copa do Mundo.

A função enunciativa de **denunciar dilapidação do patrimônio público** originada do enunciado “**FIFA tem no futebol seu negócio**” emana duas regras de formação discursiva distintas que são **queixa cidadã** e **queixa ideológica**. Porém, as facetas de seu enunciado são diferentes para cada formação. Para esta subseção o enunciado **FIFA tem no futebol seu negócio** é identificado por meio de apenas uma de suas três facetas.

Diante de tantos acontecimentos negativos com a presença da entidade máxima do futebol no Brasil, diversos setores da sociedade civil organizada afirmam e divulgam em suas páginas eletrônicas e nas redes sociais que a **FIFA é administrada por corruptos**.

Um dos exemplos ilustrativos é o pronunciamento de Andrew Jennings, jornalista que se dedica há mais de vinte anos a investigar e denunciar os casos de corrupção da detentora da Copa do Mundo²², autor da reportagem da BBC de Londres que denunciou as propinas de

²² DIP, Andrea. Andrew Jennings: “Agora o Teixeira tem que renunciar à FIFA”. Copa Pública. 14 mar. 2012. Disponível em: <http://apublica.org/2012/03/andrew-jennings-agora-teixeira-tem-renunciar-a-fifa/>. Acesso em: 15 out. 2013.

US\$ 9,5 milhões de dólares dadas a Ricardo Teixeira e US\$ 1 milhão ao ex-presidente da FIFA, e seu ex-sogro, João Havelange, para garantir à empresa de marketing esportivo ISL contratos de exclusividade em patrocínios da Copa do Mundo. O caso foi investigado pela Justiça suíça e se tornou um escândalo mundial.

Andrew Jennings denuncia os corruptos que são dirigentes da FIFA:

Com a FIFA é mais sofisticado. Eles tentam suprimir documentos do processo judicial na Suíça que apontam o Teixeira e o Havelange, então eles ainda estão dormindo na mesma cama. Agora, será muito interessante ver se o Teixeira vai renunciar ao seu cargo na FIFA. O comitê executivo tem 24 homens – só homens, nenhuma mulher – e três representantes da América Latina. Se ele renunciou à CBF, porque ele vai continuar representando o Brasil na FIFA?

Os outros dois representantes são o Júlio Grondona, um bastardo corrupto da Argentina, e o Nicolás Leoz, presidente da Conmebol, que eu denunciei como outro corrupto, mostrando que ele roubou cerca de meio milhão de dólares em três propinas diferentes. É horrível ver esses três corruptos nojentos representando toda a América Latina na FIFA.²³

Esta denúncia aponta suspeitas às formas de atuação da FIFA, visto agir de maneira fechada, pouco transparente e reunir pessoas em sua cúpula que já estiveram envolvidas em acusações e escândalos pregressos de corrupção. Por outro lado, Jennings demonstra a importância da sociedade civil exercer o seu papel de denunciar as atividades de corrupção, pois por meio das pressões populares há a possibilidade de que os corruptos acabem deixando os cargos.

Podemos inferir também que a denúncia deste exemplo é um tipo de queixa biopolítica, pois envolve um problema ideológico contra a corrupção ordinária dentro da FIFA, apresentando uma manifestação pública de indignação contra a corporação internacional e seus dirigentes, que procuram privatizar aquilo que é público, ou seja, o futebol (HARDT; NEGRI, 2009; HARDT; NEGRI, 2012).

4.1.2.2 Quem ganha com a Copa?

A regra de formação discursiva **Queixa ideológica** apresenta quatro objetos: manipulação da opinião pública, política da FIFA, política do governo e organização do mundial, que apesar de distintos compõem a mesma regra por compartilharem a mesma prática

²³ DIP, Andrea. Andrew Jennings: “Agora o Teixeira tem que renunciar à FIFA”. *Copa Pública*. 14 mar. 2012. Disponível em: <http://apublica.org/2012/03/andrew-jennings-agora-teixeira-tem-renunciar-a-fifa/>. Acesso em: 15 out. 2013.

discursiva. Esta regra possui como conceitos a contestação e a insatisfação por deterem um conjunto obrigatório de esquemas de dependências que nos permite colocá-los na mesma regra. As modalidades são a conscientização e a cidadania que estão juntas por fazerem parte de um mesmo estilo discursivo. Por fim, a estratégia é uma só, a da demonstração de subserviência do governo à FIFA.

A regra de formação discursiva **queixa ideológica** é oriunda de duas funções enunciativas que são **denunciar dilapidação do patrimônio público** e **denunciar colonização globalizante**.

Conforme anunciamos na subseção anterior, a função enunciativa de **denunciar dilapidação do patrimônio público** originada do enunciado **FIFA tem no futebol seu negócio** emana duas regras de formação discursiva distintas que são **queixa cidadã** e **queixa ideológica**. Contudo, as facetas de seu enunciado são diferentes para cada formação. Para a regra a **queixa ideológica** o enunciado **FIFA tem no futebol seu negócio** é identificado por meio de duas de suas três facetas.

Uma das afirmativas mais reconhecidas é a de que a **FIFA obtém lucros com a Copa**, que é vista de forma crítica pelos membros da sociedade civil organizada devido ao grande montante arrecadado, comparado aos pequenos benefícios proporcionalmente oferecidos, seja através de seus contratos comerciais, do licenciamento dos seus produtos patenteados, dos direitos de TV, pela venda dos ingressos ou por qualquer outro dos diversos modos de receita que a entidade possui.

Como exemplificação, podemos citar o pronunciamento do ex-jogador de futebol e atual deputado federal, Romário: “A FIFA está roubando os brasileiros [...] A FIFA está aqui somente pelo dinheiro. Coisas como transporte, que beneficiam as pessoas depois da competição, estão prontas? Eles não se importam. Eles não se importam com o que será deixado para trás”.²⁴.

Em seu depoimento, o deputado Romário denuncia a intenção exclusiva da FIFA em ganhar dinheiro do Brasil com a Copa do Mundo a qualquer preço, utilizando os recursos públicos, em conluio com os executivos do governo, através de argumentos econômicos para convencer a população, sem se importar com os impactos sociais que um evento deste porte proporciona às comunidades atingidas.

²⁴ IG. **Romário volta a criticar Copa e chama Ronaldo e Bebeto de 'ignorantes'**. 16 out. 2013. Disponível em: <<http://copadomundo.ig.com.br/2013-10-16/romario-volta-a-criticar-copa-e-chama-ronaldo-e-bebeto-de-ignorantes.html>>. Acesso em: 22 out. 2013.

Para garantir a sua arrecadação, a **FIFA privilegia parceiros comerciais para a Copa** por meio de imposições aos governos dos países-sede para que introduzam em suas legislações cláusulas protecionistas à entidade promotora e aos seus patrocinadores, criando, inclusive zonas de exclusão comercial, em que apenas os patronos oficiais possam comercializar os seus produtos.

Para que qualquer outro tipo de produto ou serviço possa ser comercializado na área pré-determinada pela FIFA ele deve passar por um processo de avaliação e aprovação pelos membros da entidade, mesmo que o comerciante já esteja anteriormente estabelecido naquela região há anos, ou ainda que o produto seja um símbolo cultural.

Foi o que aconteceu na Bahia, por exemplo, em que as vendedoras de acarajé foram desautorizadas a comercializar esta iguaria local, de alta identificação regional, produto tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN como patrimônio imaterial da Bahia e que a FIFA inicialmente não permitiu que elas furassem o bloqueio protecionista comercial.

Somente após diversos protestos e negociações, conforme ilustrado pela figura 3, a FIFA concedeu autorização para a venda de acarajés na Arena Fonte Nova durante a Copa do Mundo de 2014.

Figura 3 - Manifestação das baianas em Salvador



Fonte: Odara – Instituto Mulher Negra.²⁵

²⁵ <http://institutoodara.org.br/baianas-de-acaraje-asseguram-espaco-nos-jogos-da-copa-das-confederacoes/>

De acordo com Valdecir Nascimento, coordenadora do Odara – Instituto da Mulher Negra, a vitória nas negociações com a Secretaria Especial da Copa foi o resultado de um trabalho de mobilização e reivindicação feita pela Associação das Baianas de Acarajé e Mingau – ABAM, em parceria com organizações do movimento social e o Comitê Popular da Copa de Salvador.

As baianas lutaram para defender o nosso patrimônio e seus direitos. Este foi um ano de muitas manifestações, que veio contribuir para garantir esse resultado. É necessário ter um projeto justo e digno para os ambulantes, para a população em situação de rua, ou seja, precisamos lutar para determinar que, de fato, tenhamos um legado social para a cidade com a chegada dos grandes eventos. Em Salvador, no entanto, temos que atrair as pessoas para o debate do turismo sexual e da limpeza étnica. Para isso, vamos entrar no jogo e lutar pela participação da população soteropolitana e brasileira no processo dos jogos do mundial.²⁶

O pronunciamento da representante de um dos órgãos da sociedade civil organizada brasileira sugere que os governos parecem não possuir compromisso social ou cultural com a população, visto ser necessário terem que fazer repetidas manifestações e envolver outros setores representativos até ter suas reivindicações atendidas. Discussões, que deveriam ser preocupações básicas do governo, estão sendo debatidas pelas organizações sociais e não pelos órgãos oficiais competentes, o que parece demonstrar priorização dos gestores públicos para as ações e atores comerciais envolvidos na Copa do Mundo em detrimento das camadas menos abastadas da sociedade.

Nestes exemplos acima, podemos observar o acultramento capitalista, em que a única coisa que importa é o dinheiro, onde nada mais tem outro tipo de valor a não ser o econômico. O capital não respeita fronteiras, destrói culturas e civilizações, dizima sociedades e padroniza os comportamentos humanos para o alcance de seus próprios objetivos, para que a soberania do capital seja implantada e exercida de maneira plena, fazendo com que o povo seja dominado pela dependência das práticas econômicas, em uma totalidade ordenada (HARDT; NEGRI, 2005; DESAI; RAMJETTAN, 2008).

A função enunciativa **denunciar colonização globalizante** deriva dois enunciados que são **FIFA é danosa ao país** e **Governo é submisso à FIFA**, este último já apresentado na seção anterior.

²⁶ INSTITUTO ODARA. **Baianas de acarajé asseguram espaço nos jogos da Copa das Confederações**. 10 jun. 2013. Disponível em: < <http://institoodara.org.br/baianas-de-acaraje-asseguram-espaco-nos-jogos-da-copa-das-confederacoes/>>. Acesso em: 02 set. 2013.

O enunciado **FIFA é danosa ao país** apresenta três de suas quatro facetas com a função enunciativa de **denunciar a colonização globalizante**, que se aplica ao aspecto teórico em questão, conforme poderemos observar a seguir. Contudo, as facetas **FIFA exige um Estado de Exceção** e **FIFA desrespeita os valores sociais e culturais dos países-sede das Copas**, já foram demonstradas na formação discursiva Biopoder da soberania imperial no Brasil da Copa do Mundo, pois também correspondem àquela formação. Assim, apresentaremos aqui apenas a faceta deste enunciado que se adequa a esta subseção.

Um aspecto importante a ser observado na LGC é que durante a Copa do Mundo de 2014 no Brasil a **FIFA equipara manifestantes a terroristas**. Essa tipificação criminal nem existe no código penal brasileiro, porém, na Lei Geral da Copa, foi considerado terrorismo todo “o ato de provocar terror ou pânico generalizado mediante ofensa à integridade física ou privação da liberdade de pessoa, por motivo ideológico, religioso, político ou de preconceito racial, étnico ou xenófobo”, passível de pena de 15 a 30 anos de reclusão.²⁷

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB de São Paulo, Martim Sampaio, considerou essa cláusula um:

Atentado contra o Estado Democrático de Direito [...] este é o artigo mais perigoso por não dar definições exatas sobre o termo. Da maneira como está na lei, qualquer manifestação, passeata, protesto, ato individual ou coletivo pode ser entendido como terrorismo. Isso é um cheque em branco na mão da FIFA e do Estado.²⁸

A partir da declaração do jurista podemos inferir que o governo e a FIFA inseriram na Lei Geral da Copa um dispositivo punitivo-restritivo específico antiterrorista para o período da Copa. Contudo, esta tipificação criminal ficou ampla o suficiente para garantir a realização do megaevento de forma padronizada e sem ameaças, com o objetivo de inibir as manifestações contra a Copa do Mundo, o que sugere também que a democracia estaria ameaçada, visto que o direito de manifestação estaria sendo praticamente proibido no Brasil, pois a partir de então, nenhum brasileiro poderia fazer protesto algum. A ditadura global imposta ao Brasil tendeu a ser instaurada a partir do momento que o direito de reivindicação do cidadão foi rotulado como terrorismo.

Este exemplo parece nos apresentar uma queixa de representação, revelando o conflito entre os que não participam da gestão do comum contra aqueles que o controlam, fingindo

²⁷ AGÊNCIA SENADO. **Copa poderá ter lei contra terrorismo e outros crimes**. 16 jan. 2012. Disponível em: http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/01/16/copa-podera-ter-lei-contraterrorismo-e-outros-crimes/imprimir_materia. Acesso em: 16 out. 2013.

²⁸ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **O AI-5 da Copa do Mundo**. 01 maio 2013. Disponível em: <http://pcb.jusbrasil.com.br/politica/104085921/o-ai-5-da-copa-do-mundo>. Acesso em: 02 jan. 2014.

representar a sociedade disfarçadamente, pois o que eles representam é a manutenção e o domínio da propriedade privada sobre o comum (BROWN; SZEMAN, 2006; SPINOZA, 1979; HARDT; NEGRI, 2009).

Nesta trilha empírica de formação discursiva, observamos a sociedade civil organizada denunciando as evidências de ações imperiais da FIFA em conjunto com os governantes. Assim, a opinião pública apresenta suas queixas reclamando por seus direitos de cidadania que parecem estar sendo subtraídos pelos agentes dominantes do Império.

4.1.2.3 Vai ter Copa a qualquer custo?

A regra de formação discursiva **Queixa consciente** tem por objeto a manipulação da opinião pública, possui como conceito a insatisfação popular, apresenta como modalidade a conscientização e adota como estratégia a demonstração de manipulação por parte dos agentes que promovem e organizam a Copa do Mundo.

A regra de formação discursiva **queixa consciente** provém de duas funções enunciativas, que são as de **denunciar a ludibriação para justificar a realização da Copa** e de **denunciar a fragilidade institucional do Estado brasileiro**.

A função enunciativa **denunciar a ludibriação para justificar a realização da Copa** deriva o enunciado **FIFA é danosa ao país**, sendo que apenas uma de suas cinco facetas se adequam a esta função enunciativa.

O fato de que a **FIFA não preza pela segurança dos trabalhadores nas obras da Copa**, demonstra a pouca importância que a entidade dá para os sinistros ocorridos em virtude das obras para a realização do seu megaevento.

Nas obras da Arena Corinthians, dois operários foram vítimas de um acidente durante as construções para a Copa do Mundo, que resultou na morte dos trabalhadores, no momento em que o guindaste tombou e uma grua caiu em cima do painel de LED, matando o operador da máquina e um dos montadores da estrutura.

A FIFA apenas lançou uma nota lamentando o acidente, afirmando que a segurança é prioridade máxima. Contudo, acidentes têm continuado a acontecer nas construções das

arenas em todo o Brasil, uns com vítimas fatais e outros não, mas com mutilações e invalidez, em que os atingidos estão servindo apenas de ferramenta para a realização do megaevento.²⁹

Para a ONG ‘A Nova Democracia’:

A Fifa derramou lágrimas de crocodilo, dizendo lamentar o “acidente” e diz que a “segurança dos trabalhadores é a prioridade máxima”. No entanto, nas obras bilionárias de construção e reforma de estádios para a copa da Fifa e outros que servirão de suporte ao megaevento já foram registradas várias mortes de operários e um número ainda impreciso de mutilações e “acidentes” não fatais.³⁰

Este exemplo parece explicitar a insatisfação da sociedade civil com a pouca importância dada pela empresa às vítimas do acidente. O depoimento da ONG sugere que a FIFA não se importa com quantas vidas serão ceifadas ou mutiladas, contanto que os estádios fiquem prontos a tempo e os seus lucros estejam garantidos.

Aqui podemos observar a ampliação do conceito de proletariado, visto serem trabalhadores do modo de produção capitalista contemporâneo, pertencentes a uma classe de operários explorados e subjugados às normas do capital pós-moderno (ANDREOTTI, 2009; HARDT; NEGRI; 2012) em que o contratante do serviço se preocupa mais com o processo de acumulação do que com as vidas que estão envolvidas neste processo. É possível observar também que neste caso a representação sindical passa a ser substituída pelos movimentos sociais (AMORIM, 2007).

A função enunciativa **denunciar a fragilidade institucional do Estado brasileiro** deriva o enunciado **governo é leviano em relação à organização da Copa**, que possui apenas duas de suas cinco facetas que se adequam a este capítulo.

Um dos principais aspectos observados foi o de que o **governo não qualificou mão de obra para a Copa**, visto que a nossa classe trabalhadora ainda parece ser carente de treinamento adequado e preparação suficiente para atender um público exigente quanto o dos turistas que nos visitam.

Como exemplo, os representantes de agentes de trânsito de quatro Estados se reuniram com deputados e com a Comissão de Turismo e Desporto para pedir qualificação profissional para Copa de 2014, principalmente curso de idiomas, para atender melhor os turistas estrangeiros.

²⁹ G1. **Em nota, FIFA lamenta acidente na Arena Corinthians**. 27 nov. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/11/em-nota-FIFA-lamenta-acidente-na-arena-corinthians.html>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

³⁰ A NOVA DEMOCRACIA. Greves e Luta classista. Ano XII, n. 122, 1ª quinzena dez. 2013. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-49/no-122/5107-greves-e-luta-classista>. Acesso em: 02 jan. 2014.

De acordo com o Deputado Valadares Filho, a qualificação dos agentes de trânsito pode ser um dos legados que ficarão após o final do campeonato de futebol.

Que a gente tenha a possibilidade de, por meio desses eventos, alcançar a melhor qualificação, valorizar ainda mais o trabalho que eles fazem à sociedade no dia a dia, para que a gente possa deixar um legado. A Copa do Mundo vai passar, mas os agentes de trânsito vão continuar fazendo o trabalho para o povo brasileiro, e eles precisam de condições para isso.³¹

Esta declaração evidencia que ações com o propósito educacional parecem não ter recebido carga de atenção e investimentos necessária e proporcional às obras estruturais para a Copa do Mundo. O texto sugere que apesar de recebermos turistas de toda parte do mundo não houve planejamento, ações e investimentos em projetos educacionais que ficassem como legado para o país, como atendimento ao público, idiomas, qualidade em serviços, empreendedorismo, por exemplo.

Diversas evidências indicam que o **governo não criou estrutura adequada para receber os turistas durante a Copa**, desde as obras inacabadas dos aeroportos, passando pelas construções de mobilidade urbana, até os estádios de futebol, que apesar de estarem com suas estruturas internas praticamente prontas, possuem ainda um entorno bastante carente de atingir o nível mínimo de condições que ofereçam conforto e segurança.

A Arena Pernambuco e o estádio Mané Garrincha, em Brasília, mesmo finalizados para a Copa das Confederações, apresentaram condições precárias de mobilidade urbana, principalmente por causa das chuvas. Os pontos de ônibus postados em locais distantes e em quantidade insuficiente para abrigar a todos que necessitam, além de metrô e ônibus lotados.

O torcedor Darley Castro reclamou: “O ônibus deveria deixar mais perto do estádio. Vamos andar um pouco e, ainda por cima, debaixo de chuva. Pelo menos em situações como essa deveria haver transporte para mais perto”.³²

O que fica evidenciado nesta declaração é a percepção da sociedade que as obras estimuladas pelo governo parecem não ter sido feitas para benefício da população, pois apesar de ter sido gasto um excessivo volume de dinheiro a infraestrutura não foi projetada para as

³¹ ASSUMPÇÃO, Regina Céli. **Agentes de trânsito pedem qualificação profissional para Copa de 2014**. 27 ago. 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TURISMO/450457-AGENTES-DE-TRANSITO-PEDEM-QUALIFICACAO-PROFISSIONAL-PARA-COPA-DE-2014.html>>. Acesso em: 15 out. 2013.

³² BENITES, Franco; CASTRO, Elton de. **Teste para 2014: Arena PE precisa melhorar para a Copa do Mundo**. Globoesporte.com. 16 jun. 2013. Disponível em: <<http://m.globoesporte.globo.com/futebol/copa-das-confederacoes/noticia/2013/06/teste-para-2014-arena-pe-precisa-melhorar-para-copa-do-mundo.html>>. Acesso em: 15 out. 2013.

pessoas que necessitam de transporte público, nem planejada para aqueles que precisam de sistemas especiais de inclusão social.

Os exemplos acima parecem demonstrar que o processo de internacionalização dos fatores produtivos não resultou nos benefícios econômicos prometidos a todas as nações do mundo. Os organismos internacionais ricos estão cada vez mais ricos e os pobres, cada vez mais pobres (OLIVEIRA, 2006; STIGLITZ, 2002). Mais uma vez podemos observar que os únicos beneficiados parecem ser apenas os agentes governamentais e os representantes das organizações privadas. Todas as ações do governo foram pensadas para beneficiar o evento e seus espectadores não a população que os recebeu e financiou a Copa do Mundo.

Neste conjunto de dados, observamos que a sociedade civil está apresentando suas queixas pelas evidências da forma impositiva com que o governo e a FIFA estão organizando a Copa do Mundo no Brasil, independentemente de haver estrutura necessária, segurança aos trabalhadores ou qualquer outra garantia. Para os detentores do poder e do capital internacional o que importa é a realização da festa e os ganhos econômicos que ela possa angariar, não importando os custos financeiros, provindos do erário público, ou imateriais, que envolvam a vida das pessoas.

4.2 Biopoder da soberania imperial no Brasil da Copa do Mundo

Ao definirmos a formação discursiva Biopoder da soberania imperial no Brasil da Copa do Mundo identificamos este órgão (FIFA) como um fidedigno agente do capitalismo imperial que, para se estabelecer territorialmente, por não ser um Estado-nação, necessita de um território para se instalar e se apropria temporariamente de países que, ao se candidatarem a receber a Copa do Mundo, sujeitam-se a uma condição de hospedeiros, o que faz com que a FIFA exerça uma soberania parcial e temporária sobre esses territórios ocupados durante o período em que os eventos são realizados, que duram cerca de sete anos, desde o anúncio do país-sede até a cerimônia de encerramento do megaevento.

Na caso de nossa pesquisa sobre a Copa do Mundo de 2014 realizada no Brasil, a FIFA estabeleceu um vínculo com o governo utilizando a sua influência por meio de seu poderio econômico para fazer exigências sobre os governantes com o intuito de vender o seu produto imaterial para todo o mundo a utilizando-se do território brasileiro e do erário de seu povo para promover-se internacionalmente e obter vantagens financeiras seja de forma

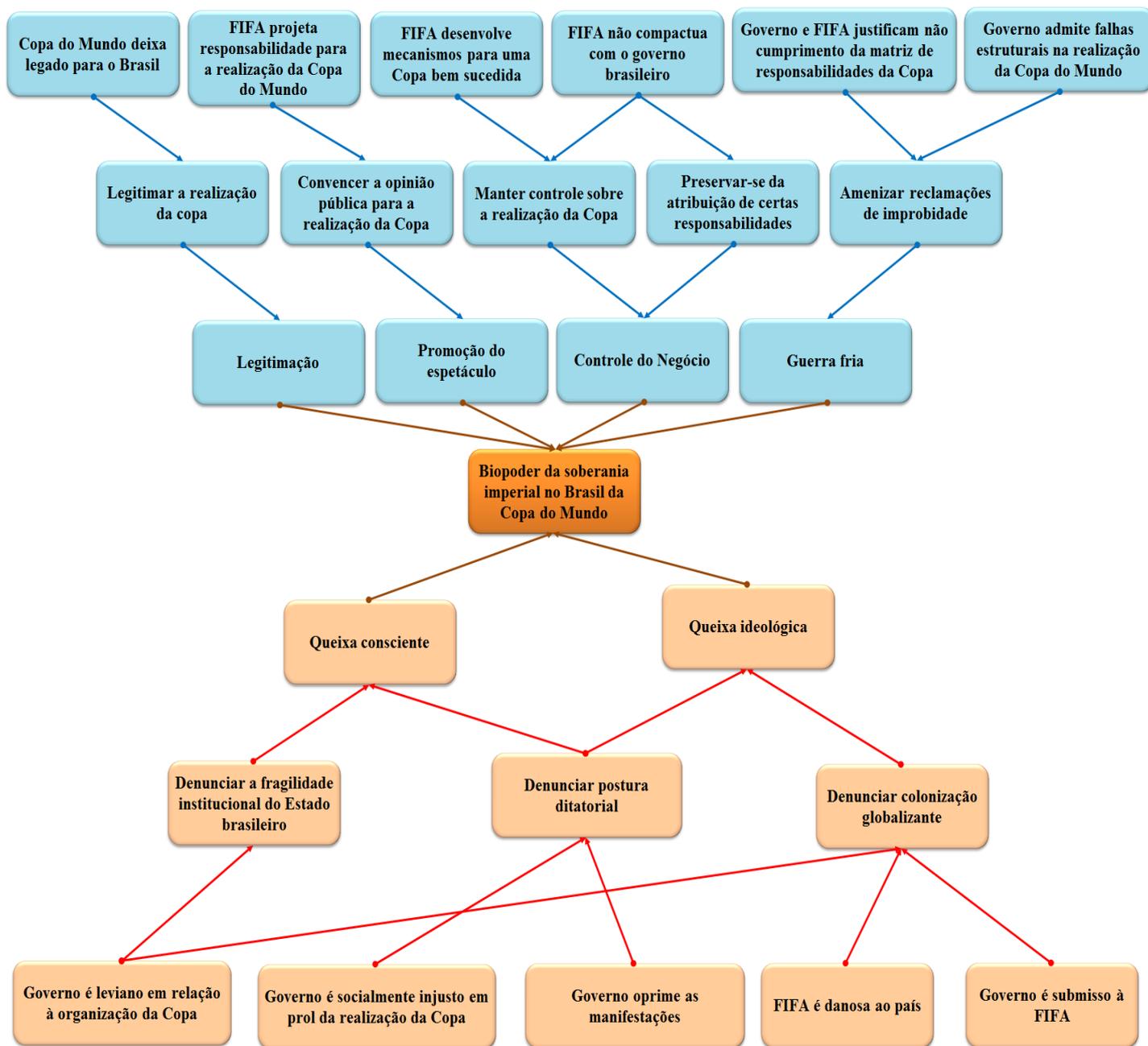
objetiva, com a venda de ingressos, produtos licenciados e patrocínios ou subjetiva, com o fortalecimento de sua imagem e aumento de sua influência internacional.

Aqui observamos que a FIFA além de buscar manter o controle sobre a realização da Copa e se preservar das responsabilidades negativas oriundas da realização de um evento desse porte, ela tenta, em parceria com o governo, amenizar as reclamações de improbidade e convencer a opinião pública que a realização da Copa é uma excelente oportunidade para o país, buscando, assim, legitimar a realização do megaevento. Em contrapartida, a sociedade civil protesta pela fragilidade institucional do Estado brasileiro para lidar com uma organização privada tão poderosa e passa a denunciar a colonização globalizante imposta pela FIFA e a postura ditatorial por parte do governo.

Biopoder da soberania imperial no Brasil da Copa do Mundo é uma formação discursiva formada por seis regras, sendo quatro oriundas do discurso oficial e duas provindas do discurso da sociedade civil. As quatro regras do discurso oficial provêm de cinco funções enunciativas que derivam seis enunciados. As duas regras de formação discursiva oriundas do discurso da sociedade civil são provenientes de três funções enunciativas que derivam cinco enunciados.

Ao total são onze enunciados com oito funções enunciativas que formam seis regras de formações discursivas que conceitua a formação discursiva Biopoder da soberania imperial no Brasil da Copa do Mundo, conforme poderemos acompanhar na figura 4.

Figura 4- Mapa de relações – Biopoder da soberania imperial no Brasil da Copa do Mundo



Fonte: Dados resultantes da própria pesquisa.

4.2.1 Copa do Mundo sob controle

A formação discursiva Biopoder da soberania imperial no Brasil da Copa do Mundo possui influência do discurso oficial por meio das regras controle do negócio, em que

apresentamos o questionamento dos benefícios do espetáculo da Copa do Mundo, guerra fria que discute as formas de propaganda para convencer a população dos benefícios do megaevento, legitimação, que busca o apoio popular para a Copa e promoção do espetáculo, que apresenta o esforço da FIFA para demonstrar para a opinião pública mundial que ela é competente naquilo que faz.

4.2.1.1 Buscando o apoio popular

Os critérios da regra de formação discursiva **legitimação** tem como objeto o legado que o evento traria para o país. O conceito que embasa esta regra é o de desenvolvimento. Esta regra tem como estratégia apresentar à opinião pública uma FIFA que possui preocupação com o bem estar social. A modalidade foi demonstrada a partir de um ponto de vista tecnicista.

A regra de formação discursiva **legitimação** é oriunda da função enunciativa **legitimar a realização da copa**, que deriva o enunciado **Copa do Mundo deixa legado para o Brasil**, pois visa demonstrar as tentativas oficiais de tornar esse evento como um derivado do anseio popular por meio da demonstração de benefícios que a Copa traria.

O enunciado **Copa do Mundo deixa legado para o Brasil** possui apenas uma das três facetas que se adequa, que é a **Copa do Mundo deixa um legado econômico para o Brasil**.

Copa do Mundo deixa um legado econômico para o Brasil baseia-se no discurso de que o megaevento futebolístico traria emprego, renda, e desenvolvimento da indústria local, de produtos alusivos à Copa 2014 e à indústria turística.

Como exemplo, apresentamos a declaração do secretário-geral da FIFA, Jerome Valcke:

Mais de seis mil empregos foram gerados apenas no setor de gastronomia. Além disso, também foram criados, por exemplo, vários postos de trabalho na indústria hoteleira. Todos os investimentos estão beneficiando a economia brasileira. O merchandising é um bom exemplo disso: o produto oficial mais vendido é o boné do Fuleco, desenvolvido e produzido por uma empresa do Paraná.³³

Neste exemplo, o executivo sugere à opinião pública que a FIFA é uma organização multinacional importante e que a Copa do Mundo é uma grande geradora de recursos e investimentos para o país-sede que a recebe. Ao mesmo tempo em que se defende das

³³ FIFA. **Balanço positivo até agora**. 24 jun. 2013. Disponível em: <<http://pt.fifa.com/confederationscup/news/newsid=2118347/>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

acusações de apenas explorar os recursos brasileiros, ele usa o seu poder midiático para vender o espetáculo e os seus benefícios para os espectadores do Brasil de outros países.

Baseados no que afirma Hardt e Negri (2005), podemos observar que o representante da FIFA utiliza argumentos e ardis econômicos para convencer a população brasileira a aceitá-la como uma solução aos problemas sociais do país, quando, na verdade, a intenção do capitalista é obter o máximo de ganho impondo ao povo da localidade onde atua um ciclo de relação trabalho/consumo/trabalho quase impossível de se desvencilhar.

4.2.1.2 Olha como eu sei fazer...

Os critérios para a regra de formação discursiva **promoção do espetáculo** tem como objeto a política da FIFA. Esta regra apresenta dois conceitos que são responsabilidade e comprometimento, que por possuírem um conjunto de esquemas semelhantes consideramos como um só, dentro da mesma regra. A modalidade desta regra se baseia em um conteúdo de ética. A estratégia adotada baseia-se na preocupação com o bem estar social da população.

A Essa regra de formação discursiva **promoção do espetáculo** provém da função enunciativa **Convencer a opinião pública para a realização da Copa** que deriva o enunciado **FIFA projeta responsabilidade para a realização da Copa do Mundo**, em que duas das suas sete facetas se adequam.

A faceta **FIFA preza por segurança alimentar nos estádios** refere-se às medidas de padronização na oferta de alimentos que envolveram o megaevento nas arenas de futebol em que ocorreram os jogos da Copa, no que concerne aos serviços de comida e bebida aos espectadores.

A restrição a alimentos dentro dos estádios, no que tange ao rigor adotado pela instituição através da padronização da alimentação, não sugere possuir intenção comercial, mas atitude de segurança alimentar, conforme os critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.³⁴

O gerente geral de integração operacional do Comitê Organizador Local, Tiago Paes, declarou que "muita gente imagina que isso acontece por alguma restrição comercial, e sim por segurança alimentar. Todas as lanchonetes e restaurantes do estádio são regulamentados

³⁴ FIFA. **A nova experiência do torcedor no Brasil**. 2013. 12 jun. 2013. Disponível em: <<http://pt.m.FIFA.com/confederationscup/news/newsid=2105484/index.html>>. Acesso em: 05 set. 2013.

pela vigilância sanitária”.³⁵

Mais uma vez, o governo e a FIFA assumem uma postura defensiva, rebatendo as críticas acerca do beneficiamento de seus parceiros comerciais sob a égide de uma pretensa segurança alimentar. O representante da entidade organizadora do megaevento sugere à opinião pública que os promotores do evento se preocupam com o público espectador, que a padronização é um benefício para a população, parecendo querer afastar a ideia de um suposto protecionismo mercantil.

Esse processo de imposição faz parte do que Hardt e Negri (2001) identificam como sendo a principal característica de chegada do Império, através da demonstração de incapacidade dos Estados-nação de lidarem de forma autônoma diante das novas formas autoritárias de relação comercial internacional, inclusive dentro de seu próprio território, que utiliza essa nova lógica pós-moderna de produção de normas e instrumentos legais de imposição coercitiva em favor dos interesses privados. Por outro lado, podemos também inferir que esta declaração é uma ação de contrainsurgência, visto utilizar o seu poder midiático para minar os ataques da multidão, que criticam a padronização excessiva dos agente imperiais, na tentativa de unificar o comportamento da população para facilitar o controle (HARDT; NEGRI, 2012).

Outra faceta encontrada foi que a **FIFA dá acesso à Copa a toda população brasileira**, quando a instituição buscou garantir que milhões de torcedores dentro e fora dos estádios acompanhassem os jogos ao vivo por rádio, TV, internet e fan zones em vários locais do país. De acordo com o secretário-geral da FIFA Jérôme Valcke:

Há três milhões de ingressos disponíveis para a Copa do Mundo, mas este é um país de 200 milhões de pessoas, e por isso vamos ter fan zones e telões em locais diferentes, talvez nas favelas e outros locais onde as pessoas não tenham acesso aos estádios. Queremos dar a essas pessoas a oportunidade de assistir à Copa do Mundo e fazer parte dela.³⁶

A intenção da FIFA parece ter sido a de transformar o país numa grande arquibancada de futebol, utilizando-se dos mais variados recursos logísticos e tecnológicos para alcançar o máximo de espectadores possível. Restringir o público aos estádios atinge, no máximo, apenas 1,5% dos potenciais consumidores. Assim, querer ampliar o seu público espectador sugere uma imagem simpática de inclusão junto à opinião pública e, ao mesmo tempo, tende a expandir o seu alcance comercial.

³⁵ FIFA. **A nova experiência do torcedor no Brasil**. 2013. 12 jun. 2013. Disponível em: <<http://pt.m.FIFA.com/confederationscup/news/newsid=2105484/index.html>>. Acesso em: 05 set. 2013.

³⁶ FIFA. Blatter: "**Maracanã tem algo de excepcional**". FIFA.com. 02 jul. 2013. Disponível em: <<http://pt.touch.FIFA.com/confederationscup/news/newsid=2130560/index.html>>. Acesso em: 05 jul. 2013.

Aqui podemos observar o que Deleuze (1998) denominou de sociedade da informação, ou sociedade de controle, em que sua configuração se desenvolve de forma que a produção imaterial produza valor, utilizando o arsenal contemporâneo da tecnologia para o exercício da biopolítica e do biopoder, empregando o poder criativo em benefício do acúmulo de capital.

4.2.1.3 Padronizar para controlar

Os critérios para a obtenção da regra de formação discursiva **controle do negócio** apresenta três objetos: a organização do mundial, política de governo e política da FIFA, que foram unificados em uma única regra por caracterizarem uma mesma prática discursiva. Esta regra também apresentou três conceitos, que são controle, negócio e isenção, unificados por possuírem um mesmo esquema de dependências, de ordem e de sucessões. A modalidade desta regra é a excelência e a estratégia é a demonstração de eficiência sobre a realização do megaevento.

A regra de formação discursiva **controle do negócio** advém de duas funções enunciativas que são a de **manter controle sobre a realização da Copa** e a de **preservar-se da atribuição de certas responsabilidades**, que demonstram a forma de domínio da FIFA sobre o território em que se hospeda sem se responsabilizar pelos acontecimentos negativos que ocorram.

A função enunciativa de **manter controle sobre a realização da Copa** dá sentido aos enunciados **FIFA desenvolve mecanismos para uma Copa bem sucedida e FIFA não compactua com o governo brasileiro**.

FIFA desenvolve mecanismos para uma Copa bem sucedida é aqui descrito por cinco de suas oito facetas.

Em vários aspectos a **FIFA normatiza todos os aspectos relativos à Copa do Mundo**. Ela não se limita ao que tange a elaboração das regras, a organização do torneio, o cadastramento e controle dos times ou a administração financeira e operacional da instituição. Ela tende a ir muito além disso, buscando a normatização total do ambiente em que está operando, desde a situação política do país até o comportamento de seu povo, dentro do que ela mesma denomina “padrão FIFA”.

Como exemplo, podemos citar os Centros de Treinamento (CTs), que servem como base para as seleções durante a Copa do Mundo que, apesar de serem escolhidos e

gerenciados pelas próprias seleções, devem passar pelo crivo anterior da FIFA, apresentarem a ela a sua candidatura, seguindo rígidos requisitos de exigência de qualidade.

Para se candidatar a CT, o estabelecimento precisa conter as seguintes especificações mínimas:

- Deve estar disponível para utilização exclusiva da seleção participante por um período de pelo menos 45 dias durante a Copa do Mundo da FIFA;
- O hotel deverá ter no mínimo três estrelas e estar localizado a aproximadamente 20 minutos do referido centro de treinamento, considerando o deslocamento feito com a utilização de batedores;
- O hotel deverá estar localizado a, no máximo, uma hora de distância de um aeroporto que comporte aeronaves com capacidade de 120 passageiros, considerando o deslocamento feito com a utilização de batedores;
- A instalação deve ter pelo menos um campo em excelentes condições, construído de acordo com os parâmetros internacionais estabelecidos pela FIFA/COL, que esteja situado, no máximo, a 20 minutos do hotel proposto, caso ambos não sejam no mesmo lugar;
- As dimensões do campo deverão ser, preferencialmente, de 105m x 68m, aceitando-se campos com comprimento mínimo de 102m e largura mínima de 67m e com áreas livres mínimas de 7,5m atrás dos gols e 6m nas laterais;
- É desejável que haja outro campo com dimensões mínimas de 52,5m x 68m, adjacente ao campo principal, para treinamentos específicos, com as mesmas características de gramado e sistema de iluminação.³⁷

Este exemplo demonstra a minúcia com a qual a entidade promotora da Copa do Mundo normatiza seus procedimentos para instituir o que ela denomina “Padrão FIFA” de qualidade, com o intuito de evitar quaisquer transtornos na organização do evento e garantir o sucesso de seus acontecimentos. Os detalhes, definidos na casa dos centímetros e dos minutos, sugerem o grau de parametrização com que a entidade trata os seus negócios e cobra os seus resultados, ou seja, a FIFA demonstra ser criteriosa e clara na definição de suas exigências.

Esta imposição da FIFA demonstra uma das formas biopolíticas de produção social típicas da lógica de dominação padronizada dos organismos internacionais, como uma forma única e global de dominação, característica do Império que, para alcançar seus objetivos, necessita padronizar os atos e comportamentos da coletividade, na busca por transformar a multidão em povo, pois suas atitudes dentro de um comportamento massificado tornam-se previsíveis e de fácil manipulação, proporcionando uma produção imaterial de amplo espectro (HARDT; NEGRI, 2012).

³⁷ PORTAL DA COPA. **Centros de Treinamento de Seleções**: a Copa além das 12 sedes. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/copa/cts>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

FIFA mantém o controle sobre os serviços prestados na Copa é uma faceta que remete ao total comando dos processos referentes ao megaevento, visto que até mesmo a quantidade de ingressos colocados à venda, as estratégias de comercialização e o serviço de entrega em domicílio dos bilhetes comprados pela internet são controlados pela FIFA.

As entradas são adquiridas exclusivamente no site da FIFA e a entidade anunciou que, para quem mora no Brasil, poderia entregar o ingresso em domicílio pelo valor extra de R\$ 59,00. Para quem mora no exterior, o valor foi R\$ 94,00. A multinacional alemã (DHL) foi contratada para executar este serviço em todo o mundo, inclusive no Brasil. Contudo, havia a opção de retirar os bilhetes pessoalmente em postos de troca nas 12 cidades-sede do Mundial.

Neste exemplo abaixo, a FIFA informou que:

Esse é um serviço opcional especial para os torcedores. Os ingressos são itens valiosos e, como tal, não podem ser simplesmente enviados por um serviço postal comum. É necessário assegurar que esses bens preciosos sejam entregues de forma segura e em condições justas para todos.³⁸

Aqui a FIFA demonstra o grau de controle que obteve sobre o seu megaevento, inclusive sobre a forma de entrega dos ingressos. Sugere não confiar nos serviços postais brasileiros, contratando uma multinacional europeia para a realização do serviço de *delivery*, apesar da emissão dos bilhetes serem realizados no Brasil. Tudo para manter o domínio sobre todos os processos que envolvem a Copa do Mundo. Num segundo momento, a FIFA tende a sobrevalorizar o ingresso para justificar a cobrança pelo serviço, que pode ter custado tanto quanto o próprio bilhete ou mais.

O exercício da biopolítica se dá pelo controle exercido por meio da inteligência da informação, por meio de atividades de monitoramento humano, com o intuito (ou pretexto) de oferecer uma estrutura de bem-estar social, o que Deleuze e Guatarri (2000) identificaram como sendo uma sociedade de controle ou sociedade da informação.

FIFA define regras sobre como torcedores devem usufruir a Copa, é uma faceta que explicita a tentativa da entidade em padronizar o comportamento, e até a cultura, da forma de assistir futebol do torcedor. Na Copa do Mundo quem define o assento é a FIFA, não havendo a liberdade de escolha do espectador. Ele pode, no máximo, decidir a área que deseja ficar.

Ao comprar o bilhete de entrada, nele estão impressas informações de como chegar ao seu lugar. Primeiro escolhe-se a cor do setor, em seguida qual o portão, depois o número do

³⁸ FIFA. **Confirma os preços de entrega dos ingressos**. 10 nov. 2013. Disponível em: <<http://pt.FIFA.com/worldcup/news/y=2013/m=11/news=anunciados-precos-entrega-dos-ingressos-copa-2221839.html>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

nível (o andar do estádio), após isso deve observar o bloco, então a fileira (degrau da arquibancada) e, finalmente, o número do assento.

O exemplo a seguir, um pronunciamento do gerente geral do Comitê Organizador Local, Tiago Paes, ilustra esta faceta:

Quanto o torcedor vai retirar seu ingresso, ele recebe um guia em português ou inglês com todas as informações que precisa saber. É importante ler esse guia com atenção, pois nele constam os itens proibidos, o código de conduta, o que ele vai encontrar dentro do estádio e os mapas de entrada de cada arena, com os setores indicados [...] Sabemos que o assento marcado é uma nova cultura nos estádios brasileiros, por isso é fundamental que os torcedores se acostumem com esse modelo.³⁹

Neste pronunciamento, podemos observar que a FIFA parece querer alterar e padronizar o comportamento do espectador nos estádios brasileiros, através de normatização, mudando a sua cultura, na forma de assistir as partidas de futebol. Ao trazer o evento para o Brasil a entidade tende a fazer com que o torcedor se adapte aos novos padrões por ela impostos e não o contrário, pois isso fugiria do seu modelo de controle. O texto apresentado a quem foi às arenas assistir as partidas parece ser imperativo, determinante e limitativo, pois todas as suas imposições sugerem restrição de liberdade do espectador, seja de escolha ou de conduta.

O domínio das corporações multinacionais imprime sobre os Estados-nação dominados a sua cultura global sobre a regional que, para perpetuar a reprodução do capital, impõe que as economias menores vivam em função do modo de geração do capital estrangeiro, buscando formar réplicas de si mesmo por todo o mundo para ampliar o seu domínio internacional (ALVES, 2001; HARDT; NEGRI, 2005). O que também pode ser observado no exemplo seguinte.

O presidente da **FIFA reclama dos torcedores ao cantarem o hino além da versão oficial**, apresentando uma faceta que demonstra a insatisfação da entidade quando algum procedimento sai do padrão adotado, como foi o caso, em que os torcedores cantaram de forma autônoma as estrofes do hino nacional que extrapolaram a edição feita pela FIFA, que a reduzira para apenas um minuto e meio, quando o tempo exato é de 3 minutos e quarenta segundos.

Joseph Blatter, principal executivo da entidade, demonstrou sua insatisfação com a seguinte declaração: “... precisávamos da torcida. Os torcedores foram extraordinários no

³⁹ FIFA. **A nova experiência do torcedor no Brasil**. 2013. 12 jun. 2013. Disponível em: <<http://pt.m.FIFA.com/confederationscup/news/newsid=2105484/index.html>>. Acesso em: 05 set. 2013.

estádio ontem [...] Na hora do hino nacional, mesmo quando a parte oficial tinha terminado, eles continuaram a cantar. Tudo bem, talvez tenha atrasado o jogo em dois minutos...”⁴⁰

Percebe-se, neste exemplo, que o elogio à torcida feito pelo presidente da FIFA foi meramente retórico, numa tentativa de angariar simpatia, contudo, ao final ele expôs sua insatisfação com um episódio que deveria ter engrandecido o evento, mas que não estava no *script* do cerimonial, que foi o canto do hino nacional pelos torcedores. O fato deste acontecimento ter se desenrolado de forma imprevisível e, além do mais, ter atrasado o início da partida, o que pode ter gerado algum tipo de prejuízo financeiro, parece ter desagradado o executivo.

FIFA assegura direitos dos seus parceiros comerciais ao inserir nos acordos com o governo que as empresas que são patrocinadoras do megaevento terão privilégios especiais, como isenção de taxas e impostos.

Como exemplo, podemos citar que para aumentar ainda mais a adesão do público ao megaevento, a FIFA promoveu os chamados *Fan Fest*, que eram espaços públicos com telões, bares, restaurantes e shows que reuniram entre 20 mil a 100 mil pessoas por evento. Todo o gasto de infraestrutura e manutenção dos locais onde ocorreram as *Fan Fests* foi de responsabilidade do poder público.

Segundo o documento denominado "Manual de Evento", que rege as obrigações entre a FIFA e as cidades-sede, coube ao poder público despesas relativas a infraestrutura, operação no local, entretenimento, equipe e gestão, inclusive, foi dever do poder público preparar área para a instalação de lojas dos patrocinadores da Copa do Mundo.

De acordo com o “Manual do Evento”:

A McDonald's será autorizada a operar um restaurante próprio no local de realização e manter para si toda a receita gerada a partir da venda dos produtos. Não será cobrada da McDonald's qualquer taxa de aluguel pela utilização do espaço para montar o restaurante.⁴¹

Podemos observar o tom imperativo do texto, garantindo condições protecionistas a um de seus patrocinadores, apesar de todo o custo ser arcado pelo poder público. O nível de padronização da entidade é demonstrado ao determinar que um mesmo fornecedor de alimentos por segmento atue em todas as áreas de festas espalhadas pelas cidades-sede do Brasil. Outro ponto a se observar é que o restaurante parece não ter podido implementar o seu

⁴⁰ FIFA. **Blatter**: "Maracanã tem algo de excepcional". 02 jul. 2013. Disponível em: <<http://pt.FIFA.com/confederationcup/news/newsid=2130560/>>. Acesso em: 05 jul. 2013.

⁴¹ FIFA. **Manual de evento**: Copa do Mundo da FIFA Brasil. 2014. FIFA Fan Fest 2014.

sistemas de franquias, mas estabelecimento próprio, o que garantiria o padrão de qualidade e reforçaria ainda mais o sistema de parametrização.

Nos exemplos acima podemos observar que os governos estaduais e federal, que deveriam representar a coletividade, patrocinaram as grandes multinacionais, desobstruindo qualquer dificuldade, como a isenção de impostos, para que o capital pudesse se instalar utilizando um sistema customizado de relação e produção socioeconômica (HARDT; NEGRI, 2001; ANDREOTTI, 2009).

O outro enunciado provindo do discurso oficial é a **FIFA não compactua com o governo brasileiro**, que é demonstrado através de cinco facetas, além de originar a função enunciativa **de manter controle sobre a realização da Copa** ela também emana a função enunciativa de **preservar-se da atribuição de certas responsabilidades**.

As duas primeiras facetas apresentadas explicitam a função enunciativa de **manter o controle sobre a realização da Copa do Mundo** e as outras três a função enunciativa de **preservar-se da atribuição de certas responsabilidades**.

A **FIFA critica segurança nos estádios** ao demonstrar preocupação com episódios como a confusão no jogo entre Atlético-PR e Vasco, em Joinville, em que as imagens de violência envolvendo torcedores das duas equipes ganharam o mundo. O secretário-geral da entidade, Jérôme Valcke, afirmou que o mesmo não aconteceria na Copa do Mundo, visto que o que ocorreu foi resultado da falta de organização e segurança nos estádios brasileiros. Na Copa, a organização é da FIFA, que tem mecanismos para evitar que o mesmo acontecesse em 2014, visto que ela é quem faria o controle. Na opinião de Valcke:

Acho que foi o tipo de imagem que você não quer ver. Lembra péssimos tempos na Europa. E também na África. Futebol não deveria ser um espaço de briga, de guerra de fãs. É uma questão de segurança, de ter a organização correta para que grupos não briguem. É, definitivamente, uma questão de segurança no estádio. Temos nossos mecanismos.⁴²

Neste depoimento, o executivo da entidade sugere que o modelo brasileiro de gestão do futebol é desorganizado e parece querer usar este argumento para tentar justificar e legitimar a forma parametrizada e centralizada de administração de campeonatos utilizada pela FIFA, em que todos os detalhes, inclusive a segurança, são previamente planejados e controlados por ela.

⁴² MATOSO, Felipe. G1.globo.com. **Governo vai propor aos estados criação de delegacias do torcedor**. 12 dez. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/12/governo-vai-propor-aos-estados-criacao-de-delegacias-do-torcedor.html>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

Na questão da relação da entidade proprietária do megaevento com o governo, a **FIFA não aceita questionamento do Estado em suas ações** e exige de forma enérgica, para não dizer agressiva, que os executivos do governo sigam suas diretrizes rigidamente quanto à forma e ao tempo determinados pela entidade.

O Secretário-Geral da FIFA, Jérôme Valcke, demonstrou indícios de ter perdido a paciência com a leniência e a falta de atitude do governo brasileiro na organização da Copa do Mundo de 2014. Em uma reunião realizada em Londres, Inglaterra, o executivo da entidade proferiu um discurso pouco diplomático, criticando a demora, por parte dos dirigentes públicos brasileiros, na entrega de uma série de documentos necessários para o andamento dos projetos estruturais do evento

Precisam se esforçar mais, levar um chute no traseiro e entregar esta Copa do Mundo. E é isso que será feito [...] Esses documentos deveriam ter sido entregues em 2007, e já estamos em 2012. Ficam com essa eterna discussão sobre a conta que vem com a organização do torneio e não conseguem se mobilizar para entregar as obras no período previsto. Os estádios estão todos atrasados.⁴³

Este posicionamento do dirigente da FIFA em relação aos representantes do governo brasileiro demonstra uma relação distorcida entre Estado e iniciativa privada, visto que, em condições normais, quem normatiza é o Estado e quem seguem as normas são as empresas. Nesta relação de soberania pós-moderna, há um compartilhamento de poder entre os dirigentes governamentais e os executivos das grandes corporações transnacionais, que evidenciam proporcionar situações de distorção nas relações de poder, como a descrita no exemplo acima, em que um diretor de uma empresa privada tratou os dirigentes públicos de uma nação do porte econômico do Brasil como se fossem seus vassalos.

As três facetas seguintes do enunciado **FIFA não compactua com o governo brasileiro** possuem a função enunciativa **preservar a FIFA da atribuição de certas responsabilidades**.

FIFA não obriga o Brasil a sediar a Copa, explicita que quem quis a FIFA no Brasil foi o Brasil. A FIFA foi convidada para realizar seu megaevento por aqui, o país se candidatou para realizar a Copa de 2014, dentro dos parâmetros que a proprietária do evento exigia e comemorou quando ganhou o direito de realizá-lo.

Blatter, presidente da entidade, declarou:

⁴³ PLACAR. Valcke ataca a demora do Brasil: "Precisa de um chute no traseiro". Redação Placar. 2 mar. 2012. Disponível em: <<http://placar.abril.com.br/materia/valcke-ataca-a-demora-do-brasil-precisa-de-um-chute-no-traseiro/>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

Quando a Copa foi dada ao Brasil, em 2007, houve festa, apoio em todo o país. Diziam: "Nós temos a Copa do Mundo, nós temos a Copa do Mundo!". Primeiramente houve a candidatura e a mesma lista de requerimentos e o mesmo contrato dados a outros organizadores da Copa. A demanda básica da FIFA é ter estádios à disposição, mas não pedimos estádios acima de 80 mil pessoas. Pedimos para a semifinal e a final. Começamos do ponto de vista de que a infraestrutura, toda a logística urbana para ir aos estádios, deve ser feita pelas cidades-sede e pelos governos. E por quê? Porque isso é parte do legado. O país se candidata para a Copa, e nós pedimos os estádios.⁴⁴

O depoimento do dirigente da FIFA parece demonstrar um posicionamento defensivo em resposta às acusações de que a entidade estaria sendo prejudicial ao país. Ele afirma que a FIFA não pediu para vir ao Brasil, mas o país foi quem se candidatou para sediar o evento, mesmo com a ciência das exigências necessárias para a realização de um acontecimento de tamanho porte. Num segundo momento, o executivo confirma que a FIFA pediu estádios que estivessem dentro de seus padrões, mas não no tamanho nem na quantidade com que foram construídos, sugerindo que o governo é quem foi o responsável tanto por trazer a Copa do Mundo ao Brasil quanto pela quantidade e pelo luxo dos estádios. Assim, parece que o presidente da entidade está transferindo toda a responsabilidade pelas insatisfações populares ao governo. Isto, em parte, parece ser verdade. Os indícios apontam que o maior responsável pela Copa do Mundo acontecer no Brasil é o próprio governo brasileiro, que se empenhou ao máximo para que o megaevento viesse para o país, cedendo, para isso, a todas as exigências da FIFA.

A **FIFA não exige luxo** evidencia que a entidade não exigiu magnificência na construção dos estádios. Ela precisava de Arenas confortáveis para a exibição dos jogos, mas sem ostentação e não se pode culpar a FIFA pelos atrasos da obra devido minúcias ostensivas, como o tipo exato desse ou daquele modelo de assento, por exemplo, não ter chegado para a instalação.

O presidente da FIFA, Blatter, afirmou:

Nunca pedimos para criar estádios como se fossem estado da arte. Futebol é uma religião aqui. Os estádios são como catedrais, e nas catedrais você põe tudo o que as cidades escolhem. Houve 17 cidades candidatas. Podemos jogar em oito estádios. Na África do Sul foram 10.⁴⁵

⁴⁴ MATTOS JUNIOR, Walter de. Blatter: 'Não entendo por que de 2007 até agora não foi feito mais, como estabelecido'. In: Lancenet. Copa 2014. 30 jun. 2013. Disponível em: <http://www.lancenet.com.br/copa-do-mundo/Blatter-entendo-feito-infraestrutura_0_946705475.html>. Acesso em: 5 jul. 2013.

⁴⁵ Ibid.

Mais uma vez o principal dirigente da entidade promotora da Copa do Mundo parece transferir para o governo a responsabilidade pelos gastos com os estádios de futebol. A FIFA sugere neste depoimento que conseguiria realizar o evento com quatro estádios a menos do que foram construídos e com muito menos luxo. O executivo parece sugerir, quase insinuar, que os gastos excedentes foram forçados pelos administradores públicos e que por muito menos a Copa ocorreria com o mesmo sucesso, o que demonstra que o governo brasileiro teve ação efetiva para o excesso de gastos com o megaevento, além de dar indícios de que houve uso irregular de verbas públicas.

O capitalismo contemporâneo não se pauta mais pelo roubo ou pela pilhéria, mas a sua imposição se dá pela nova relação com os governos, transformando os Estados-nação em instrumentos de mercadoria e fluxo financeiro, através da manipulação dos meios de produção mundiais e pela redefinição de uma nova geografia global. (GREWAL, 2002; HARDT; NEGRI, 2001, SILK, 2005). Assim, podemos observar que a estratégia de exploração capitalista contemporânea se dá pela disponibilização dos aparelhos públicos pelo governo em benefício das grandes corporações ficando o Estado com a responsabilidade de financiar a infraestrutura de produção e o capital entra no negócio apenas com o lucro, direcionando sua força produtiva para as áreas que melhor lhe renderem lucratividade (URRY, 2005; HARDT; NEGRI, 2001). Estas observações servem também para o exemplo seguinte.

Relativamente aos protestos populares nas ruas, em que houve confronto entre policiais e manifestantes no entorno do Maracanã, a postura da entidade foi a de que a **FIFA se exime de ações impopulares do governo**, minimizando os incidentes, mudando de assunto e fazendo elogios aos estádios. Em um dos exemplos, o presidente da FIFA, Blatter, afirmou durante coletiva de imprensa realizada no Rio de Janeiro:

Não vou discutir problemas internos que o país está enfrentando. O que disse, e repito, é que o futebol serve para conectar as pessoas e nós conectamos as pessoas [...] não se pode ir contra elas, mas, quando começam os atos violentos, passam a ser uma questão de segurança [...] Nunca dá para satisfazer a todos, e nós tentamos satisfazer, dizendo que o futebol não traz apenas entretenimento, mas emoção e esperança.⁴⁶

O pronunciamento do dirigente da FIFA sugere que a intenção da entidade seria a de entrar no país, realizar o megaevento e sair ovacionada pela população. Após as manifestações populares a entidade, num primeiro momento, tentou utilizar a estratégia de se

⁴⁶ IG SÃO PAULO. **Blatter aprova organização brasileira, mas desconversa sobre protestos**. 01 jul. 2013. Disponível em: <<http://copadomundo.ig.com.br/copa-das-confederacoes/2013-07-01/blatter-aprova-organizacao-brasileira-mas-desconversa-sobre-protestos.html>>. Acesso em: 10 out. 2013.

esconder, não discutindo nem respondendo perguntas sobre o assunto. Para ela o seu produto é bom e traz alegria a quem a sedia, sugerindo uma tentativa de evasiva, buscando se defender das acusações através da omissão e do silêncio.

Aqui a FIFA evidencia o domínio sobre o megaevento, apontando na direção de que ela é quem determina todas as diretrizes normativas para a realização do espetáculo, não aceitando sugestões ou imposições sobre as condições que possam afetar a padronização da qualidade por ela imposta ou diminuir a lucratividade obtida por ela ou por quaisquer de seus patrocinadores. Os dados demonstram como a FIFA parece tentar influenciar a vida, o comportamento e a cultura do povo brasileiro em função da garantia de seu quinhão de mais-valia.

4.2.1.4 Propaganda soberana

“**Guerra fria**” é uma regra de formação discursiva que tem por objeto a organização do mundial, possui como conceito a responsabilidade, apresenta como modalidade o tecnicismo e dispõe como estratégia a demonstração de eficiência na realização do mundial.

A regra de formação discursiva **Guerra fria** é oriunda da função enunciativa **amenizar reclamações de improbidade**, que por sua vez, deriva os enunciados **Governo e FIFA justificam o não cumprimento da matriz de responsabilidades da Copa** e **Governo admite falhas estruturais na realização da Copa do Mundo**, que buscam explicar à opinião pública o porquê das irregularidades denunciadas.

O enunciado **Governo e FIFA justificam não cumprimento da matriz de responsabilidades da Copa** é composto por três facetas.

Observamos que a **FIFA minimiza atrasos nas obras**, tentando passar à população a segurança de que o governo iria concluir todas as construções essenciais para a realização da Copa do Mundo em tempo hábil para o início do torneio.

Como exemplo, Valcke, secretário-geral da FIFA, faz elogios a estádio, mesmo este não estando ainda com sua construção concluída:

Muito trabalho foi feito desde a última visita que fizemos a Porto Alegre. Não há preocupação em relação ao estádio. Está na fase de acabamentos. São os últimos retoques. O bom é que há muito espaço no entorno do estádio. Há todo o espaço necessário para o que precisamos. Depois de pronto, será utilizado pelo Internacional. Além disso, o acesso é fácil. Tudo isso ficará como legado para a cidade e para o clube. Porto Alegre é uma

cidade muito especial para FIFA, pois a população apoia a Copa de uma forma muito elevada".⁴⁷

O pronunciamento do executivo da FIFA demonstra um esforço em citar alguns pontos positivos em uma obra atrasada, em que muito pouco havia para se elogiar, visto que até espaço vazio foi enaltecido. Esta declaração sugere um disfarce da insatisfação da FIFA com os processos de construção dos estádios, que, porém, não poderiam ser expostos naquele momento, para não comprometer a relação de parceria e, conseqüentemente, o sucesso do evento.

Apesar de à época faltar pouquíssimo tempo para o início da competição e as obras estarem, em sua maioria, com o cronograma de entrega atrasado, **FIFA atenua improviso para conclusão das obras para a Copa**. O ex-jogador e membro do Comitê Organizador Local – COL, Ronaldo, admitiu que houvesse correria para a conclusão dos estádios que sediarão os jogos da Copa do Mundo, mas que aposta no “jeitinho brasileiro”. Para ele,

O gringo, no geral, não conhece o nosso jeitinho brasileiro de ser e fazer as coisas. É muito característico isso no brasileiro, de fazer as coisas no último momento e começar uma correria, mas a gente tem todas as garantias de que todos os estádios estarão prontos para a Copa.⁴⁸

Este depoimento sugere que o representante da FIFA está oficializando a nossa “cultura do improviso”, buscando tranquilizar a opinião pública acerca de que a incompetência governamental em realizar as obras prometidas em tempo hábil seria facilmente suprida pela capacidade do povo brasileiro em encontrar atalhos que garantissem a entrega. Assim, a FIFA sugere a nossa incapacidade de responder técnica e burocraticamente pelos compromissos assumidos, precisando recorrer a recursos sujeitos ao imponderado para cumprir os compromissos previamente acordados, contudo, parecendo atestar que, para a entidade, o importante é que seja entregue, não importando como nem o quanto isso tenha custado.

Apesar de algumas divergências públicas entre o Governo e a FIFA, ambos resolveram rapidamente suas diferenças e voltaram a andar juntos nas fiscalizações dos estádios, obras e projetos educativos, demonstrando que a **FIFA e Governo superam**

⁴⁷ UOL. **Valcke elogia evolução das obras da reforma e do entorno do Beira-Rio**. Bol na Copa. 7 out. 2013. Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/esporte/2013/10/07/jerome-valcke-elogia-evolucao-da-reforma-e-obras-do-entorno-do-beira-rio.htm>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

⁴⁸ NEVES, Milton. Ronaldo admite correria por estádios, mas aposta em "jeitinho brasileiro". In: **Terceiro Tempo**. 6 dez. 2013. Disponível em: <<http://terceirotempo.bol.uol.com.br/noticias/ronaldo-admite-correria-por-estadios-mas-aposta-em-jeitinho-brasileiro>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

divergências entre si. O ministro dos esportes, Aldo Rebelo, garantiu estar em harmonia com a FIFA e voltou a falar em legado para 2014, dizendo ter superado as divergências com a entidade e voltando a dizer que o Brasil só iria lucrar com a realização da Copa do Mundo.

Após se irritar com uma declaração de Jérôme Valcke, secretário-geral da FIFA, que cobrava maior celeridade do Brasil nas obras relacionadas à Copa do Mundo de 2014 e ter declarado publicamente que “o Brasil merece um chute no traseiro”, o governo superou as diferenças para estabelecer um laço de harmonia com a entidade.

A demonstração dessa evidência foi a declaração do secretário executivo do ministério do esporte, Luis Fernandes, durante uma das reuniões do Comitê de Responsabilidade da Copa 2014:

Nossa experiência na Copa das Confederações mostrou como é fundamental que esse planejamento seja integrado para garantir o sucesso do evento. O objetivo principal é justamente estruturar a elaboração e a integração dos Planos Operacionais com o conjunto e a variedade de atores que estão envolvidos nesse processo.⁴⁹

O discurso do governo sugere que os interesses comerciais se sobrepõem aos interesses do Estado, pois para garantir que o megaevento acontecesse pareceu ter sido necessário aceitar os impropérios proferidos e as ingerências promovidas pela FIFA, ao fazer pressão para que o país se submetesse aos cronogramas e parametrizações impostas pela promotora da Copa do Mundo. Com isso, os desentendimentos tenderam a ficar menos evidentes para a opinião pública, diminuindo as declarações públicas de insatisfação da FIFA, reduzindo a exposição negativa do governo na mídia.

Já o enunciado **Governo admite falhas estruturais na realização da Copa do Mundo** também se originou a partir da conjunção de três facetas.

Inicialmente, observa-se que o **Governo admite falta de preparo de profissionais para a Copa 2014**, visto que a mão de obra brasileira não foi devidamente treinada e preparada para atender um público exigente quanto o dos turistas que nos visitaram. Até a própria Comissão de Turismo e Desporto admitiu que “ainda há falta de preparo dos profissionais que vão lidar com os 600 mil turistas estrangeiros esperados durante a Copa do Mundo 2014”.⁵⁰

⁴⁹ PORTAL DA COPA. **Governo, sedes, FIFA e COL iniciam em Brasília trabalho de planejamento operacional para 2014.** 30 out. 2013. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/governo-sedes-fifa-e-col-iniciam-em-brasilia-trabalho-de-planejamento-operacional-para-2014?language=en>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

⁵⁰ PORTAL 2014. **Governo admite falta de preparo de profissionais para a Copa 2014.** 12 jul. 2013. Disponível em:

O fato do governo não priorizar a capacitação de profissionais para atuar durante a Copa do Mundo demonstra a falta de estranheza com a questão educacional do país. Isso sugere que, para o governo, a incompetência com a preparação intelectual da população pode ser admitida sem maiores problemas, pois não chega a ser improbidade, visto que o brasileiro já está acostumado com o fato de não receber o grau de instrução necessário para quaisquer áreas de atuação.

Outro recurso escasso e de difícil gestão é a questão da energia, sobre a qual o **Governo admite risco de racionamento**, em que participou de audiência que abordou os atrasos nas obras de geração, transmissão e distribuição de energia, bem como participou de debate acerca do risco de racionamento.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) o setor energético vem apresentando uma série de deficiências, com apagões sistemáticos pelo Brasil afora:

48% dos 6.149 megawatts referentes a projetos de geração de energia previstos para o ano que vem enfrentam impedimentos para entrar em operação. Na área de transmissão, 4.191 quilômetros de linhas para 2014 estão com o cronograma atrasado. Dos 80 principais projetos do país previstos para o período de 2013 a 2015, 53, ou 66%, estão com atrasos.⁵¹

Ao admitir que não conseguiu produzir a energia suficiente para sustentar um megaevento como a Copa do Mundo de 2014, o governo conseguiu reduzir as críticas quanto à utilização de fontes energéticas menos sustentáveis, mais caras e mais poluentes, como as termoelétricas, além de angariar apoio para a construção de grandes hidroelétricas que enfrentam fortes resistências da sociedade civil organizada devido ao seu grande impacto ambiental.

O **Governo admite falta de estrutura adequada para receber os turistas durante a Copa** é uma faceta que demonstra o discurso do governo ao reconhecer os problemas para o acolhimento ao turismo, identificados através de pesquisa aos próprios visitantes das cidades-sede, por meio de aproximadamente 14 mil entrevistas, sendo quatro mil nos aeroportos e 10 mil nos estádios, hotéis e locais de retirada de ingressos.

Pesquisa realizada pelo ministério do Turismo afirma que:

Se na avaliação geral dos estrangeiros, o transporte para os estádios registrou a menor incidência positiva, no tocante à infraestrutura das cidades-sede, o

<http://www.portal2014.org.br/noticias/12022/GOVERNO+ADMITE+FALTA+DE+PREPARO+DE+PROFISSIONAIS+PARA+A+COPA+2014.html>. Acesso em: 15 out. 2013.

⁵¹ PORTAL 2014. **Governo debate risco de racionamento de energia na Copa**. Agência Câmara. 24 set. 2013. disponível em:

<<http://www.portal2014.org.br/noticias/12337/GOVERNO+DEBATE+RISCO+DE+RACIONAMENTO+DE+ENERGIA+NA+COPA.html>>. Acesso em: 15 out. 2013.

questo voltou a ser objeto de reclamação. Mais da metade dos estrangeiros (55,3%) avaliou negativamente os transportes públicos. Já os serviços de táxi (83,1%) e a limpeza pública (78,3%) obtiveram avaliações positivas.

Em termos de serviços turísticos, o atendimento no idioma ao turista foi o serviço de menor incidência positiva (56,6%). Do outro lado, nove em cada dez estrangeiros avaliaram positivamente os restaurantes.

Já em relação aos preços, a alimentação dentro dos estádios (49,3%) e os meios de hospedagem (53,8%) foram os itens com menor avaliação positiva por parte dos estrangeiros. Grande parte dos turistas de fora do país (81%) viram com bons olhos o custo do transporte até o destino e do transporte público.⁵²

Ao divulgar o resultado da pesquisa entre os turistas na Copa das Confederações, observamos que itens básicos para a população foram os que receberam maiores críticas, como transporte público e educação. Contudo, o governo expôs os dados de forma que os índices positivos se sobrepusessem aos negativos. Isso sugere uma intenção do governo em demonstrar que seus acertos são maiores que suas deficiências, tentando amenizar as críticas e deixando a entender à opinião pública que as ações do Estado foram consideradas satisfatórias pela maioria dos entrevistados.

Os exemplos acima demonstram o consenso, ou seja, a forma de permissão dada pelo governo à FIFA, determinado por fatores econômicos e não por mecanismos políticos tradicionais. Podemos observar, assim, que na contemporaneidade governo e política foram absolutamente assimilados ao sistema de comando Imperial, desaparecendo a noção de autonomia do político, mesmo com a manutenção da classe política. O Império demonstra, nos exemplos, acima sua eficácia no contexto histórico contemporâneo para legitimar a sua força como autoridade de influência mundial sobre os Estados-nação (HARDT; NEGRI, 2001), particularmente, sobre o Brasil.

4.2.2 Aviso de alerta da Sociedade Civil

Aqui, essa formação discursiva é composta pelas regras “**queixa consciente**”, que apresenta os protestos populares contra as tentativas de cerceamento da cidadania do brasileiro durante a Copa e a “**queixa ideológica**”, que demonstra a inquietação da população em relação às imposições no capitalismo imperial da FIFA no país.

⁵² BBC BRASIL. **Transporte ao estádio é ponto fraco na avaliação de estrangeiros**. 28 jun. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130628_pesquisa_turismo_copa_das_confederacoes_lgb.shtml>. Acesso em: 12 set. 2013.

4.2.2.1 Fora FIFA!

Os critérios das regras da formação discursiva **queixa ideológica** apresentam como objeto a organização do mundial, política de governo e política da FIFA, que foram unificados em uma única regra por caracterizarem uma mesma prática discursiva. Como conceito esta regra apresenta a contestação e a insatisfação, que se unificam por possuírem lógicas discursivas semelhantes. A modalidade desta regra é a conscientização e a estratégia é a demonstração de subserviência do governo.

A regra de formação discursiva **queixa ideológica** é oriunda de duas funções enunciativas que são as de **denunciar colonização globalizante**, e a de **denunciar postura ditatorial**, que demonstra a indignação dos membros da sociedade civil organizada contra a forma de atuação dominante dos agentes do poder imperial.

A função enunciativa **denunciar colonização globalizante** deriva três enunciados que são **FIFA é danosa ao país**, **Governo é submisso à FIFA** e **Governo é leviano em relação à organização da Copa**, que denunciam as o descaso do governo em relação às práticas da FIFA no país.

O enunciado **FIFA é danosa ao país** apresenta duas de suas quatro facetas com a função enunciativa de **denunciar a colonização globalizante**.

A **FIFA desrespeita os valores sociais e culturais dos países-sede das Copas**, como pode ser observado no exemplo da escolha do nome para a mascote da Copa de 2014, que é um tatu-bola. A entidade ofereceu à população três opções de nomes que não significam nada para a cultura brasileira. Ao contrário, as opções “Amijubi”, “Fuleco” e “Zuzeco”, que foram a votação popular, causaram indignação e ganharam versões irônicas como “furreco” ou “fuleiro”.

Diversas manifestações contrárias foram publicadas nas redes sociais:

- a) IBAMA processa a FIFA e alega que batizar um tatu de Amijubi, Fuleco ou Zuzeco é bullying.
- b) Fuleco ou Zuzeco?! Mesmo em extinção, se eu fosse tatu-bola, com qualquer um desses nomes, eu me matava.
- c) Amijubi, Fuleco e Zuzeco são os nomes para a mascote da Copa de 2014. Você sabe o que eles significam em português? Nada.
- d) “Ainda bem que não lançaram a opção de juntar as palavras ‘caráter’ e ‘trabalho’”.⁵³ Tripudiação de um tuiteiro à formação do nome “Fuleco”,

⁵³ DIP, Andrea; BARROS, Ciro. **Que nome é esse?** Copa Pública. 28 set. 2012. Disponível em: <<http://apublica.org/2012/09/nome-e-esse/>>. Acesso em: 4 jun. 2013.

que foi o escolhido, segundo a FIFA, pela a junção das palavras ‘Futebol’ e ‘ecologia’.

Por este exemplo podemos inferir que a sociedade civil tende a não aceitar as imposições de multinacionais que mesmo que venham a tentar representar o seu país, não traga uma carga de simbolismo cultural. A população parece querer tentar se identificar com a mascote, mas não consegue, pelas características que lhes causa estranheza, a começar pela excentricidade do seu nome.

Aqui, podemos observar um processo de resistência dos que produzem em comum e compartilham a resistência em aceitar ser dominados por aqueles que impõem a lógica econômico-social contemporânea global, responsável por dissolver culturas, economias e fronteiras nacionais (NEGRI, 2004; ANDREOTTI, 2009; GUATTARI, 1992).

O enunciado **Governo é submisso à FIFA** é formado por uma faceta com a função enunciativa de **denunciar colonização globalizante**.

Para ceder o direito ao Brasil de sediar o megaevento, a proprietária do torneio teve que receber garantias de que o **governo tem compromisso com a FIFA e seus parceiros para a Copa**, em que o país teve que assumir uma postura parecida com a da África do Sul de apenas cumprir as exigências, arcar com o endividamento público e flexibilizar a legislação brasileira para se adequar às regras da entidade promotora da Copa do Mundo.

Para garantir que o megaevento aconteça no Brasil, o governo brasileiro se compromete a atender medidas de proteção e exploração dos direitos comerciais da FIFA de seus patrocinadores, como pode ser visto no trecho a seguir, publicado pela ONG Agência Pública:

Em junho de 2007, o Brasil assinou um documento de garantias à FIFA com promessas típicas de campanha para sediar a Copa do Mundo em 2014. E se – na visão de especialistas e movimentos sociais - a Lei Geral da Copa é polêmica, por trazer artigos que se sobrepõem às leis do país e à nossa Constituição, as condições oferecidas pelo governo brasileiro à época são ainda mais impressionantes [...] aqui alguns pontos que ilustram bem as condições em que a Copa foi negociada e como o governo brasileiro se mostrou disposto a fazer concessões sobre isenção total de impostos, esquema de segurança e proteção à Fifa e seus parceiros comerciais.⁵⁴

O depoimento da ONG nos faz inferir que o governo impôs ao povo brasileiro uma grande restrição de direitos para o beneficiamento à FIFA e aos seus parceiros comerciais, compartilhando a soberania do país com a promotora do megaevento, tendendo a deixar a

⁵⁴ DIP, Andrea. O que o Brasil prometeu à Fifa. A Pública. Copa Pública. 22 maio 2012. Disponível em: <<http://apublica.org/2012/05/brasil-prometeu-a-fifa/>>. Acesso em: 15 set. 2013.

população à mercê do capital estrangeiro. A partir daí, a Organização Não Governamental parece estar exortando a sociedade a reagir a partir do sentimento de indignação contra a doação de recursos públicos aos capitalistas internacionais, que passam a vir ao Brasil, se apossar de nossas divisas e retornam em total segurança, sem deixar nada em benefício da população local.

É importante observar que o enunciado “**Governo é leviano em relação à organização da Copa**” possui duas funções enunciativas que são a de **denunciar colonização globalizante** e **denunciar a fragilidade institucional do Estado brasileiro**. As duas facetas da segunda função deste enunciado nós discutiremos mais a frente. Aqui apenas uma de suas cinco facetas é adequada a função enunciativa de “**denunciar colonização globalizante**”, como veremos a seguir.

O governo define obras com base na Copa que não priorizam o social, visto que muitas famílias deixaram suas moradias assim que as obras foram aceleradas para compensar o atraso do cronograma. Na cidade de **Fortaleza**, segundo a pesquisadora e geógrafa Mariana Fernandes Mendes, o espaço público é tratado como mercadoria, expulsando comunidades em benefício das zonas “ricas” e de obras que privilegiam o transporte privado. Apenas para as obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) de um ramal, foi prevista a remoção de aproximadamente 2.700 famílias. “Minha hipótese sobre a realização do evento em Fortaleza é que o legado prometido se restringirá ao espetáculo”.⁵⁵

Este exemplo evidencia a descrença da sociedade civil organizada nas promessas feitas pelo governo acerca do desenvolvimento sustentável e da aceleração do crescimento que a Copa do Mundo poderia trazer ao Brasil. O discurso sugere que o governo não tem como prioridade as obras que possam dar conforto e mobilidade para o seus cidadãos de forma perene, mas as ações imediatistas que beneficiem a iniciativa privada nacional e internacional.

A função enunciativa **denunciar postura ditatorial** compõe as duas regras de formação discursiva, **Queixa ideológica** e **Queixa consciente** e em ambas ela deriva seus dois enunciados que são **Governo é socialmente injusto em prol da realização da Copa** e **Governo oprime as manifestações**. Destarte, ao apresentarmos esta função aqui não se fará mais necessário repeti-la adiante, ao expormos a formação discursiva **Queixa consciente**.

⁵⁵ DIP, Andrea. Até 4 mil famílias podem perder suas casas por obras da Copa em Fortaleza. A Pública. Copa Pública. 11 set. 2012. Disponível em:< <http://apublica.org/2012/09/ate-4-mil-familias-podem-perder-suas-casas-por-obras-da-copa-em-fortaleza/>>. Acesso em: 12 set. 2013.

O enunciado **Governo é socialmente injusto em prol da realização da Copa** possui apenas uma de suas duas facetas que se adequa à função enunciativa, **denunciar postura ditatorial**.

Governo remove comunidades por causa da Copa, para realizar obras de mobilidade urbana e construção de estádios de futebol em benefício do megaevento, bem como para valorizar as propriedades da população mais abastada e retirar moradores de baixa renda de áreas que se tornarão valorizadas pelas obras com intuito de especulação imobiliária.

Giselle Tanaka, representante da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa - ANCOP, denunciou no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU, em Genebra, diversos atos de violações de direitos, remoções forçadas e pressão por parte da FIFA e COI, que estão ocorrendo no Brasil por conta dos megaeventos de 2014 e 2016. Para Tanaka (2013):

A realização destes eventos esportivos [Copa e Olimpíadas] no Brasil poderia ter criado a possibilidade de viabilizar significativos investimentos sociais e na infraestrutura [...] porém, os altos investimentos dispendidos para sediar os megaeventos vêm aprofundando a desigualdade social e as violações de direitos no país. Isto parece ser um tema comum relacionado aos megaeventos e megaprojetos: servir ao lucro de uns e causar prejuízo a milhões.⁵⁶

A declaração da representante de um dos setores da sociedade civil organizada na ONU parece reconhecer que um evento de tamanha magnitude como a Copa do Mundo seria benéfico para o Brasil. Contudo, o que parece ter acontecido foi a criação de uma grande oportunidade para os detentores das grandes corporações e do capital internacional, em conluio com os governantes brasileiros, de se locupletarem do erário público às custas, e em detrimento, dos mais necessitados.

Nos dois exemplos acima podemos observar a ação biopolítica do Império agindo sobre o conjunto de processos populacionais com o objetivo de regulação e modificação da vida, buscando obter o controle das ações humanas em benefício do capital privado (DUARTE, 2006; MOTTA; ALCADIPANI, 2004; PASSOS, 2008).

O segundo enunciado com a função enunciativa **denunciar postura ditatorial**, que é **Governo oprime as manifestações** é composto por uma faceta.

Para garantir a segurança dos espectadores, dos funcionários da FIFA e para garantir que a população seja devidamente controlada, caso resolva se manifestar contra a presença da

⁵⁶ BARROS, Ciro. Comitês populares denunciam remoções forçadas na ONU. A Pública. Copa Pública. 5 mar. 2013. Disponível em: <http://apublica.org/2013/03/comites-populares-denunciam-remocoes-forçadas-na-onu/>. Acesso em: 12 set. 2013.

entidade em nosso país, o **governo se aparelha para contenção de manifestações durante a Copa**, através da Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos (SESG), órgão do Ministério da Justiça. O valor girou em torno dos R\$ 58 milhões, sem licitação, em balas de borracha, gás lacrimogêneo e bombas de "efeito moral", aparelhos denominados "equipamentos para a contenção de distúrbios".⁵⁷

Oliver Philippou, autor de uma pesquisa realizada pela empresa de investigação mercadológica chamada IMS Research, revelou que “Equipamentos de vigilância serão usados para os dois maiores eventos de esporte no mundo a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016; em um grande número de projetos de infraestrutura no Brasil; e diversos projetos de vigilância extensiva nas cidades”.⁵⁸

O texto evidencia que a política de investimentos em segurança do governo está pautada em conter tumulto e não em reprimir a criminalidade. Assim, observa-se que os recursos que deveriam ser utilizados para combater o crime e aumentar a segurança da população parecem estar sendo revertidos em aparelhagem para dar segurança a eventos privados em benefício do grande capital internacional.

Evidencia-se, então, que para os dominantes da ordem mundial assumirem o controle há a necessidade de assumir o poder de intervenção pelo uso do legítimo direito se aparelhar adequadamente e mobilizar a força necessária para exercer o emprego repressão e da força retórica para a manutenção do equilíbrio social, de acordo com as conveniências do capital imperial (SPINOZA, 1979).

Os dados nos evidenciam que a sociedade civil organizada está queixosa da ação do governo e da FIFA para a realização do evento no Brasil, visto acreditarem que os recursos públicos estão sendo direcionados para a gigante empresa de eventos do futebol, em acordo com seus governantes, desrespeitando os valores sociais, morais e legais do Estado brasileiro. Por estas questões, a população parece se opor às ações para a realização da Copa do Mundo.

4.2.2.2 Vocês não me enganam...

A regra de formação discursiva “**queixa consciente**” possui como objeto em seus critérios a manipulação da opinião pública. Detém o conceito da insatisfação compreende a

⁵⁷ MATOS, Rodrigo. **Para Copa, governo compra 2.691 armas de balas de borracha**. Gasto: R\$ 30 mi. UOL Esporte. 11 mar. 2014. Disponível em: <http://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2014/03/11/para-copa-governo-compra-2-691-armas-de-balas-de-borracha-gasto-r-30-mi/>. Acesso em: 11 mar. 2014.

⁵⁸ PHILIPPOU, O. Equipamentos...In: FONSECA, Bruno et al. **Com a Copa, Brasil vira mercado prioritário da vigilância**. A Pública. Copa Pública. 06 set. 2013. Disponível em: <<http://apublica.org/2013/09/copa-brasil-vira-mercado-prioritario-da-vigilancia/>>. Acesso em: 12 set. 2013.

modalidade de conscientização da população e tem por estratégia a demonstração da manipulação por parte do governo e da FIFA para conseguirem os seus objetivos.

Queixa consciente é uma regra de formação discursiva originada a partir de duas funções enunciativas que são **denunciar a fragilidade institucional do Estado brasileiro** e **denunciar postura ditatorial**, que apontam a situação de vulnerabilidade do governo frente às imposições da FIFA.

Conforme já dissemos, a função enunciativa **denunciar postura ditatorial** além de compor a função enunciativa **Queixa consciente** também faz parte da formação da regra de formação discursiva **Queixa ideológica** e, portanto, já foi discutida acima. Assim, apresentaremos aqui apenas a função enunciativa de **denunciar a fragilidade institucional do Estado brasileiro**, emanada do enunciado **governo é leviano em relação à organização da copa**.

O enunciado **governo é leviano em relação à organização da copa** possui, na verdade duas funções enunciativas que são a de **denunciar colonização globalizante**, já apresentada anteriormente, e a função enunciativa de **denunciar a fragilidade institucional do Estado brasileiro** por meio de duas de suas cinco facetas, conforme abaixo.

Em relação às construções, um grande problema enfrentado pelo país é que o **governo não provê infraestrutura para fiscalização das obras vinculadas à Copa**, ou seja, os órgãos de regulação, fiscalização, auditoria e representação não estão aparelhados com recursos tecnológicos, financeiros e principalmente humanos para acompanharem a quantidade de construções com o dinheiro público que se desencadeou nos últimos anos devido à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

O ministro Jorge Hage, da Controladoria-Geral da União (CGU), órgão responsável por auditar gastos públicos, afirma não ter estrutura para analisar todos os projetos da Copa do Mundo de 2014, pois faltam funcionários e tempo para a fiscalização, mesmo que apenas dos 12 estádios previstos para o evento. "Nossa equipe de engenharia é limitada, não temos condições. E o BNDES e o Ministério Público estão numa expectativa de fazer análise prévia de tudo. O banco só quer liberar depois da análise nossa".⁵⁹

O depoimento do controlador geral da União parece sugerir, em primeira instância, incompetência do Estado por não ter havido planejamento, visto que o Brasil foi nomeado como responsável pela organização da Copa com sete anos de antecedência, o que seria tempo

⁵⁹ AMORA, Dimmi. Faltam funcionários para fiscalizar gastos públicos para a Copa-2014, afirma CGU. **Folha de São Paulo**. Esportes. 30 dez. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/852632-faltam-funcionarios-para-fiscalizar-gastos-publicos-para-a-copa-2014-afirma-cgu.shtml>>. Acesso em: 12 set. 2013.

suficiente para prever a quantidade de obras a ser realizadas e estimado o quantitativo de especialistas que seriam necessários para se contatar para que as devidas fiscalizações fossem feitas. Contudo, em segunda instância, esse discurso parece evidenciar uma sugestão de ter havido sobrecarga intencional de trabalho e responsabilidades sobre um mesmo órgão para pressioná-lo a legitimar as obras, mesmo sem a devida fiscalização.

O governo omite informações para fiscalização das obras vinculadas à Copa, visto que houve uma grande dificuldade em se mensurar o montante gasto com a Copa do Mundo no Brasil. O Tribunal de Contas da União – TCU classificou a Matriz de Responsabilidades para a Copa do Mundo, base de dados única dos gastos com o Mundial, como “desatualizada” com relação a prazos e valores e “subjéitiva” no que tange a definição de quais obras de fato são relativas ao megaevento. O Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul e a ONG especializada em direitos humanos, Justiça Global, produziram um documento chegando à conclusão que “a mais alta corte de contas do país não consegue averiguar se os projetos que estão sendo incluídos nessa Matriz de fato têm relação com a Copa do Mundo”.⁶⁰

Este exemplo evidencia que o megaevento tende a ter sido utilizado como pretexto para uma grande canalização de verbas públicas para obras nem sempre necessárias, como também para que as grandes corporações se beneficiassem de incentivos financeiros e fiscais que a Lei Geral da Copa proporcionou, bem como das linhas de crédito e financiamento que os bancos federais ofertaram para as obras do megaevento. Essas informações parecem não terem podido ser averiguadas devido a não alimentação de informações do sistema pelos integrantes do governo. Por fim, a natureza subjéitiva do que seja definido como obra da Copa, sugere a inviabilidade de uma fiscalização eficiente, o que parece ter sido feito de forma proposital para facilitar o enquadramento de qualquer tipo de empresa como apta a receber os benefícios para a Copa.

4.3 Guerra biopolítica em função da Copa do Mundo

A FIFA ao ocupar um território hospedeiro para instaurar a sua produção imaterial, durante a sua estada exige o compartilhamento da soberania com o intuito de maximizar o seu capital, proporcionado com os recursos públicos do país-sede da Copa do Mundo. A

⁶⁰ DIP, Andrea. A dois anos do início da Copa, documentos inéditos mostram que a coisa vai mal. **A Pública**. Copa Pública. 12 jun. 2012. Disponível em:< <http://apublica.org/2012/06/dois-anos-inicio-da-copa-documentos-ineditos-mostram-coisa-vai-mal/>>. Acesso em: 15 set. 2013.

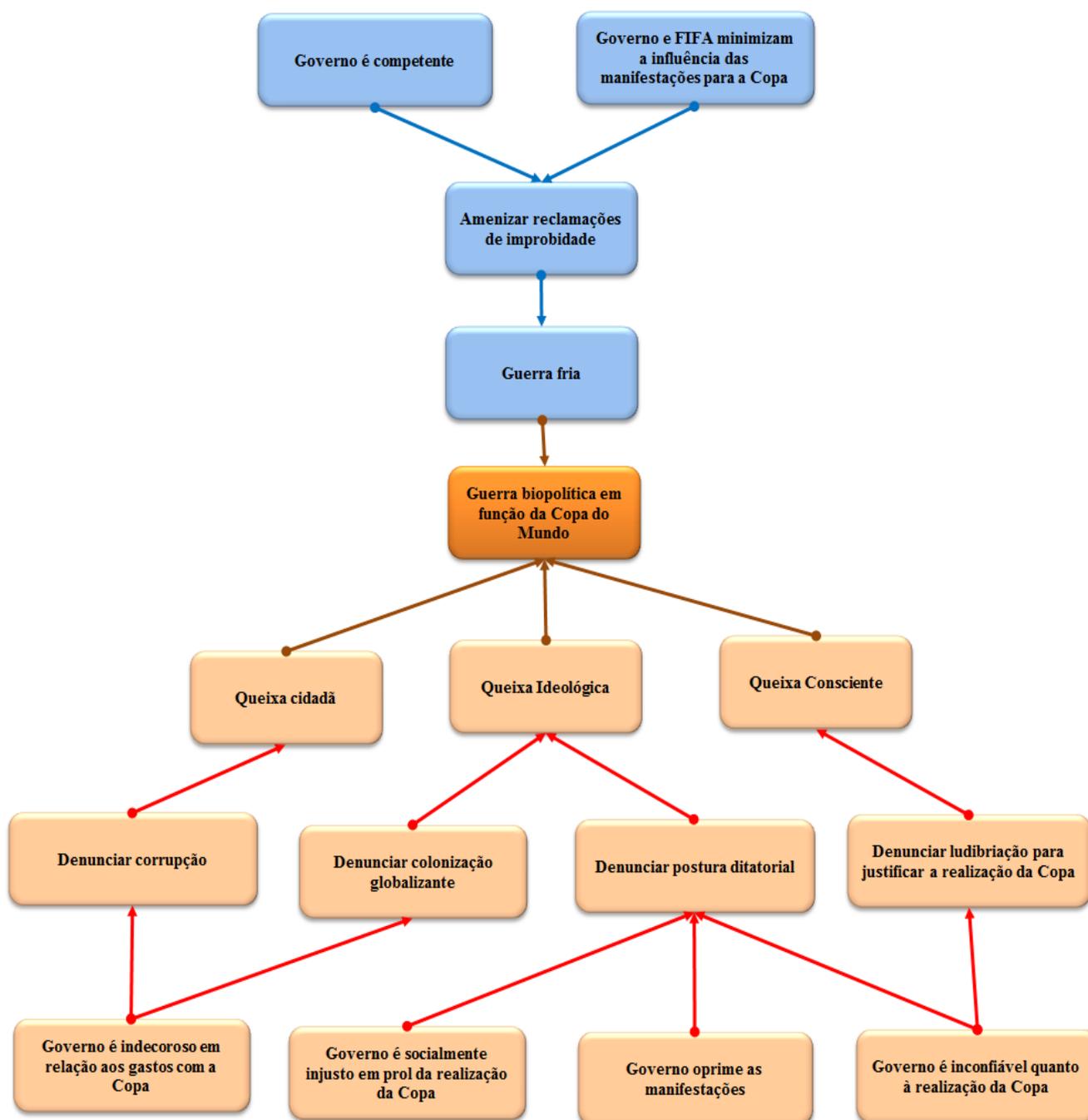
sociedade civil ao perceber o movimento imperial imposto pela FIFA promove resistência atacando os governantes e a Federação Internacional de Futebol, de forma organizada, por meio de suas instituições não governamentais, tendo como instrumentos de ataque as denúncias, protestos, manifestações populares de rua, com o intuito de demonstrar sua insatisfação com as práticas discursivas do poder Imperial global. Governantes e FIFA promovem ações de contrainsurgência em parceria, seja por meio de publicidade e propaganda em favor da Copa, seja por ações restritivas de direitos ou ainda por promessas de benefícios para amainar os ânimos dos manifestantes. Assim, se instaura a guerra biopolítica em função da Copa do Mundo.

No Brasil, a sociedade civil organizada evidenciou ações de insurgência contra a FIFA e o governo brasileiro para denunciar os desmandos e os indícios de irregularidades nas construções dos estádios e demais obras para a Copa do Mundo. Os agentes oficiais do Império contra-atacaram, com propaganda maciça nos grandes veículos midiáticos, publicizando os benefícios econômicos, estruturais, sociais e culturais que o evento traria ao país, cooptando a população com entretenimentos como as *fan fests* patrocinadas com o dinheiro público e, em última instância, acionando o aparelho repressivo do Estado contra os rebeldes.

Esta formação discursiva é originada a partir de quatro regras, sendo uma oriunda do discurso oficial e as outras três provindas do discurso da sociedade civil. A regra do discurso oficial provem de apenas uma função enunciativa que, por sua vez, deriva dois enunciados. As três regras de formação discursiva oriundas do discurso da sociedade civil são provenientes de quatro funções enunciativas que derivam outros quatro enunciados.

Ao total são seis enunciados com cinco funções enunciativas que formam quatro regras de formações discursivas que conceituam a formação discursiva Guerra biopolítica em função da Copa do Mundo.

Figura 5 - Mapa de relações – Guerra biopolítica em função da Copa do Mundo



Fonte: Dados resultantes da própria pesquisa.

4.3.1 Propaganda oficial

A formação discursiva Guerra biopolítica em função da Copa do Mundo possui influência do discurso oficial por meio da regra **Guerra fria**, que explicita a repressão contra as insurgências populares através de publicidades e propagandas em defesa da Copa do Mundo de futebol e dos benefícios que ela poderia trazer.

4.3.1.1 Guerra fria

Guerra fria é uma regra de formação discursiva que possui em seus critérios cinco objetos que são manifestações, política do governo, legado e organização do mundial, que apesar de parecerem distintos estão embasados sob a mesma prática discursiva, por isso dentro da mesma regra. Possui quatro conceitos que são atenuação, desenvolvimento, responsabilidade e competência, que se estabelecem na mesma regra por possuírem um mesmo conjunto de esquemas de dependências, de ordem e de sucessões em que se distribuem os elementos recorrentes. Detém as modalidades de democracia e tecnicismo que se mantêm unidas porque compartilham do mesmo estilo próprio de descrição. A sua estratégia é composta pela demonstração de eficiência, pela preocupação com o bem estar social e pela blindagem de imagem, que permanecem numa mesma regra por possuírem coerência, rigor e estabilidade na teoria tratada.

A regra de formação discursiva **Guerra fria** advém da função enunciativa **amenizar reclamações de improbidade** que, por sua vez, deriva os enunciados **Governo e FIFA minimizam a influência das manifestações para a Copa** e **Governo é competente**, que demonstram as estratégias dos agentes oficiais para tentar desqualificar as denúncias de irregularidade na realização da Copa do Mundo no Brasil.

O enunciado **Governo e FIFA minimizam a influência das manifestações para a Copa** e é composto por cinco facetas.

As afirmações de que os **Manifestantes não estão contra a Copa** expressam o discurso de que as investidas da sociedade em protesto nas ruas são por melhores condições sociais como saúde, educação, segurança e mobilidade urbana, mas não são contra a decisão de se trazer o megaevento para o Brasil.

O ministro dos esportes, Aldo Rebelo, afirma veementemente que “as manifestações não são contra o torneio, nem tem o objetivo de impedir a realização das partidas”. [Para o ministro] “houve pessoas que tentaram relacionar as manifestações com a Copa do Mundo da FIFA, mas acredito que elas começaram por problemas internos, questões de transporte, saúde e educação”.⁶¹

As declarações do representante do governo parecem querer defender o parceiro comercial do país, desvirtuando a motivação das manifestações populares sobre os efeitos da Copa do Mundo para os problemas que os governantes já estão habituados a responder. O discurso do governo, ao afirmar que as reclamações populares são sobre os problemas sociais, sugere uma intenção de não debater com a sociedade os problemas aliados com o megaevento, mas diluir as reivindicações nas questões já conhecidas e reduzir os impactos de temas como corrupção e gastos excessivos e desnecessários.

A afirmação de que a **População apoia a Copa** baseia-se em declarações políticas e levantamentos estatísticos sobre a opinião pública acerca da realização do megaevento desportivo de 2014.

O secretário executivo do Ministério do Esporte, Luís Fernandes, afirmou que a maior parte da população aprova a Copa do Mundo e os torcedores têm direito de ir até aos estádios assistir às partidas.

Existe muito apoio dos brasileiros em relação à Copa. Podem, sim, haver setores que não têm muitas informações sobre o que esse evento representa. É uma grande oportunidade de investimentos em políticas públicas estruturais que estimulam o desenvolvimento do país. Os grandes investimentos têm sido em infraestrutura e que vão ajudar a população depois da Copa.⁶²

Esse discurso do governo está baseado em termos genéricos como “muito”, “podem haver” e “grande”, que são expressões que sugerem não haver certeza sobre os dados que se está apresentando. Esta declaração parece ter sido dada de maneira improvisada, mas com o objetivo claro de dissuadir a população a não ir às ruas para protestar contra a realização do evento ou impedir a realização das partidas.

Outra faceta deste enunciado é a de que as **manifestações não pretendem impedir a realização da Copa**, sugerindo uma tentativa de amenizar um fato político negativo para o

⁶¹ PORTAL DA COPA. **Joseph Blatter afirma que esta é a melhor Copa das Confederações já organizada pela FIFA**. 28 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/joseph-blatter-afirma-que-esta-e-a-melhor-copa-das-confederacoes-ja-organizada-pela-fifa?language=es>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

⁶² ROTSTEIN, Gustavo. **FIFA aplaude protestos no Brasil e afirma que não mudará segurança**. 18 jun. 2013. Disponível em: <<http://m.globoesporte.globo.com/futebol/copa-das-confederacoes/noticia/2013/06/FIFA-aplaude-protestos-no-brasil-e-afirma-que-nao-mudara-seguranca.html?hash=5>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

governo diante da opinião pública, afirmando que o motivo das reivindicações foi de cunho social e não contra o megaevento.

Em apoio ao governo, a FIFA, através de seu presidente, Joseph Blatter, afirmou: “Não creio que as manifestações tenham como objetivo impedir ou tumultuar a realização dos jogos. Parte dos manifestantes sabe que os jogos estão marcados. Marcam no dia para dar mais protagonismo às reivindicações. Mas não com o objetivo de impedir os jogos”⁶³.

O objetivo da declaração da FIFA parece ser o de tentar minimizar as consequências e efeitos das manifestações populares, sugerindo que o motivo dos levantes foi o de aproveitar todo o potencial midiático que o evento proporciona para demonstrar ao mundo suas insatisfações com as mazelas sociais. Com isso o dirigente da FIFA sugere que a decisão do governo em trazer a Copa do Mundo para o Brasil foi acertada e que as manifestações não são contra as ações governamentais para a realização do evento.

Governo reconhece a legitimidade de manifestação popular ao rebater as declarações de Joseph Blatter, presidente da FIFA, que afirmou que as manifestações que ocorreram no Brasil geravam preocupação, e escolher o Brasil como sede foi um erro, em decorrência dos protestos registrados no país.

Em resposta, o ministério dos esportes afirmou que “O sucesso da Copa das Confederações comprova o acerto da escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo. Quanto às manifestações, o Brasil é um país democrático, que garante aos seus cidadãos plena liberdade de expressão”⁶⁴.

As manifestações populares, da forma como aconteceram, foram um evento inédito no Brasil e o discurso do governo sugere que as autoridades não estavam preparadas para uma revolta com tanta força por parte da população. Diante de tanta força popular e de não ter a devida noção de que atitude tomar contra o movimento o representante do governo parece ter escolhido a estratégia de legitimar as reivindicações e reforçar a importância da Copa para ganhar alguma simpatia da opinião pública e não enfurecer ainda mais a turba.

O presidente da EMBRATUR, Flávio Dino, demonstrou segurança quanto à postura do governo frente às manifestações afirmando que as **manifestações não afetam o turismo para a Copa do Mundo**, visto que “As manifestações devem ser vistas como próprias de um

⁶³ MATTOS, Rodrigo; KONCHINSKI, Vinicius. **Para Blatter, medidas do governo devem amenizar protestos**. UOL Copa. 28 jun. 2013. Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/28/para-blatter-medidas-do-governo-devem-amenizar-protestos.htm?mobile>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

⁶⁴ GIRALDI, Renata. Ministério do Esporte rebate declarações de Blatter sobre erro na escolha do Brasil como sede para a Copa de 2014. EBC Notícias. Agência Brasil. 18 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/esportes/2013/07/ministerio-do-esporte-rebate-declaracoes-de-blatter-sobre-erro-na-escolha-do-brasil>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

país democrático. Por isso, não devemos imaginar que a presença do povo nas ruas possa impactar negativamente o turismo, até porque a França e a Espanha, que são grandes nações receptoras de turismo internacional, também enfrentam dificuldades e manifestações.”⁶⁵

O representante do governo, em sua declaração, parece querer minimizar o poder das manifestações, para não causar espantos, sustos ou sentimentos negativos ao turista que viria visitar o Brasil na Copa do Mundo. O discurso governamental sugere uma sensação de segurança, tentando passar tranquilidade e simpatia aos visitantes potenciais.

Os exemplos acima indicam que há um processo de contrainsurgência por parte do governo para combater as manifestações de insatisfação da população em relação à Copa do Mundo. Os estrategistas sugerem que para que se alcance um completo domínio social ele deve ser executado com ações amplas também nos campos econômico, político, psicológico, e ideológico, ou seja, a aplicação do conceito de biopoder (HARDT; NEGRI, 2012).

O enunciado **governo é competente** é formado por quatro de suas seis facetas que são **Governo acerta ao trazer a Copa para o Brasil, Governo fiscaliza a FIFA, Governo não usa dinheiro público federal para a Copa e Governo cobra celeridade nas obras da Copa**. Todas já discutidas e exemplificadas nas duas formações discursivas anteriores.

Podemos observar, no entanto, que o governo parece ter acionado a todo o momento ações de contrainsurgência para minar as manifestações de resistência apresentadas pela sociedade civil organizada. As publicações na imprensa e entrevistas minimizando os protestos populares dão ares da intenção dos agentes promotores e organizadores do espetáculo em depreciar e minorar a importância das queixas públicas apresentadas contra a realização da Copa do Mundo.

4.3.2 Resistência

O discurso da sociedade civil gerou as regras **queixa cidadã, queixa consciente e queixa ideológica**, que evidenciam os processos de resistência da sociedade civil frente às investidas dos agentes oficiais na tentativa de justificar a realização da Copa do Mundo no Brasil.

⁶⁵ WAMBURG, Jorge. Presidente da Embratur diz que manifestações não prejudicaram turismo estrangeiro. EBC Notícias. Agência Brasil. 16 jul 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/07/presidente-da-embratur-diz-que-manifestacoes-nao-prejudicaram-turismo>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

4.3.2.1 Assim não dá para confiar...

Queixa consciente é uma regra de formação discursiva que tem por objeto a manipulação da opinião pública e que possui um conceito baseado na insatisfação. Esta regra tem por modalidade a conscientização popular e utiliza como estratégia a demonstração da manipulação da opinião pública.

A regra de formação discursiva **queixa consciente** provém de apenas uma função enunciativa que é a de **denunciar ludibriação para justificar a realização da Copa**, que deriva o enunciado **Governo é inconfiável quanto à realização da Copa** que, por sua vez, é formado por um conjunto de quatro de suas cinco facetas.

O **governo se contradiz ao justificar os gastos com a Copa**, relativos aos custos para o megaevento, oras negando, oras justificando, oras dando desculpas sobre o dinheiro público federal investido em benefício dos estádios para a Copa do Mundo, sejam eles públicos ou privados.

A Agência Pública, ONG que realiza reportagens e jornalismo investigativo, publicou que:

A dívida pública com a Copa só começou a ser admitida recentemente pelo governo federal, que mantinha um discurso bem diferente. “Não haverá um centavo de dinheiro público para os estádios da Copa”, falou o ministro do Esporte, Orlando Silva, em 2007. As declarações oficiais mudaram este ano. Recentemente, a presidenta Dilma Rousseff disse ao jornal português Público que nem “meio estádio” sairia sem dinheiro público. O secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, deu uma explicação semelhante em entrevista ao UOL. “Havia uma pretensão, uma expectativa de que pudéssemos mobilizar a iniciativa privada para que ela desse conta [dos investimentos em estádios], (...) [mas] houve uma contradição entre o que se esperava e a realidade”, afirmou.⁶⁶

A reportagem acima sugere que o governo brasileiro utilizou intencionalmente o argumento de que a Copa do Mundo seria realizada com recursos privados para enganar a população e atrair a simpatia da opinião pública, mesmo sabendo que isso não aconteceria e que o Estado teria que injetar recursos volumosos do erário para a realização do megaevento.

Governo superestima superávit com a Copa, apresentando à população uma previsão de números muito mais otimistas do que realmente se conseguirá alcançar. De

⁶⁶ AGÊNCIA PÚBLICA. Tem dinheiro público, sim, senhor. 10 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fapublica.org%2F2014%2F06%2Ftem-dinheiro-publico-sim-senhor%2F%3Fformat%3Dpdf&ei=A-3-VNS3BoGmgwSL04DwCw&usg=AFQjCNF8b2qKr8LomV3alecjK6eSWUxbMQ&sig2=VkhFvVORYuw5UaP4Vh9F9A>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

acordo com Eddie Cottle, essa mesma falta de transparência ocorreu na Copa de 2010 na África do Sul, onde aconteceram promessas para se criar a aceitação geral da Copa do Mundo, através da divulgação de números exagerados de geração de empregos, estimado em 695.000 para os períodos pré e durante a Copa do Mundo.

Porém, na verdade, o que aconteceu foi uma queda nas taxas de empregabilidade em 4,7%, ou seja, foram perdidos 627.000 postos de trabalho. Sendo que só na construção civil, setor que deveria ter sido impulsionado pelas obras da Copa, o emprego diminuiu 7,1% (ou 54.000 postos de trabalho) neste período, e o ano de 2010 terminou com menos 111.000 postos de emprego na construção.

Para Cottle (2012) a mesma ilusão que enganou os Sul-africanos também foi apresentada aos Brasileiros pelo governo, pois segundo o Ministério do Esporte, por conta da Copa de 2014, mais de 700 mil empregos, entre permanentes e temporários devem ser criados, será gerado um lucro de R\$ 185 bilhões para o país e um incremento no PIB de 0,26% ao ano, segundo estudo da consultoria Value Partners, contratada pelo governo.⁶⁷

Apesar do termo “legado” ser usado pela FIFA, pelos Comitês Organizadores Locais e pelo governo como algo inteiramente positivo, sob o argumento de gerar crescimento econômico e desenvolvimento urbano, Cottle (2012) contesta:

Essas são mentiras absurdas. Nunca são feitos estudos sérios acerca dos investimentos feitos pelo governo e a que custo eles acontecem; sobre o impacto da Copa sobre o meio ambiente ou os custos sociais de sediar a Copa. O relatório econômico oficial é mantido sob sigilo e longe da discussão pública, simplesmente porque são falhos.⁶⁸

No exemplo acima fica evidenciada a necessidade do governo em mentir para a sociedade ou esconder dela suas verdadeiras intenções com as ações tomadas com o dinheiro público, com o intuito de tentar legitimar suas irregularidades ou disfarçar sua incompetência demonstrada pelas decisões erradas tomadas pelos gestores públicos.

O governo tenta esconder mazelas sociais durante a Copa com a invisibilização da pobreza ao esconder as comunidades mais pobres camuflando os indícios que estão em volta e que compõem o cenário na vida real, bem como retirando dos mapas virtuais os vestígios que indiquem as favelas.

⁶⁷ DIP, Andrea. Eddie Cottle e a Copa na África do Sul: “Legado para quem?”. A Pública. Copa Pública. 15 jun. 2012. Disponível em: <<http://apublica.org/2012/06/eddie-cottle-copa-na-africa-sul-legado-para-quem/>>. Acesso em: 12 set. 2013.

⁶⁸ DIP, Andrea. Eddie Cottle e a Copa na África do Sul: “Legado para quem?”. A Pública. Copa Pública. 15 jun. 2012. Disponível em: <<http://apublica.org/2012/06/eddie-cottle-copa-na-africa-sul-legado-para-quem/>>. Acesso em: 12 set. 2013

A prefeitura do Rio de Janeiro pediu ao Google para retirar a nomenclatura “favela” de seu serviço Google Maps, conforme Figura 5, e ergueu verdadeiras barreiras visuais, sob a desculpa de serem barreiras acústicas, nas duas principais vias expressas de ligação do aeroporto Internacional do Galeão ao Centro/Zona Sul e Barra da Tijuca.⁶⁹

Figura 6 – Comparativo de imagens google com e sem indicação de favelas



Fonte: Portal Popular da Copa e das Olimpíadas

A figura 6 evidencia a intenção do governo em ludibriar os visitantes para a Copa do Mundo escondendo a indicação da existência da pobreza e da miséria no Brasil. A ilustração sugere que parece ser mais fácil disfarçar as condições de penúria da população do que tomar as providências necessárias para melhorar as condições de vida da população menos abastada.

Dados dão conta de que o **governo não é transparente em relação à organização da Copa**, visto que há uma grande dificuldade em se mensurar o montante gasto com o megaevento no Brasil, principalmente pelas estratégias utilizadas para que as informações não demonstrem a realidade sobre os gastos e seus destinos.

O Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul juntamente com a Justiça Global produziram um documento chamado “Recursos Públicos, Apropriação Privada: Financiamento para a Copa do Mundo de 2014”. De acordo com o texto “a dificuldade de acesso a dados precisos sobre a contabilidade da organização para a Copa do Mundo tem sido

⁶⁹ CONSENTINO, Renato. A invisibilização da pobreza e dos pobres no Rio Olímpico. Portal Popular da Copa e das Olimpíadas. 15 abr. 2013. Disponível em: http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=390:a-invisibiliza%C3%A7%C3%A3o-da-pobreza-e-dos-pobres-no-rio-ol%C3%ADmpico. Acesso em: 15 out. 2013.

a tônica entre todos aqueles que buscam investigar o tema, desde o cidadão comum até o próprio Tribunal de Contas da União – TCU”.⁷⁰

O exemplo parece querer denunciar que sonegar informação tem sido a prática do governo para dificultar que a opinião pública, bem como dos órgãos de fiscalização, venham a descobrir as irregularidades. O texto sugere que o governo beneficiou a iniciativa privada durante a Copa do Mundo por meio de canalização de verbas públicas para a realização do megaevento e tem buscado dificultar o acesso a esse tipo de informação para que sua parceria com a FIFA e seus patrocinadores não caiam no domínio da sociedade civil organizada.

Nos exemplos acima, podemos observar a oposição ao processo de dominação da soberania capitalista imperial, em que o poder de alienação encontra seu limite na atitude crítica das pessoas e aparece a insurgência popular, cabendo sempre à contrainsurgência do governo para reagir a ela como resposta em forma de resistência (ALVES, 2012; HARDT; NEGRI, 2012). Esta insurgência é a resposta revolucionária das pessoas, que não aceitam determinado modo de serem governadas, à tentativa do Estado de exercer uma manipulação sobre as suas vidas (DELEUZE, 1998; LAZZARATO, 2006).

A sociedade parece demonstrar falta de confiança nas ações do governo, principalmente devido às evidências de que os gestores públicos estão escondendo informações da população ou manipulando elementos para apresentar à opinião pública situações favoráveis ao governo.

4.3.2.2 O governo contra seu próprio povo

“**Queixa ideológica**” é uma regra de formação discursiva que possui como objeto a política do governo. Esta regra apresenta baseia-se em dois conceitos que são a insatisfação e a contestação. Tem como modalidade a conscientização e por estratégia aplica a demonstração de subserviência do governo perante a FIFA.

A regra de formação discursiva **queixa ideológica** é oriunda de duas funções enunciativas que são as de **denunciar postura ditatorial**, e de **denunciar colonização globalizante**.

⁷⁰ DIP, Andrea. A dois anos do início da Copa, documentos inéditos mostram que a coisa vai mal. A Pública. Copa Pública. 12 jun. 2012. Disponível em: <<http://apublica.org/2012/06/dois-anos-inicio-da-copa-documentos-ineditos-mostram-coisa-vai-mal/>>. Acesso em: 15 set. 2013.

A função enunciativa de **denunciar postura ditatorial** deriva os enunciados **Governo é inconfiável quanto à realização da Copa**, **Governo é socialmente injusto em prol da realização da Copa** e **Governo oprime as manifestações**.

O enunciado **Governo oprime as manifestações** é composto por duas facetas **Governo se aparelha para contenção de manifestações durante a Copa** e **Polícia reprime manifestações com violência**, que já foram apresentadas na formação discursiva Biopoder da soberania imperial no Brasil da Copa do Mundo.

O enunciado **Governo é inconfiável quanto à realização da Copa** é expreso, para compor este capítulo, por meio de apenas uma de suas cinco facetas.

O **governo não discute com a sociedade sobre as obras da Copa**, visto não prestar os esclarecimentos necessários aos moradores das comunidades impactadas pelas obras dos estádios e mobilidade urbana.

Por exemplo, o Ministério Público do Rio Grande do Norte tentou mediar as negociações entre a prefeitura e os moradores que estão sendo despejados de suas casas, mas o espaço para que os populares pudessem falar só foi aberto após muitos protestos. O laudo técnico sobre os pontos negativos das obras que deveria ser apresentado pelo Ministério Público também não foi divulgado, nem foi dada qualquer explicação sobre o assunto.

Antônio Fernandes, um dos moradores ameaçados de despejo, disse que não ficou satisfeito com a audiência:

Apesar de importante, eu não estou achando correto porque não estamos tendo uma resposta definitiva sobre o assunto. Eles tratam de outros temas, mas [sobre] os problemas de desapropriação a gente não está tendo nenhuma resposta. Eu achei que essa reunião ia trazer alguma resposta para nós, mas estamos do mesmo jeito que estávamos.⁷¹

O depoimento acima sugere descaso do governo com a população impactada pelas obras da Copa do Mundo, que não recebem nenhum tipo de informação, satisfação, orientação ou direcionamento para os seus problemas. O texto evidencia o quanto a sociedade fica à mercê da postura autocrática dos governantes, visto que eles apenas recebem as ordens de despejo ou de realocação, mas sem nenhuma discussão, debate ou direito de sugerir soluções alternativas para os seus problemas.

Para compor esta formação discursiva, o enunciado **Governo é socialmente injusto em prol da realização da Copa** é expreso por apenas uma de suas duas facetas.

⁷¹ LARISSA, Moura. Audiência Pública em Natal não resolve problema dos atropelados pela Copa. A Pública. Copa Pública. 03 jul. 2012. Disponível em: <<http://apublica.org/2012/07/audiencia-publica-em-natal-nao-resolve-problema-dos-atropelados-pela-copa/>>. Acesso em: 12 set. 2013.

A função enunciativa **denunciar colonização globalizante** deriva o enunciado **Governo é indecoroso em relação aos gastos com a Copa**, expresso, para compor este capítulo, por meio de apenas uma de suas cinco facetas.

Diferentemente do discurso dos governantes de que a Copa do Mundo de 2014 no Brasil seria patrocinada quase que integralmente pela iniciativa privada, o próprio ministro do Tribunal de Contas da União, Valmir Campelo, afirma que **governo é quem está pagando a Copa**, pois o “Investimento pesado é do Estado”.⁷²

De acordo com o presidente da Associação Nacional dos Torcedores e Torcedoras – ANT, Marcos Alvito:

O governo brasileiro irá arcar com todos os gastos para a realização da Copa do Mundo, enquanto a FIFA irá vender os ingressos, os patrocínios para a televisão. Nem a FIFA nem a iniciativa privada estão contribuindo financeiramente para a realização das obras de infraestrutura. Esses estádios não irão se pagar.⁷³

Este depoimento denuncia o engodo impetrado pelos governantes à população brasileira ao tentar convencê-la de que o megaevento seria benéfico para o país, visto que quase a totalidade dos investimentos seriam privados e a nação lucraria com isso, quando na verdade o que se vê é a máquina estatal trabalhando em prol da FIFA, de seus patrocinadores e das grandes empreiteiras, direcionando os recursos públicos para o grande capital.

Observamos as manifestações contra as injustiças e desigualdades, que são as consequências básicas da atuação do sistema antidemocrático global. A sociedade exige basicamente três reivindicações que são as queixas econômicas, as biopolíticas e as de representação em defesa dos mais necessitados, das instituições de poder no país e o seu direito de ser bem representado nas diversas esferas do poder (HARDT; NEGRI, 2012).

Aqui podemos inferir também que o governo parece continuar desenvolvendo ações para a realização da Copa em favorecimento da FIFA e em detrimento da população, evidenciando a situação de guerra constante com a sociedade civil organizada, que a todo momento apresenta suas queixas e manifestações em resistência ao governo, que em contrapartida oferece ações de contrainsurgência, inclusive com a utilização da força.

⁷² ADMIN. Campelo, ministro do TCU, relator das obras da Copa: “Investimento pesado é do Estado”. A Pública. Copa Pública. 10 jul 2012. Disponível em: <<http://apublica.org/2012/07/campelo-ministro-tcu-relator-das-obras-da-copa-investimento-pesado-e-estado/>>. Acesso em: 15 set. 2013.

⁷³ INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Copa do Mundo 2014: “O Estado paga a conta e a iniciativa privada fica com o lucro”. Entrevista especial com Marcos Alvito. 4 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/505342-copa-do-mundo-2014-o-estado-paga-a-conta-e-a-iniciativa-privada-fica-com-o-lucro-entrevista-especialcom-marcos-alvito>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

4.3.2.3 Que governo é esse?

Queixa cidadã apresenta como critérios de regra apenas um objeto que é a corrupção. Esta regra possui como conceito a insatisfação. Tem a cidadania por modalidade e apresenta uma estratégia de demonstrar a desonestidade por parte do governo e da FIFA.

A regra de formação discursiva **queixa cidadã** provém de apenas uma função enunciativa que é a de **denunciar corrupção** que, por sua vez, deriva o enunciado **Governo é indecoroso em relação aos gastos da Copa**. Para efeito deste capítulo, encaixam-se três das cinco facetas deste enunciado.

Uma das formas mais patentes de má gestão do dinheiro público é a verificação de seu desvio pelos agentes que deveriam ser os seus defensores. Em todas as esferas da sociedade a opinião de que o **governo é conivente com a corrupção relacionada à Copa** está posta e consolidada. As pessoas parecem não ter dúvidas de que a corrupção acontece cotidianamente e, o pior, não mais causando estranhamento ou indignação.

Mino Carta, Diretor de redação da revista Carta Capital, fundador das revistas Quatro Rodas, Veja e do Jornal da Tarde de São Paulo, afirmou que em relação à Copa do Mundo no Brasil.

O roubo é absolutamente inegável. Um roubo deslavado, escancarado, transparente. Está ali, para todo mundo ver, mas ninguém dá a mínima. Também é difícil imaginar que em menos de dois anos e meio as cidades brasileiras, sobretudo São Paulo, Rio, Belo Horizonte, consigam montar um esquema que facilite o deslocamento das pessoas para jogos.⁷⁴

O texto parece revelar a indignação de um formador de opinião pública com as práticas frequentes de corrupção exercida pelos governantes, sugerindo também que a população já se aculturou com a desonestidade. Para o autor, ser corrupto tende a se igualar a tão grave quanto ser intencionalmente incompetente, pois isso sugere que os governantes elaboram planos de ação pública com a consciência de que não conseguirão cumpri-los, apenas para inviabilizá-los e torna-los mais caros.

Podemos observar também que o **governo desperdiça dinheiro público nas obras da Copa**, realizando projetos faraônicos desnecessários, quando poderiam otimizar recursos criando obras arquitetônicas inteligentes que aproveitassem a estrutura já existente.

⁷⁴ DIP, Andrea. Mino Carta conta a Copa de 50: “A FIFA não era esta coisa vergonhosa”. A Pública. Copa Pública. 07 mar. 2012. Disponível em: <<http://apublica.org/2012/03/mino-carta-conta-copa-de-50-a-fifa-nao-era-esta-coisa-vergonhosa/>>. Acesso em: 15 set. 2013.

Marcos Dionísio Medeiros Caldas, da coordenação do Comitê Popular Copa 2014 e do Conselho Estadual de Direitos Humanos, denuncia que o estádio Machadão, no Rio Grande do Norte, foi demolido e construído em seu lugar a Arena das Dunas desnecessariamente:

No ano passado houve uma reunião com o arquiteto do Machadão e ele colocou que, respeitando todas as normas da FIFA para a construção dos estádios, as obras de reforma ficariam em torno de 89 milhões. E o Estado optou não por essa obra, mas pela demolição do Machadão e pela construção da Arena das Dunas, que jogou o orçamento em mais de 450 milhões de reais e destruiu a história da cidade.⁷⁵

Este exemplo evidencia o descaso com os recursos públicos, denunciando que os governantes não têm nenhum pudor em consumir o erário público em benefício da iniciativa privada. O critério de economicidade parece não ser considerado, mas sim a possibilidade de gerenciar uma obra mais cara, sem se preocupar com a manutenção da memória ou da cultura local.

As obras de mobilidade urbana, que foram os principais argumentos para justificar a realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014, têm estado em grande parte atrasadas, não sendo entregues até o início do torneio, outras só sendo entregues depois do megaevento e algumas nem serão mais concluídas. Assim, pode-se verificar que o **governo não entrega as obras que prometeu para a Copa.**

O coordenador de Projetos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Pedro Trengrouse, afirmou, durante o segundo Seminário de Gestão Esportiva da FGV que:

O governo fez uma matriz de responsabilidades muito ampla, incluindo obras de aeroportos, portos, segurança pública, ou seja, uma série de investimentos que já deveriam ou já poderiam ter sido feitos e que deveriam acontecer com ou sem a Copa. Boa parte estava prevista pelo PAC. Tentou-se aproveitar a Copa do Mundo para acelerar esses investimentos e, com isso, passamos para a população a impressão de que a Copa viria para resolver uma série de problemas crônicos e estruturais do Brasil.⁷⁶

O texto evidencia que o governo quis justificar a vinda da Copa do Mundo para o Brasil através de obras que não seriam necessariamente para o benefício do evento. Assim, ao final, o governo poderia demonstrar à população o quanto o evento foi benéfico para o país, somando o resultado das obras da Copa com as do Plano de Aceleração do Crescimento –

⁷⁵ DIP, Andrea. Arena das Dunas: “Não podemos dizer que a obra é 100% regular”, diz procurador. A Pública. Copa Pública. 17 abr. 2012. Disponível em: <<http://apublica.org/2012/04/arena-das-dunas-nao-podemos-dizer-obra-e-100-regular-diz-procurador/>>. Acesso em: 12 set. 2013.

⁷⁶ LISBOA, Vinícius. População foi induzida a acreditar que Copa resolveria problemas crônicos e se frustrou, diz especialista. EBC Notícias. Agência Brasil. 7 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/esportes/2013/08/populacao-foi-induzida-a-acreditar-que-copa-resolveria-problemas-cronicos-e-se>>. Acesso em: 2 set. 2013.

PAC. Contudo, o plano do governo parece não ter dado certo, pois com a ampliação da matriz de responsabilidade houve a perda do controle e grande parte das obras não ficaram prontas. Assim, o texto parece sugerir que o engodo que o governo tentou aplicar na população reverteu-se negativamente contra si, evidenciando a intenção desonesta de tentativa de ludibriar a opinião pública.

A opinião pública evidencia sua insatisfação com as atuações do governo federal na condução da realização da Copa do Mundo no Brasil, o que fica demonstrado por suas denúncias contra as ações de corrupção ou de conivência com ela e com a pouca responsabilidade com o uso do dinheiro público. A sociedade civil organizada parece demonstrar suas armas de guerra contra o governo, principalmente demonstrando publicamente a pouca confiança que tem nele.

O que podemos observar nos exemplos acima é o que Hardt e Negri (2005) apontam como sendo uma necessidade incontrolável de acúmulo econômico constante, que impele o capital para práticas de pilhagem e roubo, alimentado pelos representantes do Estado, que agem como executivos das multinacionais, para satisfazer as suas necessidades de realização material.

4.4 Crise da representação democrática brasileira revelada pela Copa do Mundo

A FIFA, como organismo característico do capital imperial, ao ocupar os territórios dos Estados-nação, ainda que convidada pelos governantes daquele país, acaba provocando uma crise de representação democrática, pois, para levar a Copa do Mundo, a entidade exige o compartilhamento de biopoder e a autoridade para o exercício da biopolítica dentro daquela nação com o intuito de maximizar o seu ganho de capital, a sua mais valia pós-moderna, e, com isso, a FIFA obriga os representantes a tomarem decisões de acordo com as necessidades e conveniências da empresa, o que quase sempre fere direitos sociais, desrespeita a legislação local e desprivilegia o interesse público em favor dos ganhos e vantagens econômicos do capital global.

No caso específico do Brasil, a crise de representação democrática foi evidenciada pela ação da FIFA sobre o governo brasileiro, ao fazer duas grandes exigências: a primeira foi acarrear para si uma grande parcela dos recursos públicos do país na organização da Copa do Mundo, enquanto que membros da sociedade civil foram excluídos, removidos ou desprivilegiados de benefícios governamentais devido ao megaevento. Não havendo

distribuição igualitária, a democracia entra em crise. A segunda imposição da FIFA foi obter uma grande carga de autoridade para tomada de decisão e fiscalização sobre as ações e os gestores. Chegou-se ao ponto de membros do primeiro escalão da administração pública brasileira receberem uma descompostura pública internacional dos executivos da FIFA por não acatarem às suas ordens, o que gerou desconfiança e baixa de credibilidade dos governantes diante da população brasileira.

Crise da representação democrática brasileira revelada pela Copa do Mundo é uma formação discursiva formada por três regras, sendo uma oriunda do discurso oficial e duas provindas do discurso da sociedade civil. A regra do discurso oficial provem de duas funções enunciativas que derivam dois enunciados. As duas regras de formação discursiva oriundas do discurso da sociedade civil são provenientes de quatro funções enunciativas que derivam seis enunciados.

Ao total são oito enunciados com seis funções enunciativas que formam três regras de formações discursivas que conceituam a formação discursiva Crise da representação democrática brasileira revelada pela Copa do Mundo.

Figura 7- Mapa de relações – Crise da representação democrática brasileira revelada pela Copa do Mundo



Fonte: Dados resultantes da própria pesquisa.

4.4.1 O poder compartilhado

Do discurso oficial provem a regra **controle do negócio**, que demonstra as atitudes de dominação Imperial exercida pela FIFA ao restringir ou mesmo não permitir a atuação do Estado nas matérias de sua gestão.

4.4.1.1 Conflito de autoridade

Controle do negócio apresenta dois objetos como critérios de regras para formação discursiva que são organização do mundial e política da FIFA, que permanecem juntos na

mesma regra por estarem concebidos sob uma mesma prática discursiva. Possui como conceito o controle. Esta regra possui a excelência como modalidade e a demonstração de eficiência como estratégia.

A regra de formação discursiva **controle do negócio** advém de duas funções enunciativas que são a de **manter controle sobre a realização da Copa** e a de **preservar-se da atribuição de certas responsabilidades**.

A função enunciativa de **manter controle sobre a realização da Copa** provém de dois enunciados **FIFA desenvolve mecanismos para uma Copa bem sucedida** e **FIFA não compactua com o governo brasileiro**.

O enunciado **FIFA desenvolve mecanismos para uma Copa bem sucedida** apresenta, para esta subseção, uma das suas oito facetas.

Em relação às construções, mesmo não sendo ela a responsável pelo custo das edificações para o seu torneio, a **FIFA fiscaliza obras**, principalmente dos estádios, que devem ser construídos ou reformados para atenderem integralmente os complexos parâmetros instituídos pela entidade para atender os requisitos de quantidade mínima de espectadores, com segurança, conforto e viabilidade financeira.

As inspeções em geral foram realizadas pessoalmente pelo secretário geral da FIFA, Jérôme Valcke, um dos ex-jogadores e membros do Comitê Organizador Local, Ronaldo Nazário ou Bebeto (ou os dois), ao menos um Ministro de Estado, normalmente o dos Esportes ou o das Cidades e vários políticos locais, normalmente o governador do Estado, o prefeito da Cidade e vários deputados complementam a comitiva.

Em uma de suas inspeções rotineiras, Valcke(2013) declarou que:

O importante para a FIFA é que o acesso ao estádio seja fácil. O que é certo é que a Copa do Mundo dá um ímpeto a todo o projeto [de mobilidade urbana]. Não vou ficar telefonando para o governador e prefeito para saber em que pé estão as obras. Preciso deixar eles tranquilos. Uma questão é a Copa do Mundo e outra é o futuro da cidade, o legado, que é responsabilidade das autoridades.⁷⁷

Neste exemplo, o executivo da FIFA parece demonstrar preocupação com o andamento das obras, que certamente poderiam prejudicar o sucesso do megaevento se não corresse dentro do cronograma e demais especificações determinadas pela entidade. Outra observação possível é que o tom do pronunciamento sugere que há uma insatisfação

⁷⁷ UOL. Valcke elogia evolução das obras da reforma e do entorno do Beira-Rio. **Bol. na Copa**. 7 out. 2013. Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/esporte/2013/10/07/jerome-valcke-elogia-evolucao-da-reforma-e-obras-do-entorno-do-beira-rio.htm>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

importante com os gestores públicos e que o funcionário da promotora do evento os está repreendendo pela lentidão das obras, apesar dele declarar o contrário. Por fim, a FIFA explicita que a sua prioridade é o sucesso da Copa do Mundo, isentando-se da responsabilidade de existir, com isso, algum benefício futuro para o país ou não.

Aqui, podemos observar a FIFA como um dos novos atores pós-modernos do mercado atuando com a preocupação de gerar a sua produção imaterial como atividade de autoenriquecimento contínuo, exercendo a sua atividade fora do controle dos governos dos Estados-nação (GUATTARI, 1992), ou seja, ao contrário, o domínio sobre as atividades do Estado é exercido pela iniciativa privada, o que explicita a atuação do Império em que o governo parece ser permissivo quanto às ações do capital estrangeiro ao gerenciar os serviços públicos brasileiros. O que também poderemos observar na próxima exemplificação.

O enunciado **FIFA não compactua com o governo brasileiro** dá origem às duas funções enunciativas e para cada uma delas apresenta um de suas seis facetas. Para a função enunciativa de **manter o controle sobre a realização da Copa**, a faceta abaixo representa o enunciado.

Na questão da relação da entidade proprietária do megaevento com o governo, a **FIFA não aceita questionamento do Estado em suas ações**, principalmente no que tangia às cláusulas que a beneficiam na Lei Geral da Copa (LGC), usando a própria estrutura do governo para se defender dos questionamentos judiciais realizados pela Procuradoria-Geral da República.

De acordo com a declaração oficial da FIFA sobre o assunto, ela se limitou a dizer que: A constitucionalidade da Lei Geral da Copa foi cuidadosamente estudada tanto pelo governo federal quanto pelo Congresso antes de ser adotada, em 2012. Tal como essas entidades, a FIFA e o Comitê Organizador Local acreditam que a Lei Geral da Copa é constitucional.⁷⁸

As imposições exigidas pela Lei Geral da Copa causaram diversos questionamentos de inconstitucionalidade tanto por parte do Ministério Público quanto pela sociedade civil organizada. Contudo, para que o megaevento transcorresse sem imprevistos a FIFA necessitaria manter o controle total sobre as diversas áreas do país, interferindo diretamente em sua legislação, sob o risco de prejudicar o sucesso da Copa do Mundo, caso alguma das exigências não fosse legalmente garantida. Se a entidade determinou e se o governo se

⁷⁸ PORTAL 2014. Mudanças na Lei Geral da Copa não serão aceitas pela Fifa. 11 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.portal2014.org.br/noticias/12010/MUDANCAS+NA+LEI+GERAL+DA+COPA+NAO+SERAO+ACEITAS+PELA+FIFA.html>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

comprometeu, logo, a FIFA exigiu que os compromissos previamente assumidos fossem cumpridos.

Os dois exemplos acima relatam a submissão dos representantes do Estado à FIFA, em que esta dá as coordenadas para a realização do evento, demonstrando que o Império é quem regula os fluxos globais de recursos, passando a inibir o poder e a soberania dos Estados-Nação (CORAZZA, 2000, SILK, 2005), estando, na economia contemporânea, tanto o trabalho produtivo quanto o imaterial sob a disciplina capitalista e suas relações de produção (HARDT; NEGRI, 2001; ANDREOTTI, 2009). A ação de poder da iniciativa privada sobre o governo também pode ser testemunhada no relato abaixo.

A segunda faceta remete o enunciado à função enunciativa de **preservar-se da atribuição de certas responsabilidades**.

A **FIFA não aceita críticas sobre suas ações** e as rebate todas, principalmente as que associam os problemas sociais brasileiros e as insatisfações populares ao megaevento ou às ações da entidade no país.

O marqueteiro britânico, Mike Lee, que liderou a campanha que tornou o Rio de Janeiro cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016 e fez do Qatar o país vitorioso para sediar a Copa de 2022, afirma que:

O Comitê Olímpico Internacional (COI) tende a ser mais sensato e mais cooperativo com as autoridades políticas e com os comitês organizadores locais do que a Fifa. Talvez a Fifa precise aprender algumas lições com a organização da Copa do Mundo no Brasil. Estamos vendo que é um grande torneio. Esse mérito a Fifa tem, mas ela precisa aprender que não pode impor sua vontade sobre as autoridades políticas, e que tem de trabalhar em parceria com outras entidades. Nesse sentido, o COI é mais focado em trabalhar em unidade.⁷⁹

O exemplo acima evidencia a forma autoritária e pouco ética com a qual a FIFA trabalha, sem respeitar a soberania dos países-sede. O texto sugere também que a entidade é demasiadamente inflexível, impositiva e focada na normatização e no contrato de formato draconiano, que prevê funções austeras para o Estado e duras sanções em caso de não cumprimento dos acordos previamente firmados, transformando o megaevento em um investimento sem riscos, pois se preserva das responsabilidades sobre eventuais não conformidades, pois o Estado é quem deve assumi-las e beneficia-se recebendo apenas os louros e os lucros.

⁷⁹ ROCHA, Paula. Mike Lee - "A Fifa tem de rever o jeito de governar o futebol". Istoé independente. Entrevista. 20 jun. 2014. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/369327_A+FIFA+TEM+DE+REVER+O+JEITO+DE+GOVERNAR+O+FUTEBOL>. Acesso em: 20 jun. 2014.

Para a realização da Copa do Mundo no Brasil o governo e a FIFA se associaram para oferecer à sociedade brasileira o espetáculo do futebol. Contudo, para que isso fosse possível dentro dos moldes da Federação Internacional de Futebol, haveria a necessidade de se compartilhar, ainda que temporária e parcialmente, a soberania nacional. Isso, porém, parece ter causado um atrito entre os executivos da promotora (FIFA) e os servidores do organizador (Estado), o evidenciou uma crise de representação no país.

4.4.2 Insatisfação da sociedade

O discurso da sociedade civil gerou as regras **queixa cidadã** e **queixa ideológica**. A **queixa cidadã** provém da manifestação de cidadania dos membros da sociedade civil organizada ao demonstrar sua insatisfação com os indícios de corrupção, denunciando os atos de desonestidade dos membros do governo, da FIFA e das empresas envolvidas nas obras da Copa. A **queixa ideológica** demonstra um processo de conscientização do povo brasileiro ao contestar tanto a política da FIFA quanto a do governo para a organização do mundial de futebol no Brasil, denunciando a postura antidemocrática do governo ao se submeter a todas as vontades da FIFA durante o processo de realização da Copa do Mundo de 2014.

4.4.2.1 Estão levando o que é nosso

Queixa cidadã possui em seus critérios de regra de formação discursiva a corrupção como objeto, a insatisfação como conceito, a cidadania como modalidade e a demonstração de desonestidade como estratégia.

A regra de formação discursiva **queixa cidadã** provém de duas funções enunciativas distintas que são a de **denunciar dilapidação do patrimônio público** e a de **denunciar corrupção**, que servem para demonstrar a reivindicação de cidadania da população através de suas denúncias e protestos.

A função enunciativa **denunciar dilapidação do patrimônio público**, por sua vez, deriva o enunciado **FIFA tem no futebol seu negócio**, que para a discussão da crise da democracia apresenta uma de suas três facetas.

Diante de tantos acontecimentos negativos com a presença da entidade máxima do futebol no Brasil, diversos setores da sociedade civil organizada afirmam e divulgam em suas páginas eletrônicas e nas redes sociais que a **FIFA é administrada por corruptos**.

Um dos exemplos ilustrativos é a reportagem da Rede Record de televisão que denuncia casos de corrupção da detentora da Copa do Mundo, apresentando as propinas para garantir à empresa de marketing esportivo ISL contratos de exclusividade em patrocínios da Copa do Mundo. O caso foi investigado pela Justiça suíça e se tornou um escândalo mundial.

A Fifa pagou o equivalente a R\$ 10 milhões para encerrar a investigação e manter o nome dos envolvidos em sigilo. Para este tipo de acordo, as partes precisam assumir o crime. Há dois nomes do caso que permanecem em segredo, e, segundo a BBC, trata-se dos brasileiros João Havelange e Ricardo Teixeira.

Eles teriam assumido o envolvimento com o escândalo de propinas da empresa de marketing ISL, que teria distribuído cerca de R\$ 260 milhões a dirigentes. Segundo Tanda, Ricardo Teixeira teria acumulado US\$ 10 milhões em poucos anos, “só por sentar na cadeira certa”⁸⁰.

A partir da denúncia apresentada neste depoimento podemos inferir que a FIFA parece ser um clube fechado, que reúne pessoas desonestas de vários países para negociatas em torno do futebol. Por outro lado, podemos observar a importância da sociedade civil exercer o seu papel de denunciar as atividades de corrupção, pois por meio das denúncias há a tendência de que os corruptos acabem deixando os cargos.

A regra de formação discursiva **queixa cidadã** também é oriunda da função enunciativa **denunciar a corrupção**, que deriva o enunciado **Governo é indecoroso**. Para efeito deste capítulo, encaixam-se duas das cinco facetas.

Uma das formas mais patentes de má gestão do dinheiro público é a verificação de seu desvio pelos agentes que deveriam ser os seus defensores. Em todas as esferas da sociedade a opinião de que o **governo é conivente com a corrupção relacionada à Copa** está posta e consolidada. As pessoas parecem não ter dúvidas de que a corrupção acontece cotidianamente e, o pior, não mais causando estranhamento ou indignação.

O site da revista Veja realizou uma pesquisa de opinião com 1.879 de seus leitores de todas as regiões do país, realizada pelo Departamento de Pesquisa e Inteligência de Mercado da Abril, entre os dias 20 e 25 de julho de 2011, para medir a percepção dos brasileiros sobre

⁸⁰ UOL ESPORTE. Denúncias contra Fifa encerram série da Record sobre corrupção no futebol. 17 jun. 2011. Disponível em: <<http://uolesportevetv.blogosfera.uol.com.br/2011/06/17/denuncias-contrafifa-encerram-serie-da-record-sobre-corrupcao-no-futebol/>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

a Copa do Mundo de 2014. O resultado apresentou uma forte convicção dos entrevistados de que haveria corrupção nas obras da Copa:

Entre as seis palavras propostas pela pesquisa, três eram negativas e três, positivas. A campeã disparada foi talvez a mais forte e grave opção apresentada. Com a convicção geral de que haverá desvio de dinheiro público, superfaturamento de obras, troca de favores entre os envolvidos na organização e desperdício de recursos, o termo "corrupção" foi citado por sete entre cada dez pessoas para definir a Copa do Mundo no Brasil. Talvez por isso mesmo, o segundo termo mais citado é outro que carrega sentido muito negativo. "Decepção", para 12% dos participantes da pesquisa, é a palavra do Mundial. Provavelmente uma referência a tudo aquilo que o brasileiro esperaria de uma Copa em casa - como "festa" (o termo citado por 7%), "sucesso" (3%) e "vitória" (apenas 2%).⁸¹

O texto parece revelar a indignação da opinião pública com as práticas frequentes de corrupção exercida pelos governantes, sugerindo também que a população já se aculturou com a desonestidade.

O governo investe em obras inócuas por meio da Copa, como estádios de futebol que não terão renda suficiente para a sua própria manutenção, tendo que o erário público arcar com as altas despesas geradas pelos chamados “elefantes brancos”.

Como exemplo, podemos citar o estudo de Instituto Dinamarquês de Estudos do Esporte:

Todos os 12 estádios a serem usados na Copa do Mundo de 2014 devem ter, após o evento, público menor que as médias internacionais, e quatro deles estão condenados a se tornarem "elefantes brancos" - expressão popular usada para designar arenas esportivas quase sempre vazias. Os quatro estádios mais problemáticos da Copa 2014 são o Nacional, em Brasília, projetado para comportar mais de 70 mil pessoas, a Arena Amazônia, em Manaus, a Arena Pantanal, em Cuiabá, e o Estádio das Dunas, em Natal, todos com cerca de 42 mil lugares. A grande capacidade desses estádios contrasta com as médias de público das séries B, C e D do Campeonato Brasileiro, torneios habitualmente disputados pelos clubes que irão usar os candidatos a "elefante branco". As divisões inferiores do Brasileirão têm médias que oscilam entre 2.100 a 4.500 torcedores.⁸²

O texto acima denuncia a utilização indevida de dinheiro público, mesmo sobre todas as evidências de que as obras são inócuas e sobre-estimadas para as localidades onde foram

⁸¹ LEPIANI, Giancarlo. Para o torcedor, Brasil-2014 vai ser a 'Copa da corrupção'. **Veja**. Copa do Mundo. 29 jul. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/para-o-torcedor-brasil-2014-vai-ser-a-copa-da-corrupcao>>. Acesso em: 12 set. 2013.

⁸² COELHO, Rodrigo Durão. Quatro dos 12 estádios da Copa podem ser 'elefantes brancos' após torneio, diz estudo. UOL Copa. 24 out. 2012. Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/10/24/quatro-dos-12-estadios-da-copa-devem-ser-elfantes-brancos-apos-torneio-diz-estudo.htm>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

construídas, demonstrando a responsabilidade dos gestores públicos em investir uma soma em dinheiro tão volumosa para resultados que gerarão ainda mais prejuízos visto que a quantidade de público prevista parece não ser suficiente para custear nem a manutenção cotidiana das arenas.

Apesar de muitas das principais técnicas de ativismo político revolucionário terem sido superadas ou neutralizadas por ações de contrainsurgência arquitetadas pelos governos, observamos nos exemplos acima que novas formas de subversão organizada são praticadas por meio de guerrilha de informação, como forma de resistência ao modelo hegemônico capitalista contemporâneo (GUATTARI, 1987; HARDT e NEGRI, 2012), em que agentes da sociedade civil denunciam as irregularidades cometidas pela FIFA e pelo governo.

A sociedade civil organizada tenta conclamar a cidadania da população brasileira ao denunciar as ações de corrupção que, para ela, estão evidentes, causando uma sensação de impotência porque acreditam que estão sendo lesados por seus próprios representantes, o que parece revelar um chamamento à opinião pública para se insurgirem contra os governantes e contra a FIFA.

4.4.2.2 O governo não nos representa

Queixa ideológica possui em seus critérios de regras de formação discursiva três objetos que são a política da FIFA, a política de governo e a organização do mundial, que permanecem na mesma regra por possuírem práticas discursivas semelhantes. Como conceito, esta regra apresenta a insatisfação e a contestação, que possuem um mesmo conjunto de esquemas de dependências. A modalidade desta regra se baseia na cidadania e conscientização, que se coadunam por possuírem pontos de vista convergentes. A estratégia utilizada é a demonstração de subserviência do governo e a demonstração de postura antidemocrática do governo, que estão na mesma regra porque apresentam coerência, rigor e estabilidade discursiva na teoria em questão.

A regra de formação discursiva **queixa ideológica** é oriunda de duas funções enunciativas que são as de **denunciar colonização globalizante** e a de **denunciar postura ditatorial**.

A função enunciativa **denunciar colonização globalizante** deriva três enunciados que são **FIFA é danosa ao país**, **Governo é submisso à FIFA** e **Governo é indecoroso em relação aos gastos com a Copa**, que apresenta as ações de desonestidade do governo e da

FIFA frente às ações para a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, principalmente por ter financiado as obras de interesse privado com dinheiro público.

O enunciado **FIFA é danosa ao país** apresenta uma de suas quatro facetas que se aplica ao aspecto teórico em questão, conforme poderemos observar a seguir.

Para ter garantida a maximização de ganhos durante a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, a FIFA exigiu que o governo brasileiro propusesse ao congresso nacional, e que este aprovasse, a Lei Geral da Copa (LGC), que preserva diversos privilégios à entidade máxima do futebol e aos seus parceiros comerciais. Porém, Ministério Público Federal considera que a LGC é inconstitucional, que a **FIFA exige um Estado de Exceção** e, por isso, entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal pedindo a anulação de 13 artigos da lei.

O grupo de pesquisa “O Estado de Exceção no Brasil Contemporâneo” debate temas relativos à realização da Copa do Mundo de futebol no Brasil e traz à tona questões que transcendem o esporte ou o espetáculo.

De acordo com o grupo de pesquisa:

Um megaevento como esse é capaz de mudar o ordenamento jurídico do país. A banalização do estado de exceção nas democracias é uma das discussões que foram feitas. Quando se fala em estado de exceção, se pensa em ditadura. Mas esse dualismo é superficial, já que a exceção hoje é uma estratégia das próprias democracias contemporâneas. O Brasil é um bom exemplo. Ainda que aqui se adotem procedimentos constitucionais, existem espaços e momentos em que estruturas autoritárias, sobreviventes de ditaduras ou que têm a ver com formas econômicas excludentes, se infiltram no Estado. E determinam decisões que em nada se coadunam com a ideia de soberania popular e um Estado democrático e igualitário.

O governo brasileiro – e não se trata de crítica a qualquer partido ou gestão em particular – valoriza pouco a participação popular e espaços de decisão não oficiais. Por isso, entre outras razões, megaeventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas têm potencial muito grande de trazer à tona situações de exceção. A Copa do Mundo no Brasil, a mais cara da história, exige gastos públicos de cerca de 33 bilhões de reais. E isso sem qualquer consulta efetiva à sociedade. Será que o povo brasileiro, por mais que ame futebol, escolheria, se consultado, aplicar todo esse dinheiro num evento que vai durar um mês? Um Estado supostamente democrático abriga um evento com a finalidade clara de angariar lucros para uma entidade privada e seus parceiros comerciais sob o simbolismo de que o Brasil é o país do futebol. Para tanto são tomadas várias medidas que vulneram o ordenamento jurídico brasileiro. Esse é o movimento da exceção, com a suspensão da legalidade em função dos interesses econômicos. Por exemplo: a Lei Geral da Copa suspende normas que protegem o idoso, a criança e o adolescente. E revoga a proibição de bebidas alcoólicas nos estádios da Copa.⁸³

⁸³ MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Copa do Mundo FIFA e estado de exceção no Brasil. Democracia e justiça na Copa. 13 jul. 2014. Disponível em: <<http://democraciaejusticanacopa.kingghost.net/2014/07/copa-mundo-fifa-e-estado-de-excecao-brasil/>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

De acordo com o texto do grupo de estudos podemos inferir que parece ter sido imposta no Brasil um novo tipo de ditadura durante o período da Copa do Mundo, que inclui o tempo de obras para a realização do evento, em que o povo brasileiro tem sido obrigado a pagar muito caro pela realização de um megaevento e toda uma infraestrutura para que ele ocorresse, sem ser consultado, sem direito a participar dele, onde apenas algumas poucas pessoas seriam beneficiadas. O exemplo sugere que a ditadura tem sido estabelecida pelo capital internacional com a conivência do governo, em que o povo tende a ser oprimido todas as vezes que tenta demonstrar sua insatisfação.

Podemos observar também a ação da sociedade civil, organização social que não faz parte do Estado, atuando em combate à ação do Império, denunciando os gastos do governo brasileiro em favor do evento oficial da FIFA e questionando a representatividade e vontade popular. Como se pode ver neste exemplo, a noção de representação na democracia contemporânea serve como fórmula de controle da multidão, visto que o governo, ao se utilizar dos poderes que os aparelhos democráticos o investiram, toma decisões em favor de si e dos meios de produção capitalistas sem consulta prévia à multidão, contudo, gozando mesmo assim de legitimidade democrática (HARDT; NEGRI, 2012). Exemplo semelhante, porém de cunho cultural, pode ser observado no exemplo seguinte.

O segundo enunciado **Governo é submisso à FIFA** da função enunciativa de **denunciar colonização globalizante** é formado por uma faceta.

Ao contrário de outros países como Alemanha, Espanha, Inglaterra e Estados Unidos, que também sediaram megaeventos, o **governo se sujeita às regras impostas pela FIFA**, à medida que assume uma postura parecida com a da África do Sul de apenas cumprir as exigências, arcar com o endividamento público, flexibilizar a legislação e não pensar nesse legado real.

De acordo com o advogado Gustavo Lopes de Souza, especialista em direito desportivo, a Lei Geral da Copa, que altera a legislação do país em benefício da Copa do Mundo pelo tempo de seu acontecimento, é considerada inconstitucional por alguns juristas e desagrada os movimentos sociais por conter pontos polêmicos como a permissão da criação das zonas de exclusão, a obrigatoriedade de férias escolares durante todo o período dos jogos, a criação de crimes especiais durante a Copa, a permissão da venda de bebidas alcoólicas nos estádios e a responsabilidade do Estado por quaisquer danos e prejuízos causados à FIFA.

Contudo, estas condições foram negociadas com o governo brasileiro ainda na candidatura do Brasil para a Copa, mas a população não ficou sabendo. As mesmas regras foram impostas também para a Alemanha e para a África do Sul, mas cada país negociou e

administrou o evento de forma diferente, gerando resultados distintos com a Copa. Segundo Gustavo Lopes de Souza “A Alemanha lucrou 140 milhões de euros com a Copa do Mundo. Sabe quando a África do Sul lucrou? Nada.”⁸⁴

Este exemplo nos faz inferir que a Copa do Mundo de 2014 poderia ter sido benéfica para o Brasil, através de arrecadação de impostos, modernização das principais arenas esportivas, melhorias em infraestrutura, incentivo à educação, investimento em segurança e saúde, além de exportação dos valores e da cultura brasileira para todo o mundo, perenizando o turismo. Porém, sugere-se aqui que o Brasil não soube negociar condições vantajosas para trazer o megaevento para o seu território, tendendo a ter ficado vulnerável aos ataques de toda a ordem exercidos pelo capital internacional, não auferindo lucros com a Copa do Mundo.

Neste exemplo, podemos observar a ocorrência de um processo de corrupção, porém, não no sentido ordinário, do senso comum, que estamos habituados a lidar cotidianamente, mas dentro de uma onicrise, no conceito de Hardt e Negri (2001). Aqui o que nos parece é a demonstração de sucumbência do governo diante da soberania Imperial, um dos principais parâmetros para a identificação do conceito de corrupção no Império.

O terceiro enunciado **Governo é indecoroso em relação aos gastos com a Copa** da função enunciativa de **denunciar colonização globalizante** apresenta uma de suas cinco facetas em consonância com o aspecto teórico em estudo.

A demonstração de que o **governo é quem está pagando a Copa** foi retratada na reportagem do Site UOL que apresenta em sua matéria a informação de que 97% dos estádios da Copa foram construídos ou reformados com dinheiro público, mas serão entregues à iniciativa privada para serem administrados sem nenhum controle governamental:

A Copa do Mundo de 2014 deu início a uma onda de privatização da administração de estádios do país. Todas as 12 arenas que serão usadas no Mundial do Brasil serão controladas pela iniciativa privada depois que o torneio acabar. Isso ocorrerá apesar do dinheiro público pagar cerca de 97% de todas as obras em estádios para a Copa, segundo as últimas estimativas de gastos com as arenas.⁸⁵

Esta reportagem evidencia o benefício que o governo está oferecendo para a iniciativa privada, a partir de utilização de recursos públicos para privilegiar a parte da população mais

⁸⁴ DIP. Andrea. “O que me preocupa mais que a Lei Geral é a gestão da Copa”, diz especialista. A Pública. Copa Pública. 15 mai 2012. Disponível em: <<http://apublica.org/2012/05/o-preocupa-mais-lei-e-gestao-da-copa-diz-especialista/>>. Acesso em: 12 set. 2013.

⁸⁵ KONCHINSKI, Vinicius. Dinheiro público paga 97% dos estádios da Copa, mas governo não controlará nenhum. UOL Copa. 28 maio 2012. Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/05/28/governo-paga-91-dos-estadios-da-copa-mas-nao-controlara-nenhum-apos-torneio.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

abastada, detentora do poderio econômico, em detrimento dos interesses da população brasileira.

A função enunciativa **denunciar postura ditatorial** deriva dois enunciados que são **Governo é socialmente injusto em prol da realização da Copa** e **Governo oprime as manifestações**.

O enunciado **Governo é socialmente injusto em prol da realização da Copa** possui uma faceta.

Governo desrespeita expressões culturais por causa da Copa, devido a ter autorizado e incentivado diversas medidas que inibem as manifestações da cultura brasileiras, ou ainda, destruindo patrimônios públicos tombados em benefício do megaevento e de seus patrocinadores.

Como exemplo, o Comitê Popular Copa e Olimpíadas Rio denunciam as ações da FIFA:

Vamos enumerar algumas das maneiras como a Copa tem deixado nosso país mais autoritário: [...] Proibição de manifestações culturais brasileiras: proibiram as baianas de venderem acarajé nas imediações dos estádios da Copa, agora proibiram as festas de São João durante a Copa das Confederações. A Lei da Copa prevê também o fim daquelas exibições em telão no meio da rua, com as grandes multidões (Art. 16, inciso IV). E a decoração da cidade deve ser exclusiva das marcas patrocinadoras da FIFA, qualquer outro enfeite popular poderá ser removido. Mas já estão inventando nossas novas tradições brasileiras: a caxirola (um chocalho igual ao caxixi que acompanha o berimbau) e o pedhuá (um apito) já foram patenteados pela CBF como os novos símbolos sonoros dos nossos estádios durante a Copa.⁸⁶

A denúncia acima sugere que a FIFA se apossou não só dos valores monetários do país, mas também se apropriou da cultura brasileira, tomando-a do povo e substituindo por produtos padronizados, construídos nas fábricas dos patrocinadores da entidade. Isso parece evidenciar que a ação da FIFA ocorreu com a cumplicidade do Estado, pois tudo isso acontece com a conivência, e sem nenhuma resistência, do governo.

O segundo enunciado da função enunciativa de **denunciar postura ditatorial**, **Governo oprime as manifestações**, é composto por uma faceta.

Das seis cidades em que ocorreram jogos da Copa das Confederações, em cinco aconteceram manifestações populares e conflitos com os órgãos de repressão do Estado. Diante do tamanho do levante e da força com que os manifestantes realizavam as suas reivindicações verificou-se que a **polícia reprime manifestações com violência**.

⁸⁶ MONTEIRO, Lício. Excesso de Copa afeta democracia no Brasil. Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas. 26 abr. 2013. Disponível em: <<https://comitepopulario.wordpress.com/tag/valcke/>>. Acesso em: 15 out. 2013.

O deputado Federal Chico Alencar do PSOL-RJ é autor de um projeto que tenta inibir a violência policial, ocorrida em várias manifestações de 2013, e que foi repetida no final da Copa do Mundo, afirmou que:

O que vimos no Rio de Janeiro, por exemplo, no final da Copa, numa praça distante mais de 30 quilômetros do Maracanã, foi uma violência absurda, desmedida, da polícia; que chegou até a pular roleta de metrô para agredir manifestantes. Isso foi documentado, jornalistas estrangeiros e nacionais também foram agredidos. E não houve ali nenhuma iniciativa mais agressiva por parte dos manifestantes. Quer dizer, foi uma ação premeditada, extremamente violenta da polícia.⁸⁷

A declaração do deputado denuncia que o governo colocou o seu aparato de repressão premeditadamente à disposição da FIFA para coibir qualquer chance de prejudicar o espetáculo. Isso evidencia que a polícia agiria com violência extrema de qualquer forma como meio de comunicar à população que toda manifestação seria inibida com brutalidade, sugerindo, assim, que os manifestantes não mais se reúnam para reivindicar os seus direitos.

Ao que nos parece, podemos observar neste exemplo o que Hardt e Negri (2012) conceituam como guerra na pós-modernidade, como sendo um princípio básico da organização social permanente, em que a política é uma das manifestações contemporâneas da guerra. (VILLANOVA, 2013). A legitimação da violência é um privilégio do Estado como estratégia de contenção e controle da multidão, que normalmente obtém uma esmagadora vantagem material sobre as demais forças sociais, sendo o Estado o único ator social legítimo para empregar o uso da força e da violência (ALVES, 2012; HARDT; NEGRI, 2012).

Para a sociedade civil organizada, um país em que seus governantes imprimem um Estado de exceção em favor de uma empresa privada, sujeitam-se aos mandos e desmandos da gigante imperial, que demonstram maior compromisso com o capital internacional do que com a população, inclusive sendo leviano com os recursos públicos e desrespeitoso com a cultura de seu povo não parece ser merecedor da representação democrática que a população lhe conferiu. Ainda mais quando estes representantes levantam armas contra os membros da sociedade em repressão às manifestações de queixas públicas.

⁸⁷ MUGNATTO, Sílvia. Projeto sobre violência em manifestações aguarda votação na Comissão de Direitos Humanos. Agência Câmara Notícias. Câmara dos deputados. Segurança. 17 jul. 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/471813-PROJETO-SOBRE-VIOLENCIA-EM-MANIFESTACOES-AGUARDA-VOTACAO-NA-COMISSAO-DE-DIREITOS-HUMANOS.html>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos observar que o que deveria ser apenas um megaevento esportivo, que geraria dividendos econômicos para a iniciativa privada, proveitos políticos para o governo e benefícios estruturais e de autoestima para o povo brasileiro, acabou ganhando proporções indesejadas aos seus organizadores e armando uma “bomba relógio” na política brasileira que começou a ser detonada a partir dos diversos estopins econômicos e sociais que estavam latentes e foram acionados por meio de diversas ações de utilização de recursos públicos em benefício do grande capital privado nacional e internacional com a realização da Copa do Mundo, gerando uma série de implicações políticas para o Brasil.

Uma das principais motivações para o início da eclosão da crise política brasileira foi a descoberta paulatina, por parte da população, de que as promessas de um grande legado estrutural, econômico, cultural e social que a Copa do Mundo deixaria para o Brasil eram, na verdade, um grande engodo para convencer o país a legitimar a compra pelo governo de um produto imaterial, que custaria bilhões de reais aos cofres públicos e que deixaria em troca apenas a alegria efêmera de ter realizado uma grande festa. Aos poucos a população foi observando que as obras eram apenas para beneficiar os entornos ou as estruturas para o megaevento. Além disso, parece ter ficado visível que o governo não tratava o dinheiro público com o devido zelo, visto que os atrasos nas obras pareciam ser intencionais para que se tornassem mais caras. Obras inúteis ou de pouquíssimo uso também foram erigidas, mesmo sob um orçamento astronômico e diversas denúncias de corrupção parecem ter aguçado a crítica popular.

Esse desvelamento das inverdades dos representantes do governo foi causando uma sensação de indignação por parte da população que foi se sentindo enganada ao perceber quais as verdadeiras intenções do governo e da FIFA ao trazerem a Copa do Mundo para o país e ao verificarem que não haveria nenhum ganho significativo para a sociedade. Já o governo, ao perceber a insatisfação popular e percebendo que poderia perder o controle da situação, adiantou-se em insistir maciçamente na mídia que o evento era uma grande oportunidade para o país e que todos deveriam confiar, pois a decisão de trazê-lo para o Brasil foi acertada. Contudo, a população não se convencia, não “comprava” a ideia para si e parecia resistente à legitimação da Copa do Mundo, protestando e se manifestando em redes sociais, blogs, sites especializados, culminando com as passeatas de junho de 2013.

A legitimação do megaevento não se deu de imediato, nem fácil, nem pela totalidade da população brasileira. Talvez nem tenha se dado, visto que organizações da sociedade civil

começaram a contestar o direcionamento dos recursos públicos e o privilégio de determinados setores econômicos abastados em detrimento de alas sociais desfavorecidas. Passaram a entender o compartilhamento de decisões para a realização da Copa do Mundo como uma postura de submissão do governo frente ao capital imperial, apresentaram denúncias de que o governo tomou decisões consideradas levianas pela população, visto não priorizar a defesa do patrimônio público diante dos interesses privados, que o governo foi socialmente injusto, visto ter direcionado recursos para obras em locais de valorização imobiliária ou removeu moradores de áreas centrais valorizadas para áreas periféricas sem estrutura básica, como saneamento, água ou energia.

Essa revolta popular parecia ser reforçada à medida que ficavam mais explícitos os privilégios aos parceiros comerciais da FIFA em detrimento aos pequenos comerciantes que historicamente atuavam no entorno dos estádios, pelas diversas ações de desrespeito aos valores culturais brasileiros, como, por exemplo, a demolição do museu do índio e as proibições de venda do acarajé na Bahia, do bolo de rolo em Recife e do tutu à mineira em Belo Horizonte.

Eram muitas variáveis a serem controladas pelo Estado frente às inquietações populares e a FIFA parecia não se preocupar muito com isso, demonstrando não estar disposta a colaborar com o governo, pois exigia implacavelmente o cumprimento dos compromissos assumidos ao seu tempo e hora obrigando os executivos governamentais a cederem e a tomarem diversas medidas impopulares em momentos e de forma estrategicamente inconvenientes, no sentido político da questão. Essas exigências se deram desde as imposições de que os frios e solenes comportamentos europeus se sobrepusessem às despojadas e acaloradas demonstrações de alegria dos torcedores brasileiros até às demonstrações explícitas da FIFA de que o único objetivo dela no Brasil era o ganho econômico, atitudes que culturalmente parecem não ser bem aceitas no país, visto parecer haver um clamor popular por um retorno social a toda ação comercial.

Identificamos, assim, indícios de que o estopim principal foi acionado pela grande expectativa gerada à população brasileira de que a Copa do Mundo pudesse ser a mola propulsora do desenvolvimento do país e que estimularia a educação, melhoraria a segurança, ampliaria a mobilidade urbana e desenvolveria a saúde.

As formas como as reivindicações dos brasileiros foram reprimidas chamou a atenção, fazendo-nos refletir em particular sobre a fragilidade da nossa democracia, visto que há pouco mais de vinte anos vivíamos em uma ditadura militar repressora e austera, que usava de práticas de violência e privação de liberdade para o controle social. Atualmente, as mesmas

peças que foram vítimas da truculência de outrora se tornaram os mesmos mandantes e financiadores públicos do aparelho repressivo do Estado para combater de maneira violenta as manifestações públicas de insatisfação contra o governo que favorecera o grande capital internacional. Esse também foi um grande motivo de indignação popular com a classe política brasileira, demonstrando de maneira clara que a democracia, como a concebíamos, parece não mais existir, visto que seus preceitos basilares são a representatividade da população diante das decisões do país em que haja uma participação de todos e para todos. Aos poucos a população foi observando que as decisões para as providências estruturais prometidas para a Copa do Mundo tomadas por seus representantes não eram as mais racionais, nem as mais econômicas, nem as mais impessoais, mas, ao contrário, eram frequentemente as de maior ostentação ou luxo, as mais onerosas e as que beneficiavam, de alguma forma, as principais empresas ou representantes políticos, nacionais ou internacionais. Por outro lado, repetidas vezes, a população também foi diretamente atacada pelo poder público através de desapropriações de suas residências e deslocamento da população para áreas afastadas e menos valorizadas da cidade, para que os estádios de futebol e os empreendimentos de especulação imobiliária pudessem ali se instalar para se aproveitarem da valorização das áreas.

A crise da democracia mundial se expressou no Brasil pelo colapso de representação por qual passa o país. O advento da Copa do mundo evidenciou o sentimento popular do quanto os governantes parecem não representar o seu povo e explicitou os interesses econômicos dos grandes agentes imperiais que os dirigentes públicos defendem. Desta forma, presumimos que a Copa do Mundo FIFA 2014 ocorrida no Brasil serviu como um elemento dinamizador de uma situação sociológica em que duas faces complementares de uma mesma moeda apresentaram agências distintas em defesa de seus próprios interesses.

A sensação popular de estar sendo enganada pareceu crescer não só pelas promessas não cumpridas do governo, mas dava sinais de ampliação à medida que a ação de biopoder da FIFA ia ficando mais explícita, ou seja, quanto mais a entidade detentora dos poderes sobre o futebol também exercia seus poderes sobre a vida dos brasileiros, mais os cidadãos expressavam sua indignação com a Copa do Mundo.

A FIFA, com o intuito de impor seu padrão internacional de qualidade aos serviços prestados pelos brasileiros, demonstrou uma política extremamente rígida de excesso e monopólio de controle sobre todos os processos que envolviam o evento, agindo sempre com arrogância e prepotência quase sempre toleradas pelo Estado, o que foi motivo de revolta por parte da população brasileira que começou a discutir criticamente acerca dos limites de

poderes da Federação Internacional de Futebol e duvidar da autoridade dos seus representantes do governo, questionando a todo instante até que ponto o governo estaria deixando de ser parceiro para ser comparsa, qual o limite entre permissão e permissividade, até que ponto o governo estaria passando da cumplicidade (no sentido de sociedade comercial) para a conivência. As diversas formas de tentativas de exercício de poder da FIFA sobre o comportamento e sobre a vida dos brasileiros durante a Copa do Mundo foram motivos de desconforto e descontentamento por parte da população que exigia providências de seus representantes, mas que não encontrava eco aos seus clamores.

A parceria capital-Estado, em benefício do primeiro e em detrimento do segundo, explicitava-se a cada dia, alcançando um patamar ainda mais palpável pela população, por exemplo, nos processos de desapropriação e desalojamento de comunidades carentes em áreas valorizadas das cidades-sede da Copa do Mundo para a construção de infraestrutura para o evento, para a edificação de estabelecimentos comerciais privados ou simplesmente para a alocação de imóveis de alto padrão, com vistas à especulação imobiliária. Os procedimentos de desapropriação e desalojamento das moradias populares foram exercidos pelos agentes do Estado que obrigaram os moradores a sair de suas residências, sendo que em muitos casos nem pagaram a indenização e quando o fizeram foi realizado um ressarcimento muito aquém do valor devido. Ações como essa geraram reações por parte da sociedade civil e provocaram comoção nacional e internacional, a ponto da Organização das Nações Unidas – ONU enviar representação ao Brasil, aumentando em muito o desgaste entre população e seus representantes políticos, sendo um dos principais motivos que desencadearam a guerra biopolítica em função da Copa do Mundo em 2014.

Os incessantes escândalos de corrupção, de desvios de verbas, de privilégios às empreiteiras e grandes empresas parecem ter gerado uma sensação de vazio de poder, uma falta de representatividade nas diversas esferas públicas, em que a sociedade civil identificou o governo e a FIFA como responsáveis pelas estratégias que envolviam poder e dinheiro para viabilizar a copa, criando, assim, mais motivos para a revolta popular.

A população envidou ações de resistência contra os desmandos e irregularidades trazidas pelo megaevento, devido ao sistema exploratório que os agentes imperiais tentaram oferecer à sociedade civil, que parece ter rejeitado a condição de povo e a partir de suas singularidades organizou-se para fiscalizar as ações da FIFA e do governo, para denunciar os atos de corrupção, de irresponsabilidade com a coisa pública e de desvio e superfaturamento nas obras e serviços realizados para a Copa do Mundo, além de se manifestar de maneira estruturada e constituída por meio da rede mundial de computadores. Em renitência aos

representantes das instituições e autoridades brasileiras a sociedade civil organizada continuou dando sinais de insurgência contra as forças oficiais do megaevento, denunciando os atos de corrupção e má gestão dos recursos públicos demonstrando sua indignação diante do grande montante do erário público sendo direcionado para os objetivos dos agentes imperiais.

Frente a tantas incursões explícitas do capital privado sobre o patrimônio público brasileiro, sob total proteção dos representantes do Estado, a população começou a se insurgir contra o governo por meio da sociedade civil culminando nas manifestações de junho de 2013, expondo o alto nível de insatisfação com os políticos e com as políticas públicas adotadas para a realização do megaevento no Brasil.

A emoção vendida ao povo brasileiro parece ter recebido como contrapartida a ação da multidão brasileira que apresentou sinais de revolta contra o principal sócio da FIFA no Brasil, que foi o seu próprio governo, responsável pela atração do evento para o país, pela propaganda de que a Copa traria benefícios, pelos investimentos na infraestrutura e pelos escândalos de irregularidades.

O levante de junho de 2013 foi o maior movimento popular autônomo da história do país e talvez um dos maiores do mundo, em que não houve líderes, mas, ao contrário, a multidão foi para as ruas de forma espontânea, cada um com a sua reivindicação, expressando insatisfações diferentes, mas todos vibravam em uma mesma sintonia que apontavam para a insatisfação com a classe política brasileira.

A força da resistência popular parece ter causado surpresa, e até espanto, aos executivos do governo, à classe política e aos representantes da FIFA e das empresas patrocinadoras do evento, pois ninguém parecia ao certo saber o que fazer diante de tão forte manifestação. Não havia como reagir de imediato, pois como o movimento era acéfalo não existia nenhum sindicato, associação, diretório, comando ou qualquer organismo institucional à frente, ou seja, não havia com quem negociar. Além disso, nada semelhante havia acontecido no Brasil antes, então ninguém parecia saber lidar direito com aquela situação inusitada e de tamanha proporção.

Não obstante, a presente pesquisa levantou evidências de que a produção imaterial da Copa do Mundo serviu de agente catalisador para que fosse possível observar a ação das duas forças teóricas antagônicas da macroteoria do Império. De um lado os representantes da agência imperial, governo brasileiro e FIFA, que produziram em larga escala o seu produto intangível. Do outro, a Multidão, representada pela sociedade civil organizada, que se insurgira contra a ditadura da festa no país.

Ao final, o Império parece ter vencido mais uma vez. A Copa do Mundo aconteceu com poucos percalços, a FIFA arrecadou bilhões com o seu megaevento, os representantes continuaram no poder e o povo foi para as ruas e para a frente das TVs apreciar um dos maiores espetáculos midiáticos da Terra.

Para o país ficaram os estádios, em sua maioria subutilizados, um investimento de aproximadamente 30 bilhões de reais em infraestrutura inacabada, milhares de pessoas removidas de suas casas, inúmeros indícios e escândalos de corrupção, desvio de dinheiro e superfaturamento das licitações. Sobrou ainda uma classe política ainda mais desacreditada, mas, por outro lado, ficou também a evidência de que a população brasileira é capaz de se expressar pelas suas singularidades e, através delas, manter a esperança de conquistar um país economicamente mais forte, socialmente mais justo e politicamente mais honesto e confiável.

Assim, nesta pesquisa pudemos observar que o futebol é mais que um mero entretenimento, uma prática de menor importância ou uma atividade lúdica de ocupação do ócio, exercido simplesmente para distrair as massas. Como esporte mais popular do mundo, transformou-se em um produto imaterial que apresenta importância sociológica, econômica, política, social e cultural, sendo mobilizador de centenas de milhões de pessoas pelo planeta, que movimenta valores na casa dos bilhões de dólares ao ano, que permite um entendimento sobre o espaço, as identidades e as relações sociais, atraindo, por isso, o interesse de chefes de Estado de todo o mundo e representantes do capital internacional em torno de sua prática.

A Copa do Mundo de futebol, enquanto evento maior deste esporte, que em 2014 foi realizada no Brasil, deu-nos a oportunidade de ser observada enquanto acontecimento social empírico de grande importância internacional sob a lente de uma relevante teoria política como base para discutir a problemática do capitalismo global, por meio do movimento dos diversos agentes do Império e da multidão, principalmente ao revelar um representante do Império – FIFA que, apesar de exercer uma significativa importância no cenário social do planeta, possui poucos ou quase nenhum trabalho acadêmico no mundo sobre ele.

Por outro aspecto, ter estudado os desdobramentos do futebol nos proporcionou a oportunidade de revelar a importância de uma atividade que exerce uma enorme força econômica, política e cultural sobre a sociedade mundial, extrapolando a sua função primária que um dia foi apenas a de ocupar o ócio e distrair as massas. Aqui, cremos ter demonstrado que há muito este esporte deixou de ser uma atividade de menor importância, alcançando um contexto social que intermedeia relações de poder entre nações e organismos transnacionais, além de buscarmos também denunciar as ações dos agentes do Império num cenário pós-moderno em que predominam os argumentos de supostas ações para um figurativo

desenvolvimento econômico para a legitimação dos organismos internacionais pela população local.

Para a realização desta pesquisa reconhecemos limitações relativas a aspectos não abordados da teoria do Império e da multidão, bem como observamos a possibilidade de alcançar a terceira parte da trilogia, que é o comum, o que podem proporcionar oportunidades para novos estudos.

Por outro lado, vislumbramos também possíveis desdobramentos desta pesquisa, que podem ser a avaliação futura do legado da Copa, após ter transcorrido o tempo necessário para isso, ou mesmo a oportunidade de realizar estudos semelhantes a este sobre outros países-sede da Copa, sobretudo na África do Sul e na Rússia, ou ainda uma investigação comparativa entre os três países participantes do mesmo bloco econômico internacional (BRICS) que, com exceção da China e da Índia, que não possuem tradição no futebol, são as sedes do evento em três edições seguidas: África do Sul em 2010, Brasil em 2014 e Rússia em (2018).

REFERÊNCIAS

- ADLER, P. S.; FORBES, L. C.; WILLMOTT, H. **Critical management studies**: premises, practices, problems, and prospects. Paper presented at Academy of Management Annual Meeting, Philadelphia, 2007.
- ALCADIPANI, R. Réplica: a singularização do plural. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n.1, p. 213-222, jan./mar. 2005.
- ALCADIPANI, R.; TURETA, C. Perspectivas críticas no Brasil: entre a “verdadeira crítica” e o dia a dia. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 505-508, 2009b.
- ALCADIPANI, R.; TURETA, C. Teoria ator-rede e estudos críticos em administração: possibilidades de um diálogo. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 406-418, 2009a.
- ALVES, R. de O. O Estado, a multidão e os conflitos urbanos. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 2, n. 2, p. 111-123, 2012.
- ALVES, C. C.; COSTA, S. G. O futebol e a rivalidade: uma dimensão simbólica da violência. In: SEMINÁRIO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: PPGSOCIO/UFPR, PPGCP/UFPR, 2010. Disponível em: <www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br>. Acesso em: 12 abr. 2014.
- ALVES, G. **Dimensões da globalização**: o capital e suas contradições. Londrina, 2001.
- ALVES, J. E. D. **Modernidade e pós-modernidade**. Revista de Administração de Empresas, v. 45, n. 2, p. 111-111, 2005.
- ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. **Critical management studies**. London: Sage, 1992.
- ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. **Making sense of management**: a critical introduction. London: Sage Publications, 1996.
- AMORIM, H. **Trabalho imaterial, forças produtivas e transição nos Grundrisse de Karl Marx**. Crítica Marxista, n. 25, 2007.
- ANDERSON, B. C. The ineducable left. First Things. Feb. 2002. Available at: <<http://www.firstthings.com>>. Acesso em: 1 out. 2014.
- ANDREOTTI, B. L. R. A desmaterialização do imperialismo: o conceito de Império de Antonio Negri. Projeto História. **Revista do Programa dngs. e Estudos Pós-Graduados de História**, v. 30, n. 1, 2009.
- ANDREOTTI, B. L. R. Biopoder, biopolítica e multidão: uma análise do desdobramento conceitual de Foucault em Antonio Negri. **REU**, Sorocaba, SP, v. 37, n. 2, p. 59-79, dez. 2011.

ANDREOTTI, B. L. R. **Vantagens e desvantagens para a sede da Copa do Mundo**: legado e aprendizado na organização de eventos esportivos. Disponível em: <<http://www.universidadedofutebol.com.br/Noticia/17120/buscar>>. Acesso em: 1 out. 2013.

ANTHONY, P. Management education: ethics versus morality. In: PARKER, M. (Ed.) **Ethics and organization**. London: Sage, 1998.

ARAUJO, L. de C.; SANTANA, T. S.; GUIMARÃES, G. C. P. Copa do Mundo de 2014 no Brasil: uma análise de seus impactos econômicos e jurídicos. **Jus Navigandi**, abr. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/27989/copa-do-mundo-de-2014-no-brasil-uma-analise-de-seus-impactos-economicos-e-juridicos#ixzz3HeMYQjc1>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. **Tuitaço mobiliza a sociedade civil contra a Lei Geral da Copa**. 24 fev. 2012. Disponível em: <http://www.portaldopopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=226:tuita%C3%A7o-mobiliza-a-sociedade-civil-contra-a-lei-geral-da-copa>. Acesso em: 3 mar. 2013.

BIDET, Jacques. A multidão perdida no Império. **Revista Crítica**, n. 19, p.65, jul.2006.

BORJA, O. R. P.; CALDAS, R. W. Globalização e desenvolvimento: rumo à nova ordem imperial. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA-ALAS, 29., 2013, Santiago do Chile. **Anais eletrônicos...** Santiago do Chile, 2013. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT12/GT12_BorjaO_CaldasR.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2014.

BRASIL. Decreto de 26 de julho de 2011. Altera o Decreto de 14 de janeiro de 2010, que institui o Comitê Gestor para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

BRASIL. Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012. Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 de jun. 2012. Seção 1, ed. 109, p. 3.

BRONZO, M.; GARCIA, F. C. As bases epistemológicas do pensamento administrativo convencional e a crítica à teoria das organizações. In: _____. **Estudos organizacionais**: novas perspectivas na administração de empresas. Lisboa: Iglu, 2000. p. 65-89.

BROWN, N.; SZEMAN, I. O que é a multidão? questões para Michael Hardt e Antonio Negri. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 75, July 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jan. 2014.

CALÇADE, Paulo. **Paulo Calçade falou sobre a falta de especialização na área de jornalismo esportivo**. Márcio Donizete. Especial para o RROnline. 14 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.metodista.br/rroline/noticias/esportes/2012/11/jornalista-paulo-calcade-fala-sobre-jornalismo-esportivo-na-universidade-metodista>>. Acesso em: 3 out. 2013.

CALDAS, M. P. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 53-57, 2005.

CANÔNICO, L. **Brasil é confirmado como sede da Copa-2014 e já vê briga interna**. Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas/2007/10/30/ult59u135209.jhtm>>. Acesso em: 1 out. 2013.

CARRINGTON, B. Merely identity: cultural identity and the politics of sport. **Sociology of Sport Journal**, v. 24, n. 1, p. 49, 2007.

CAVALCANTI, M. F. R.; ALCADIPANI, R. Em defesa de uma crítica organizacional pós-estruturalista: recuperando o pragmatismo Foucaultiano-Deleuziano. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 557-582, out./nov./dez. 2011.

CHAYES, A.; CHAYES, A. H. **The new sovereignty**: compliance with international regulatory agreements. Harvard University Press, 1998.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas, dez.1995.

CLEGG, S. R.; HARDY, C. Introduction organizations, organization and organizing. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Eds.). **Handbook of organization studies**. London: Sage Publications, 1996. p. 1-29.

CLEGG, S., HARDY, C. Organização e estudos organizacionais In: CLEGG, S. et al. (Eds.) **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Diretoria de competições. **Cadastro Nacional de Estádios de Futebol**. Revisão 4, 2013. Disponível em: <<http://imagens.cbf.com.br/201308/618519779.pdf>> Acesso em : 23 ago. 2013.

COELHO, J. Futebol: desporto e emoção. **Con(m)textos de Sociologia**, n. 3, p.21-24, 2004.

CORAZZA, G. A nova teoria do Império e as velhas teorias do imperialismo. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 20, n. 37, mar. 2002.

COSTA, F. Z. da N. ; GUERRA, J. R. F.; LEÃO, A. L. M. de S. O solo epistemológico de Michel Foucault: possibilidade de pesquisa no Campo da Administração. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE – EnEPQ, 3., 2011, João Pessoa. **Anais...João Pessoa**, 2011.

COSTA, F. Z. da N.; LEÃO, A. Luiz M. de S. Desvelamento do limiar discursivo de uma marca global em uma cultura local. **Cad. EBAPE. BR**, Rio de Janeiro , v. 9, n. 2, jun. 2011.

COSTA, F. Z. da N.; LEAO, A. L. M. de S. Formações discursivas de uma marca global num contexto local: um estudo inspirado no método arqueológico de Michel Foucault. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 19, n. 62, set. 2012.

COSTA, F. J. da C.; ROCHA, M. C. L. da R.; OLIVEIRA, D. M. A identificação do torcedor de futebol com o seu time: seus antecedentes e suas conseqüências para os patrocinadores In: ENCONTRO DE MARKETING DA ANPAD, 3., 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: EMA, 2008.

COUTO, E. F. **A relação entre o interno e o internacional**: concepções cambiantes de Soberania, Doutrina e Jurisprudência dos Tribunais Superiores no Brasil. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas e Relações Internacionais) - Departamento de Ciências Políticas e Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2001.

DALLARI, D. de A. **Elementos de teoria geral do Estado**. 2012.

DAVEL, E.; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: reflexões e constatações sobre produção brasileira. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2., 2002. **Anais...** 2002.

DELEUZE, G. **Bergsonismo**. São Paulo: Ed.34, 2004.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1998.

DELEUZE, G. **Foucault**. Paris: Éditions de Minuit, 1986.

DELEUZE, G. **Sobre as sociedades de controle Post-Scriptum**. 1972.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-édipo**. Rio de Janeiro: Imago. 1976.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Rizoma. In: DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000. 1v. p. 11-52.

DESAI, A.; RAMJETTAN, D. Sport for all? Exploring the boundaries of sport and citizenship in 'liberated' South Africa. In: BENTLEY, K.; HABIB, A. **Racial Redress and Citizenship in South Africa**, 2008. p. 289-313.

DUARTE, A. de M. **Heidegger e Foucault, críticos da modernidade**: humanismo, técnica e biopolítica. From the Selected Works of Andre de Macedo. Disponível em: <http://works.bepress.com/andre_duarte/8>. Acesso em: 11 jun. 2013.

ESTADÃO. 'Brasil pode não ter sido a melhor escolha para Copa', diz Blatter. 17 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,brasil-pode-nao-ter-sido-a-melhor-escolha-para-copa-diz-blatter,1054436,0.htm>>. Acesso em: 1 out. 2013.

FERNANDES, E. M.; ALMEIDA, L. S. **Métodos e técnicas de avaliação**: contributos para a prática e investigação psicológicas. Braga: Universidade do Minho. Centro de Estudos Educação e Psicologia, 2001. p. 15-47.

FIFA. **Classic Football.** History of FIFA. Disponível em: <<http://www.fifa.com/classicfootball/history/index.html>>. Acesso em: 23 jul. 2013.

FIFA. **Decision Announcement for the FIFA World Cup 2014™ - Brazil.** Disponível em: <<http://www.fifa.com/worldcup/video/video=625694/index.html>>. Acesso em: 5 maio 2013.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: M. Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica:** curso dado no College de France (1978-1979). São Paulo: M. Fontes, 2008b.

_____. **A ordem do discurso.** Ed. Loyola, 2009.

_____. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. M. Fontes, 2010.

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOURNIER, V., GREY, C. At the critical moment: conditions and prospects for critical management studies, **Human Relations**, v. 53, n. 1, p. 7-32, 2000.

GREWAL, D. S. Empire's Law Michael Hardt & Antonio Negri, Empire. **Yale JL & Human.**, v. 14, p. 211-461, 2002.

GRISCI, C. L. I. Trabalho imaterial, controle rizomático e subjetividade no novo paradigma tecnológico. **RAE eletrônica**, v. 7, n. 1, p. 0, 2008.

GROSGOUEL, Ramón. Del imperialismo de Lenin al Imperio de Hardt y Negri: fases superiores del eurocentrismo. **Universitas humanística**, n. 65, p. 15-26, enero-junio 2008.

GUATTARI, F. **Caosmose:** um novo paradigma estético. São Paulo: Ed. 34, 1992.

_____. **Micropolítica:** cartografias do desejo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Revolução molecular:** pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **As três ecologias.** Campinas: Papirus, 1990.

GUBERT, R. M. Admirável estado o futuro. **Revista Diálogos do Direito**, v. 4, n. 6, p. 11-20, 2014.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Commonwealth.** Harvard University Press, 2009.

_____. **Império.** 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Multidão:** guerra e democracia na Era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2012.

JENNINGS, A. **Jogo sujo:** o mundo secreto da FIFA. [S.l.; S.n; 2000].

KAJURU, Jorge. Kajuru Pergunta. Entrevista Romário. 5 jan. 2013. Disponível em: <www.esporteinterativo.com. <http://www.youtube.com/watch?v=3neGLS2Au3g>. Acesso em: 3 out. 2013.

KFOURI, J. A Copa do Mundo é nossa? **Revista Interesse Nacional**, ano 4, n.15, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/a-copa-do-mundo-e-nossa/>>. Acesso em: 1 out. 2013.

KFOURI, J. **Por que não desisto: futebol, dinheiro e política**. Barueri, SP: Disal, 2009.

LAZZARATO, M. Del Biopoder a la biopolítica. **Revista Brumaria**, n. 7, dic. 2006.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEITE, M. **Para Milton Leite, país tem necessidades mais urgentes que a copa**. 2011. Disponível em:< <http://set.eusoufamecos.net/24set/para-milton-leite-pais-tem-necessidades-mais-urgentes-que-a-copa/>>. Por André Pasquali e Eduardo Caspary. Acesso em: 03 out. 2013.

LEWIS, T. O "Império" de Negri e Hardt ou o velho IMPERIALISMO? **Revista Marxismo Vivo**, n. 6, jan. 2006. Disponível em: <<http://www.marxismalive.org/tom6port.html>>. Acesso em: 3 out. 2013.

LIMA, C. R. M. de; SANTINI, R. M. Trabalho imaterial, compartilhamento de informação e produção colaborativa na sociedade da informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 12, n. 23, p. 113-132, 2007.

LIMA, J. A. A copa de 2014 já começou. **Revista Época**, jun. 2011. Disponível em: <<http://colunas.revistaepoca.globo.com/epocadecopa/2011/06/16/a-copa-do-mundo-comecou/>>. Acesso em: 6 out. 2013.

MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 483-505, 2005.

MARIVOET, S. Futebol: desporto e emoção. **Revista Con(m)textos de Sociologia**, n. 3, p. 13-15, 2004.

MARRA, P. S. Mapas Sonoros do Futebol. In: CONGRESSO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 6., 2013, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro:UERJ,UFF,FRJ,PUC-RIO,Fiocruz, 2013. Disponível em: <http://www.coneco.uff.br/sites/default/files/institucional/mapas_sonoros_do_futebol.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2014.

MENDES, A. A atualidade do comunismo. A produção do comum no pensamento político de Toni Negri/The currentness of communism: the common production in the political thought of Toni Negri. **Revista Direito e Práxis**, v. 3, n. 4, p. 2-25, 2012.

MENEZES, L. A. M. de. Michel Foucault e o conceito de governamentalidade. **Revista Inquietude**, Goiânia, v. 3, n. 1, jan./jul. 2012.

MOTTA, F. C. Prestes (In Memoriam); ALCADIPANI, Rafael. O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações. **Rev. Adm.**, São Paulo, v. 39, n. 2, p.117-128, abr./maio/jun. 2004.

NEGRI, A. Para uma definição ontológica da multidão. In: LUGAR comum- Estudos de mídia, cultura e democracia, LATEC- Laboratório Território e Comunicação/UFRJ e da Rede Universidade Nômade, 2004. p. 19-20.

NOLASCO, Carlos. Futebol: desporto e emoção. **Con(m)textos de Sociologia**, n. 3, p.16-19, 2004.

OLIVEIRA, L. P. S. O conceito de soberania perante a globalização. **Revista CEJ**, Brasília, n. 32, p. 80-88, jan./mar. 2006.

PASSOS, I. C. F. Situando a analítica do poder em Michel Foucault. In: _____. (Org.). **Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade**. Belo Horizonte : Ed. Autêntica, 2008.

PAULA, A. P. P. de; MARANHÃO, C. M. S. A. ; BARROS, A. N. de. Pluralismo, pós-estruturalismo e "gerencialismo engajado": os limites do movimento critical management studies. **Cadernos Ebape. BR**, v. 7, n. 3, p. 393-404, 2009.

PEUTER, G. de; DYER-WITHEFORD, N. A playful multitude? mobilising and counter-mobilising immaterial game labour. **fibreculture**, v. 5, 2005.

PORTAL 2014. **Brasil, o país do futebol – Por que o Brasil**. Disponível em: <<http://www.portal2014.org.br/por-que-o-brasil/>>. acesso em: 1 out. 2013.

PORTAL 2014. **Conheça as exigências da Fifa para os estádios da Copa**. 9 set. 2009. Disponível em: <<http://www.portal2014.org.br/noticias/1125/CONHECA+AS+EXIGENCIAS+DA+FIFA+P+ARA+OS+ESTADIOS+DA+COPA.html>>. Acesso em: 01 out. 2013

RODRIGUES, M. S.; SILVA, R. C. da. A estrutura empresarial nos clubes de futebol. **Revista O&S**, v. 16, n. 48, jan./mar. 2009.

RODRIGUES, S. B.; CARRIERI, A. de P. A tradição anglo-saxônica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 5, n. SPE, p. 81-102, 2001.

SILK, M. L. et al. (Ed.). **Sport and corporate nationalisms**. Oxford: Berg, 2005.

SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA. Disponível em: <<http://www.sinaenco.com.br/quem.asp#sthash.koVmVjhb.dpuf>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

SMITH, S. WADA as Sporting Empire: prospects and shadows. **Esporte e Sociedade**, ano 4, n. 12, jul./out. 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es1208.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2014.

SOUZA, E. M. de; SOUZA, S. P.; SILVA, A. R. L. da. O Pós-estruturalismo e os estudos críticos de gestão: da busca pela emancipação à constituição do sujeito. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 2, p. 198-217, 2013.

SPINOZA, B. de. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SPINOZA, B. de. **Ethics: complete works**. Indianapolis: Hackett, 2002.

SPINOZA, B. de. Tratado Político. In: **Coleção “Os Pensadores”**. Tradução de Manuel de Castro. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

STIGLITZ Joseph E. **Globalization and its discontents**. W.W. Norton, 2002.

TERRANOVA, T. **Of sense and sensibility: Immaterial labour in open systems**. Curating Immateriality: The Work of the Curator in the Age of Network Systems: Autonomedia (DATA browser 03), 2006.

TUCÍDIDES. **História da guerra do Peloponeso**. 4. ed. Brasília, DF: Ed. UNB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

URRY, J. The complexities of the global. Theory. **Culture & Society**, v. 22, n. 5, p. 235-254, 2005.

VEJA. **Governo revela aumento dos custos para Copa de 2014**. 18 jun. 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/governo-revela-aumento-dos-custos-para-copa-de-2014>>. Acesso em: 1 out. 2013.

VEJA. **Perguntas e respostas**, out. 2007. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/copa_do_mundo/>. Acesso em: 1 out. 2013.

VILLA NOVA, F. M. A nova guerra: uma introdução. **Revista Opinião Filosófica**, v. 3, n. 2, 2013.

WATSON, T. **In search of management: culture, chaos and control in managerial work**. London: Routledge, 1994.

WERMUTH, M. A. D.; ZEIFERT, A. P. B.; BEDIN, G. A. O conceito de guerra justa em Hans Kelsen e suas insuficiências diante dos conflitos do mundo atual. **Salão do Conhecimento**, v. 1, n. 1, 2013.

WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.